



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental
"Edite Lobo dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA- FASE 1



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PARANAGUÁ/ MARÇO 2024

SUMÁRIO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	1
1.1 Localização	5
Horário de Funcionamento	6
Relação das Escolas que ofertam a EJA de Forma Descentralizada	6
1.2- Histórico da Instituição	7
1.2.a - Quadro de Leis e Atos	8
1.2.b - Autorização de Funcionamento:	13
1.2.d- Biografia Do Patrono	18
1.2.1- Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço	20
1.2.1. a - Levantamento de ações que potencializam recursos para criação de condições necessárias para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem	21
1.2.1.b - Análise de avanços e dificuldades	21
1.3- Relação dos profissionais da Instituição	21
1.3.1- Nível de Escolaridade	24
1.3.1.b - Quadro de Professores	25
1.3.2- Cargos, funções e vínculo empregatício	29
1.5 Contextualização das condições físicas e materiais.	39
1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes da Educação de Jovens e Adultos	39
1.6.1 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas.	43
1.6.2 Critérios de distribuição de turmas anualmente.	45
1.6.2.b - Fins e objetivos	47
1.6.3 Quantitativo de estudantes por turma.	48
1.6.4 Projetos próprios da instituição e oferecidos pela mantenedora.	54
1.6.4.a - Projetos desenvolvidos na Escola:	54
Projeto Busca Ativa: Novos Estudantes	54
Projeto de Música	55
1.6.4.b - Projetos oferecidos pela mantenedora	55
1.6.5 Quadro de horários da equipe docente e hora/atividade.	55
1.6.6 Plano de atividade a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes e recreio dirigido.	60
1.6.7 Plano de Atendimento Emergencial.	60
“A Lei Lucas é uma importante medida para garantir a segurança das crianças em espaços coletivos, promovendo a conscientização sobre a importância dos primeiros socorros e a capacitação dos profissionais que atuam nesses locais”.	62
1.7 Calendário Escolar Próprio da Educação de Jovens e Adultos, fase 1.	63
1.9 Calendário de prestação de contas.	65
2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE 2.1.1- Fundamentação Teórica	65
2.1.2- Direitos Humanos	67
2.1.3- Políticas de Inclusão	73
2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	80
2.2.2 Concepção de Infância e Criança (CMEIS e Escolas) (*não se aplica)	81
2.2.4 Concepção de Jovem, adulto e idoso (EJA)	81
2.2.5 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (não se aplica)	83

2.2.7 Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar)	84
2.2.8 Educação para relações étnico-raciais	84
2.2.9 Concepção de Ensino Integral	85
2.2.10 Ações de monitoramento para Busca Ativa dos estudantes infrequentes	89
2.2.11 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (Sistema Educacional da Rede de Proteção – SERP E Conselho Tutelar)	90
2.3- CONCEPÇÃO DE GESTÃO	91
2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática	92
2.3.3 Eixo da gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros	93
2.3.4 Articulação entre a instituição, a família e a comunidade	94
2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e demais profissionais	95
2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional	98
2.3.7 Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora	98
2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e o estudante	99
2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência ao estudante	101
2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO	103
2.4.1- Fundamentação Teórica	104
2.4.2- Plano de Ação para a Recomposição da Aprendizagem (Considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono /evasão e relação idade/ano).	107
1. Busca Ativa	107
2. Avaliação Diagnóstica	107
3. Flexibilização Curricular	108
4. Reorganização das atividades pedagógicas	108
5. Acompanhamento das aprendizagens	108
2.4.3- Plano de Ação do Diretor JUSTIFICATIVA	108
OBJETIVOS GERAIS	112
METAS	114
ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	116
AVALIAÇÃO	118
2.4.4- Plano de Ação do Pedagogo Coordenador	118
JUSTIFICATIVA	123
O presente plano constitui o encaminhamento das ações pré- estabelecidas para serem desenvolvidas no decorrer no ano letivo de 2024, salientando que as ações propostas, estarão sendo desenvolvidas e discutidas sempre que se fizer necessário.	123
OBJETIVO GERAL	123
Conhecer a clientela e identificar a demanda escolar a ser acompanhada pelo Orientador educacional	123
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	123
2.4.6- PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE DE APOIO ADMINISTRATIVA	125
2.4.7- Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional	128
2.4.8- Plano de Ação do Conselho Escolar	129
2.4.9- Plano de Trabalho Docente (Estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP).	130
TARDE	134
2.4.11 Plano de atendimento pedagógico domiciliar	135
2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	136

2.5.2 Direitos e objetivos de aprendizagem	138
2.5.3 Concepção de Ensino e Aprendizagem	139
2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano do ensino de jovens e adultos, do aee e do recreio dirigido).	141
2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	141
❖ Procedimentos e Critérios para Atribuição de Notas:	143
2.6.2 O processo avaliativo coerente com as concepções da educação de jovens e adultos e aprendizagem/desenvolvimento.	144
2.6.3 Análise de avanços e dificuldades pedagógicas	145
2.6.4 Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação de jovens e adultos fase 1.	146
2.6.5 Avaliação Institucional	147
2.6.6 Recuperação paralela de estudos	149
2.6.7 Avaliação externa. (não se aplica)	149
Pré-Conselho (Constatação)	151
Conselho de Classe/ Conselho de Avaliação (Proposição)	152
Pós-Conselho (ação):	152
2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA	153
2.7.2 Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora.	156
2.7.4 Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição.	156
2.7.5 Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas.	157
3. MATRIZ CURRICULAR	158
Matriz Curricular do Curso para Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental – Fase I	158
A Educação de Jovens e Adultos segue o Currículo do Ensino Fundamental que está disponível no link abaixo:	159
. Pró Letramento: Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental: alfabetização	161
. Parecer CNE/CEB nº 4/2008, aprovado em 20 de fevereiro de 2008	162
PARANÁ. Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações - Educação infantil e componentes curriculares do ensino fundamental. PARANÁ - SEED, 2018.	163
UNESCO. Declaração Universal Sobre Bioética e Direitos Humanos	164
ANEXOS	165
II – Instrumento da pesquisa realizada para caracterização da comunidade escolar.	167
1. Com quem você mora:	169
2. Quantas pessoas moram na residência?	169
3. Estado civil: Você é:	169
4. Quem trabalha fora na sua casa?	169
5. Qual é o nível de escolaridade das pessoas que moram em sua casa?	170
6. A renda familiar da sua casa é:	170
7. Qual é o seu principal meio de lazer/divertimento?	170
8. Você mora em:	171
9. Qual é o meio de transporte que você utiliza para ir à escola?	171
10. Qual é a profissão das pessoas que formam sua família?	171
11. Qual tipo de música é mais ouvido em sua casa?	171
12. Qual é a principal forma de diversão dos membros de sua família?	171
13. Você recebe o benefício do Programa Bolsa Família?	171
14. Em sua opinião qual é o espaço mais importante de sua comunidade/bairro?	171

15. Há quanto tempo você estuda em nossa escola?	172
16. Qual o motivo que o levou a se matricular nesta unidade de ensino?	172
17. Como você considera o ensino nesta instituição?	172
18. Você está satisfeito com a escola?	172
19. Você tem um tempo reservado para estudo/leitura/pesquisa em casa?	172
20. Em sua casa, há algum espaço reservado para o estudo?	172
21. Quanto ao acesso à internet, você:	172
22. Deixe aqui uma sugestão que possa contribuir para a melhoria da nossa escola?	173
Agradecemos a sua colaboração.	173
A Direção	173
III – Pareceres Descritivos (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial)	175
V - Plano de Formação Continuada.	177
VI – Plano de Ação	177
AÇÕES:	178
Eixo II - Gestão de recursos financeiros	178
Eixo III - Gestão de materiais e infraestrutura	178
Eixo IV - Gestão democrática participativa	179
Eixo V - Gestão pedagógica	179
Eixo VI - Gestão administrativa	180
Eixo VII - Formação continuada	180
CRONOGRAMA	180
LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.	181
VIII – Plano de Atendimento Emergencial – PAE	185
IX – Calendário Escolar	186
X – Projeto desenvolvido pela Escola: Educação para o Trabalho	188
2. JUSTIFICATIVA	188
3. PÚBLICO ALVO	188
4. OBJETIVOS	189
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	189
5. METODOLOGIA /ESTRATÉGIA	189
5.1. CONTEÚDOS GERAIS	190
5.2. AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES	190
5.3. PAPEL DO PROFESSOR	190
6. RECURSOS	190
6.2. FÍSICOS	191
6.3. MATERIAIS	191
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
8. ANEXOS	191
EMPREGO APOIADO	191
OBJETIVO GERAL:	192
ETAPAS DO PROGRAMA EMPREGO APOIADO	192
9.2. OFICINA CRIATIVA DE ARTESANATO	194
OBJETIVO ESPECÍFICO:	194
ALGUMAS DAS ATIVIDADES DA OFICINA DE ARTESANATO:	195
CONTEÚDOS:	195
9.3. COZINHA EXPERIMENTAL	197
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	197

9.4 HIGIENE E CUIDADOS PESSOAIS	198
9.5 INFORMÁTICA	198
9.6 SAÍDA PEDAGÓGICA	200
PROJETO BUSCA ATIVA	202
2. JUSTIFICATIVA	202
3. OBJETIVOS	203
4. METODOLOGIA	204
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.1 Localização

Município: Paranaguá

Código: 1840

Instituição: Escola Municipal de Ensino Fundamental de Educação de Jovens e Adultos "
Edite Lobo dos Santos"

Código do INEP: 41163273

E-mail da instituição: xxxxx

Endereço: Rua Pecêgo Júnior, s/nº - Centro Histórico - Paranaguá/PR.

Telefone: 3721- 1769

Nome da Equipe Diretiva: Edimar Pereira Neves

E- mail da Equipe Diretiva:

Diretora: edimar.neves@paranagua.pr.gov.br

Coordenadora: ana.gabriel@paranagua.pr.gov.br

Orientadora: maristela.fabiano@paranagua.pr.gov.br

Secretário - Geral: dinei.rocha@paranagua.pr.gov.br

Dependência Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral/

Entidade Mantenedora: Prefeitura de Paranaguá Ato de autorização: 16/20

Resolução: 012/20

Ato administrativo de aprovação do Regimento Escolar nº 026/2020

Horário de Funcionamento

Matutino	7h30	11h30
Vespertino	13h30	17h30
Noite	18h00	22h00

Etapas e Modalidades de Ensino Ofertado pela Instituição

- (x) Educação do Campo
- (x) Educação Especial
- () Educação Infantil
- (x) Ensino Fundamental
- (x) Educação de Jovens e Adultos

Relação das Escolas que ofertam a EJA de Forma Descentralizada

- Escola Municipal "Almirante Tamandaré" Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Escola Municipal "Dr. Aníbal Ribeiro Filho" Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Escola Municipal "Prof.^a Francisca Pessoa Mendes" Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Escola Municipal "Graciela Almada Diaz" Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Escola Municipal "Iná Xavier Zacharias" Educação Infantil Ensino Fundamental.
- Escola Municipal "Iracema dos Santos" Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Escola Municipal "João Rocha dos Santos" Educação Infantil Ensino Fundamental.
- Escola Municipal "José de Anchieta" Educação Infantil e Ensino Fundamental.

- Escola Municipal "Leôncio Correia" Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Escola Municipal "Maria Trindade" Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Escola Municipal "Nayá Castilho" Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Escola Municipal "Prof.^a Edite Lobo dos Santos. (POLO)
- Escola Indígena "Pindoty" – Ilha da Cotinga.
- Parceria - Centro de Acolhimento

1.2- Histórico da Instituição

A Educação de Jovens e Adultos - EJA Fase I, no Município de Paranaguá, era ofertada por meio de programas dos governos Estadual e Federal (Paraná Alfabetizado e Brasil Alfabetizado).

Com advento da LDB nº 9394/96, a Educação de Jovens e Adultos aparece com maior vigor no cenário educacional, impulsionando investimentos nessa área.

A partir do ano de 2006, essa modalidade de Ensino foi incorporada no Sistema Educacional do Município, sendo oferecida pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral. Tendo como Pólo a Escola Municipal Eloina Loyola de Camargo Vianna, permanecendo de 2006 a 2019, que atendia a parte administrativa e turmas desta modalidade, sendo as outras de forma descentralizada em diversas escolas municipais. Essa modalidade de ensino destina-se a escolarização aos jovens, adultos e idosos que buscam dar continuidade a seus estudos no Ensino Fundamental, assegurando-lhes oportunidades apropriadas, considerando suas características, interesses, condições de vida e de trabalho, mediante ações didático-pedagógicas coletivas e/ou individuais.

Percebendo o aumento da demanda de estudantes matriculados, verificou-se a necessidade de um espaço físico maior. Dessa forma a SEMEDI, na Gestão de 2017/2020, solicitou por meio do processo 22.726/2017, datado em 21/07/2017, a criação e autorização de funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental De Educação de Jovens e Adultos "Edite Lobo dos Santos", atendendo a princípio a parte Administrativa, Técnico Pedagógico, Atendimento Educacional

Especializado (AEE) e Ensino Regular no período diurno e noturno, mantendo também sob sua responsabilidade as turmas descentralizadas. Para os estudantes que frequentam o período diurno, na escola Pólo é oferecido o Projeto Educação para o Trabalho, onde a educação é essencial ao ser humano, principalmente nos dias de hoje, em que se depara com um ambiente de competitividade.

Nesta mesma gestão, iniciou-se a oferta da Educação Indígena, na rede municipal, na modalidade de Jovens e Adultos, nas terras da ilha da Cotinga. O atendimento não é voltado exclusivamente a uma característica etária, mas se articula com a diversidade sócio cultural desse público. A comunidade indígena da ilha da Cotinga, tem clareza da importância da educação escolar para seu povo. Por tudo isso, a demanda por uma educação adequada e desenvolvida em harmonia com os seus projetos societários de futuro, crescem em quantidade e complexidade, trazendo novos desafios aos sistemas de ensino. De imposta, a educação e criação de escolas em terras indígenas passaram a ser demandadas dessas populações, interessadas em adquirir conhecimentos sobre o mundo dentro e fora das aldeias.

1.2.a - Quadro de Leis e Atos

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) perpassa a história da educação brasileira. Segundo Moacir Gadotti (1997), ao elaborar o Projeto Político Pedagógico de uma escola, estamos planejando e dando intenção ao que se deve fazer/realizar. É nesse documento que serão inseridos os objetivos da escola, seus aspectos históricos, problemas, suas possíveis soluções de contribuições para a comunidade em que a instituição possui relações. O Projeto Político Pedagógico tem sido o objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal.

Para Veiga (1998, p. 13-14),

O Projeto Político- Pedagógico, ao se construir um processo democrático, preocupa- se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que

supre os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas e autoritárias, rompendo com a rotina do impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 1998, p. 13-14).

Temos a Lei Complementar do Município de Paranaguá nº 69/2007, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino, destacando os artigos:

Art. 31 - Na constituição e tratamento metodológico do Projeto Político-Pedagógico, como um todo orgânico, os estabelecimentos de ensino deverão assegurar os princípios da qualidade do ensino, do relacionamento entre as diversas atividades educacionais, em vista da formação integral dos estudantes e da formação profissional e técnica.

Art. 32 - Os currículos, como parte do Projeto Político- Pedagógico, em todos os níveis de ensino, respeitadas as idades próprias de cada nível, deverão promover o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, emocionais, sociais, culturais, políticas e religiosas, bem como, toda a variedade de conhecimentos e habilidades profissionais, respeitando o processo natural de crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente.

Citamos, ainda, como leis em vigência:

- A Constituição Federal de 1988, em seus artigos:

Art. 6º - a educação como um direito social de todo o brasileiro;

Art. 205 – dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família; Art. 206, inciso I, defende a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208, inciso I, o Ensino Fundamental gratuito a todos, independentemente da idade; no inciso III, ao atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e no inciso VII, aos programas suplementares de material didático, dentre outras necessidades de apoio;

Art. 229 chama atenção especial dos pais para o dever de assistir, criar e educar os filhos menores.

- Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, em seus artigos:

Art. 5º- garante os direitos constitucionais fundamentais da criança e do adolescente.

Art. 53 – incisos I, II e III: assegura-lhes igualdade de condições, acesso e permanência na escola pública e gratuita, próxima à sua residência. Art. 54 - lhes confere o direito ao atendimento especializado.

Art. 55 - estabelece como dever dos pais matricular os filhos no sistema de ensino.

- Código Penal, Lei nº 2848/40, em seu artigo:

Art. 246 - com punição de multa ou detenção de 15 dias a um mês, a quem deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar.

- LDB 9394/96

- Resolução CNE/CEB Nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

- Deliberação COMED 02/2009 - Estabelece normas relativas à definição do Calendário Escolar para os Estabelecimentos de Ensino de Educação Infantil e de Ensino Fundamental séries iniciais do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná, e dá outras providências.

- Lei nº 133/81 - História do Paraná.

- Lei Federal nº 11.525/07 - Prevenção e uso indevido de drogas; Diversidade e sexualidade humana; Educação ambiental; Enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente;

- Lei Federal nº 9795/99, Decreto nº 4.201/02 - Educação ambiental;

- Lei nº 11.645/08 - História e Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas.

Deliberação COMED nº 02/2010 - Estabelece normas para criação, autorização de funcionamento, renovação da autorização de funcionamento, verificação, cessação de atividades escolares de estabelecimentos municipais do Ensino Fundamental, e de Experiência Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná.

- Deliberação COMED nº 01/2017 - Normas para a elaboração do Projeto Político Pedagógico dos Estabelecimentos Municipais do Ensino Fundamental que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná.

- Deliberação COMED nº 04/2010 - Normas para a elaboração dos Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá.

- Deliberação COMED nº 05/2010 - Diretrizes Operacionais para o Ensino em Tempo Integral do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR.

- Resolução CNE/CEB nº 04/09 - Institui Diretrizes Operacionais para

modalidade Educação Especial.

Deliberação CEE/PR nº 02/03 - Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para estudantes com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.



Deliberação COMED/Pguá N.º001/14 Assunto: Diretrizes e Normas para a Educação de Jovens e Adultos para a Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

REVISADO 01/07/2015

DELIBERAÇÃO COMED/PGUÁ N.º001/14 APROVADO EM 26/11/2014

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA / CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

MUNICÍPIO: PARANAGUÁ

ASSUNTO: Diretrizes e Normas para a Educação de Jovens e Adultos para a Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Atos Legislativos

DECRETO Nº 1.135

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXII, do artigo 70, da Lei Orgânica do Município de Paranaguá, e tendo em vista o contido no protocolado nº 22.726/2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada e autorizada a funcionar a Escola Municipal de Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos - EJA, localizado na Rua João Estevão, s/nº, neste município, que passa a ser denominada de Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de fevereiro de 2019.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

JOSE MARCELO COELHO
Secretário Municipal de Administração
- em exercício -

VANDECY SILVA DUTRA
Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral

1.2.b - Autorização de Funcionamento:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

SEMEDI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

RESOLUÇÃO Nº 012/20

A **Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Complementar 069/07 de 10 de setembro de 2007 considerando a LDB nº 9394/96, as Deliberações 02/2010, 01/2014 e o Parecer nº 16/20 do Conselho Municipal de Educação e o Laudo Técnico favorável da SEMEDI de Paranaguá.

Resolve

Art. 1º Autorizar, o funcionamento da **Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo dos Santos" - Educação de Jovens e Adultos - EJA**, situada na Rua João Estevão, s/nº, no Município de Paranaguá, mantida pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

§ 1º A autorização de funcionamento é concedida para a oferta da Educação de Jovens e Adultos - EJA - Fase I, a partir do ano letivo de 2019.

§ 2º A Direção deverá solicitar nova renovação no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2021, adequando-se à legislação vigente.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da oferta, oficializar à SEMEDI/COMED a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, em 21 de dezembro de 2020.

Tenille Cibele do Rocio Xavier

Tenille Cibele do Rocio Xavier
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 1938 em 06/04/2020

Tenille Cibele do Rocio Xavier
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 1938 em 06/04/2020

1.2.c- Justificativa com Implicações Legais

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional no município de Paranaguá, oferta o ensino Fundamental Fase I, compreendendo do 1º ao 5º ano, a estudantes a partir dos 15 anos completos, tendo como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo a que os estudante venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, por meio do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Tendo em vista este papel, a educação deve voltar-se para uma formação na qual os estudantes possam: aprender permanentemente, refletir criticamente; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinâmica das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir da utilização metodologicamente adequada de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócios históricos. (KUENZER, 2000, p. 40)

Sendo assim, para a concretização de uma prática administrativa e pedagógica verdadeiramente voltada à formação humana, é necessário que o processo ensino-aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos seja coerente com:

- a) o seu papel na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural;
- b) o exercício de uma cidadania democrática, reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipadora, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça;
- c) Os três eixos articuladores do trabalho pedagógico com jovens, adultos e idosos – cultura, trabalho e tempo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº

9394/96, em seu artigo 37, prescreve que “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. É característica desta modalidade de ensino a diversidade do perfil dos estudantes, com relação à idade, ao nível de escolarização em que se encontram, à situação socioeconômica e cultural, às ocupações e a motivação pela qual procuram a escola.

Portanto, é necessário que a EJA proporcione seu atendimento aproveitando outras formas de socialização como expressão de cultura própria, bem como adequá-la a estruturas de ensino já existentes, levando-se em conta suas especificidades. De acordo com os fundamentos que atendem à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Documento que propõe, em linhas gerais, um conjunto de normas que garantam o desenvolvimento de aprendizagens essenciais para a Educação Básica.

Também à EJA, cabe atender às necessidades individuais do estudante, construindo propostas viáveis para que o acesso, a permanência e o sucesso nos estudos estejam assegurados, na perspectiva de políticas públicas que garantam esse atendimento, destinando recursos próprios para a manutenção e a melhoria da qualidade de ensino.

Assim, para além da garantia de acesso e permanência, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagem a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Na função social da EJA, a educação se apresenta como demanda fundamental, que possibilita o envolvimento dos estudantes jovens, adultos e idosos nas práticas escolares, garantindo-lhes o acesso aos saberes em suas diferentes linguagens, intimamente articulado com suas necessidades, expectativas e trajetórias de vida, despertando-lhes a oportunidade de continuidade de escolarização.

Desta forma, a LDB incorpora uma concepção de formação

mais ampla e abre outras perspectivas para a educação de jovens e adultos, desenvolvida na pluralidade de vivências humanas. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estímulos, ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-se mais humano, socialmente justa e, também, se voltando para a preservação da natureza”.

O estudante da EJA torna-se sujeito na construção do conhecimento mediante a compreensão dos processos de trabalho, de criação, de produção e de cultura. Passam a reconhecer que são sujeitos do processo e que, portanto, conseguem obter melhor atendimento de sua relação com o mundo do trabalho e com as demais relações sociais que permeiam o mundo atual. A escola é um dos espaços em que os estudantes desenvolvem a capacidade de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo, por meio da atividade reflexiva. Cabe ao professor, incentivar esta busca constante pelo conhecimento historicamente produzido pela humanidade, presente em outras fontes de estudos ou de pesquisa. O tempo que este estudante permanecerá no processo educativo da EJA terá valor próprio e significativo e, portanto, a escola deve centrar nas Áreas do Conhecimento previstas pela BNCC (Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas), sendo que cada uma delas têm competências específicas de área que devem ser promovidas ao longo de todo o Ensino Fundamental.

A busca da autonomia intelectual e moral deve ser constante exercício com os estudantes da EJA. A emancipação humana será decorrência da construção desta autonomia com a qual contribui a educação escolar. O exercício de uma cidadania democrática, pelos estudante da EJA, será o reflexo de um processo cognitivo, crítico e

emancipador, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça.

A proposta de criação e funcionamento da EJA fundamenta-se na Deliberação nº 06/05 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que estabelece as normas para a Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental organizando-se:

- De forma Sequencial Presencial;
- Nas séries iniciais do ensino fundamental, compreendidas como Fase I;
- A idade mínima de 15(quinze) anos completos;
- Carga horária mínima de 1.200 (mil e duzentas horas);
- A carga horária mínima semestral será de 300 (trezentas horas).
- Exigir-se-á frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento para aprovação.

Ou seja: A especificidade do Calendário Escolar da Educação de Jovens e Adultos do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá- Fase 1 (um) /Alfabetização, contempla:

- I. A carga horária total mínima da Fase 1 é de 1200 (um mil e duzentas) horas, distribuídas em 04 semestres;
- II. A carga horária mínima anual se dará na sua organização com 600 (seiscentas) horas, distribuídas em 02 semestres;
- III. A carga horária mínima semestral se dará na sua organização com 300 (trezentas) horas, distribuídas em 02 bimestres.

O período de matrícula fica estabelecido no calendário escolar da rede municipal obedecendo ao Art. 5º, da Deliberação nº 09/01 do CEE, que assegura ao estudante não vinculado ao Estabelecimento de Ensino, a possibilidade de ingressar na escola a qualquer tempo, desde que se submeta o processo de classificação, aproveitamento e da data de matrícula e a recuperação dos conteúdos ministrados. Contudo, isto não implica na sua aprovação ou reprovação, no término da etapa de adaptação prevista no regimento escolar.

O controle de frequência se fará a partir da data efetiva da matrícula, devendo o estudante ter, no mínimo, 75% de frequência do total da carga horária restante a ser cursada.

O Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos está de acordo com a deliberação do COMED 02/2009 que estabelece normas relativas à definição do Calendário Escolar para os Estabelecimentos de Ensino de Educação Infantil, do Ensino Fundamental séries iniciais e Educação de Jovens e Adultos do Sistema de Ensino de Paranaguá. Como relata o art. 2º, o calendário escolar define o início e o término do ano letivo, os dias letivos, as férias escolares, os recessos escolares e administrativos, os feriados oficiais federais, estaduais e municipais, os dias de planejamento, as reuniões pedagógicas, os conselhos de classe, as atividades da escola ou do Sistema Municipal de Ensino.

O Calendário Escolar atenderá ao disposto na Deliberação COMED, bem como a legislação vigente, garantindo o mínimo de horas e dias letivos previstos para cada nível e modalidade.

1.2.d- Biografia Do Patrono

Edite Lobo dos Santos (abdicou do sobrenome Pereira ao casar-se), nasceu na cidade de Paranaguá em 14 de outubro de 1931. Criou-se no sobrado da família Lobo, que se situa na Rua Conselheiro Sinimbu, esquina com a Travessa Itiberê de Lima, ao lado da Igreja Matriz na cidade de Paranaguá. Filha de Manoel de Andrade Lobo e Haidee Pereira Lobo, terceira filha de uma prole de cinco filhos, portanto sendo irmã de Eunice, Eudimir, Eurico e Euricléia. Era neta de Balduina de Andrade Lobo, chamada pela alcunha de "Baduca". Sendo que sua avó Baduca era uma espírita conhecida, o que se notabilizou e passou a ter um Centro Social Urbano denominado Dona Baduca.

Aos dezenove anos casou-se com Vasco Carneiro dos Santos.

O seu esposo era oriundo da cidade de Ponta Grossa/Paraná, que tendo vindo servir ao exército em Curitiba foi deslocado no tempo da guerra para o Litoral do Paraná sendo que aí, conheceram-se. Vasco foi militar, jogador de futebol e campeão do Seletto, portuário e finalmente comerciante. Desse casamento vieram a ter quatro filhos, denominados Vasco, Carlos Augusto, Ivan e Luciana.

Fez seus estudos de primário e ginásial no Colégio Estadual José Bonifácio. Vindo a fazer estudos secundaristas na Escola Normal, já casada. Conclui dois cursos superiores de História e Pedagogia na Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá. Também fez dois cursos de pós-graduação denominados de Magistério de Ensino Superior e Parapsicologia, este último na Faculdade Espírita em Curitiba.

Iniciou sua carreira pedagógica como professora municipal no Bairro Vila Guarani. Na sequência tornou-se professora de ensino médio. Foi membro atuante do Centro de Letras da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. Aposentou-se, compulsoriamente, aos setenta anos, como professora de ensino superior na referida Faculdade. Também ministrou aulas na Faculdade de Educação de Joinville. Foi diretora no Colégio Estadual José Bonifácio, na Escola Zilah Batista, foi professora e diretora do Lar das Meninas Ercílica de Vasconcelos, mulher guerreira, dedicada à eterna simplicidade e generosidade.

Foi candidata à vereadora pelo antigo PDS. Como Presidente do Centro Espírita Paz e Luz ministrou curso básico e de aprofundamento da Filosofia Espírita, que tradicionalmente tinha a participação das mulheres da família Lobo.

Foi membro do Instituto Geográfico e Histórico de Paranaguá. Dedicou-se ao trabalho voluntário em prol dos necessitados, manteve durante alguns anos distribuição de alimentação noturna para pessoas carentes denominadas "sopão", que inicialmente era servido em seu

sobrado no centro espírita, passando mais tarde para a casa do Dr. Mauricio Vitor de Souza.

A professora Edite Lobo dos Santos, recebeu homenagem do Movimento Negro do Litoral. Considerada a matriarca da Educação Parnanguara, dedicou mais de 50 anos de sua vida ao magistério. Sempre que saía às ruas ganhava o carinho de ex-estudantes que sempre faziam questão de abraçá-la, é sempre lembrada com carinho e admiração. Veio a falecer com oitenta e cinco anos, no dia 18 de janeiro de 2017, na cidade de Paranaguá.

Para construção desta biografia foram consultadas algumas pessoas, entre elas: Vasco Carneiro dos Santos Filho, Augusto Lobo dos Santos, Ivan Lobo Santos e Luciana Maura Lobo dos Santos Filho.

1.2.1- Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço

Nossa escola possui o espaço físico composto por 2 salas de aula, 1 laboratório de informática, 1 sala de AEE adaptada/compartilhada, 1 sala de coordenação e orientação compartilhada, 1 cozinha/refeitório, 1 sala do projeto (educação para o trabalho), 1 banheiro feminino, 1 banheiro masculino, 1 secretaria, 1 sala de Direção e Coordenação. Conta com 1 quadro de funcionários composto por 1 diretora, 1 coordenadora pedagógica, 1 secretário geral, 2 agentes de apoio operacional e 35 professores. Os materiais utilizados no cotidiano escolar, tanto pedagógicos quanto administrativos são recebidos da Secretaria Municipal de Educação e também adquiridos com recursos do PDDE conforme as necessidades da escola.

1.2.1. a - Levantamento de ações que potencializam recursos para criação de condições necessárias para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem

Ações que podem contribuir para a criação de Recursos para a própria Escola poderão e serão promovidas pela APMF e com a aprovação do Conselho Escolar (ambos estão em processo de criação/andamento), bem como outras formas de angariar esses recursos, como: rifas, possíveis vendas de comidas e bebidas em eventos festivos da escola, contribuição voluntária dos pais (dos estudantes menores de idade) ou de contribuição voluntária por parte dos próprios estudantes maiores de 18 anos.

1.2.1.b - Análise de avanços e dificuldades

Parcerias com instituições educacionais e outras secretarias municipais: Saúde, Agricultura e Pesca, Meio Ambiente, Secretaria do Trabalho, Assistência Social. Por meio dos investimentos realizados de acordo com as possibilidades que a escola dispõe, podemos observar avanços na questão pedagógica e social, que auxiliam na elaboração das aulas e na maneira como o professor pode trabalhar os conteúdos em sala de aula, melhorando assim o processo de ensino/aprendizagem.

1.3- Relação dos profissionais da Instituição

FUNCIONÁRIOS
01- Adriane C.Tizzoni dos Santos
02- Adriana Miquilini
03- Ana Helena de Paula Lima
04- Ana Maria da Silva Gabriel
05- Andrea Elias de Paula Souza

06- Caroline de Oliveira Bezerra
07- Denise Correia Derio
08- Dinei Oliveira Rocha
09- Alyne Scislovski do Carmo de Freitas Cunha
10- Edimar Pereira Neves
11- Eliane Pinheiro Rosário
12- Eliziani Ribeiro Geraldo
13- Erica Emanuela Pereira Viana
14- Eunice Hiroko Mino
15- Fátima Oliveira Chaga Algodual
16- Herica Cristina de Pierri
17- Jair dos Santos Alves
18- Joelma Cordeiro Linhares
19- Joelson Gonçalves
20- Josemar Tizzoni
21- Juliani Lopes Alves
22- Jusiani de Oliveira
23- Lanna M. de Souza Lira
24- Lizabete do Rocio Vanhoni Gonçalves
25- Marcia Maria B. G.Marques
26- Maria Nilta da Silva
27- Maristela Oliveira da Silva
28- Maristela Pinto Fabiano
29- Matheus Edilberto Roth
30- Nirlene Samorano Pires
31- Nilza Maria Bonaldi

32- Noeli Fernandes
33- Pedro Martins Machado
34- Raiane Marques Nunes
35- Raquele da Silva
36- Rosane Poletti Kirchhoff
37- Rosi Meiry Mendes
38- Sarita Santos Silva
39- Silvana Costa de Souza
40- Simone Mello
41- Sirlene Terezinha Keps
42- Solange Regina M. Melchior da Silva
43- Vanessa Freire Silva
44- Verginia Mari G. Ribeiro
45- Marcia Regina P. A. Veiga
46- Marcia Maria Barbosa Gonçalves Marques
47- Maria do Rocio Rauscher Santos

1.3.1- Nível de Escolaridade

1.3.1.a - Quadro Geral de Funcionário

FUNCIÓNÁRIO	FORMAÇÃO INICIAL	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	NÍVEL ATUAL NA TABELA
GESTOR				
Edimar Pereira Neves	Magistério	Pedagogia	Supervisão Gestão/EJA	PROF20N25-1
PEDAGOGO COORDENADOR				

Ana Maria da Silva Gabriel	Magistério	Pedagogia	Supervisão Escolar	PROPB40N08-1
PEDAGOGO ORIENTADOR				
Maristela Pinto Fabiano	Magistério	Pedagogia	Psicopedagogia e EJA	PROF40N11-11
SECRETÁRIO ESCOLAR				
Dinei Oliveira Rocha	Ensino Médio			B4008-1

1.3.1.b - Quadro de Professores

FUNCIONÁRIO	PADRÃO	FORMAÇÃO INICIAL	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	NÍVEL
Adriane C. Tizzoni dos Santos	X		Normal Superior	Psicopedagogia/EJA Neuropsicopedagogia Educação Especial e Inclusiva	PROF2013-1
Adriana Miquilini	X				PROF20N15-1
Ana Helena de Paula Lima	X	Magistério	Pedagogia	Educação Matemática	PROFE20 N25-1
Caroline de Oliveira Bezerra	X	Magistério	Pedagogia	Educação Especial	PROFE20N18-1
Denise Correia Derio	X	Magistério	Pedagogia	Filosofia /Sociologia	PROF20N05-1
Alyne Scislovski do Carmo de Freitas Cunha	X	Magistério	Pedagogia	Educação Especial	PROF20N07-1
Eliane Pinheiro Rosário	X	Magistério	Pedagogia	Psicopedagogia Institucional /Educação Especial/EJA	PROF20N13-1
Eliziani Ribeiro Geraldo	X	Magistério	Pedagogia	Educação Inclusiva	PROF20N11-1
Erica Emanuela Pereira Viana	X		Pedagogia		PROF20N07-1
Eunice Hiroko Mino	X	Magistério	Pedagogia	Gestão Escolar e EJA	PROF20 N19-1 PROF20 N18-1
Fátima Oliveira Chaga Algodual		Magistério	Pedagogia		PROFD20 N16-1
Herica Cristina de Pierri			Educação Física		PROFD20 N09-1
Jair dos Santos Alves	X	Magistério	Ciências e Matemática	Ed. Matemática	PROF20N13-1
Joelma Cordeiro Linhares	X	Magistério	Pedagogia	Neuropsicopedagogia	PROF20N15-1

Joelson Gonçalves	X	Magistério	Educação Física	Educação Ambiental	PROF20N12-1
-------------------	---	------------	-----------------	--------------------	-------------

Juliani Lopes Alves		Fundamental			A4004-01
Jusiani de Oliveira	X	Magistério	Letras/Português	Gestão Escolar/EJA e Ed. Especial	PROF20N15-1
Josemar Tizzoni	X		Pedagogia/História	Ed. Especial	PROF20N03-1
Lanna M. de Souza Lira	X	Magistério	Pedagogia	Ed. Especial/ Libras	PROF20N03-1
Lizabete do Rocio Vanhoni Gonçalves	X	Magistério	Pedagogia	Trabalho Pedagógico	PROF20N19-1
Marcia Maria B. G. Marques	X	Magistério	Pedagogia	Neuropsicopedagogia, Ed. Especial e Inclusiva	PROF20N19-1
Marcia Almindo					
Matheus Edilberto Roth	X		Educação Física	Metodologia da Educação do Ensino Superior/ Mestrado: Bioética	PROFE20N03-1

Maria Nilta da Silva	X	Magistério	Pedagogia	EJA e Ed. Especial	PROFE20N21-1
Maristela Oliveira da Silva	X	Magistério	Pedagogia	EJA, Ed. Especial/ Inclusão e Ed. Especial	PROF20N15-1
Nirlene Samorano Pires	X	Magistério	Normal Superior/ Administração	Neuropsicopedagogia, Ed. Especial e Inclusiva	PROFE20N05-1 PROFE20N13-1
Nilza Maria Almeida Bonaldi			Pedagogia	Educação Infantil, Gestão e Psicopedagogia	PROFE20N19-1
Noeli Fernandes	X		Pedagogia	Ed. Especial	PROF20N09-1
Pedro Martins Machado	X	Magistério	Pedagogia/ Ed. Física	Psicopedagogia Clínica e Institucional, Gestão Escolar, Ed. Física e Escolar e EJA	PROF20N13-1
Raiane Marques Nunes	X		Formação de professores /bach.Ciências biológicas	Neuropsicopedagogia e d.especial e inclusiva/gestão do meio ambiente/gestão escolar	PROF20N15-1
Rosane Poletti Kirchhoff	X	Magistério	Pedagogia		PROFD20N13-1
Rosi Meiry Mendes	X	Magistério	História	Didática fundamentos teóricos da prática pedagógica	PROF20N06-1

Sarita Santos Silva	X	Magistério	Letras/ Português	Metod. Do Ens. Língua Portuguesa	PROFE20N20-1
Silvana Costa de Souza	X	Magistério	Letras/ Português	Psicopeda. Inst. Neuropsicopedagogia Ed. Especial e Inclusiva	PROFE20N10-1
Sirlene Terezinha Keps	X	Magistério	Pedagogia	Gestão Escolar/educação especial;deficiência mental	PROF20N21-1
Simone Mello		Magistério	Pedagogia	Gestão Escolar e Psicopedagogia	PROF20N21- 1
Solange Regina M.Melchior da Silva	X	Magistério	Pedagogia	Psicopedagogia Institucional e Clínica	PROF20N19-1
Vanessa Freire Silva	X		Normal Superior/ Pedagogia	Libras/Psicopedagogia Clínica, Institucional, Empresarial/ Gestão e Ed. Educacional/ EJA e Psicomotricidade	PROF20N11-1
Verginia Mari G. Ribeiro	X	Magistério	Normal Superior	Educação Especial/ Eja	PROFE20N25-1 PROFE20N20-1
Marcia Regina P. A. Veiga	X	Magistério	Pedagogia/ Normal Superior	Psicopedagogia Institucional/ Neuropsicopedagogia Ed. Especial e Inclusiva EJA/Pedagogia Social	PROFE20N23-1 PROFE20N20-1
Marcia Maria Barbosa G. Marques	X	Magistério	Pedagogia	Neuropsicopedagogia/ Educação Especial e Inclusiva	PROFE20N23-1 PROFE20N20-1
Maria do Rocio Rauscher Santos		1º Grau			

1.3.2- Cargos, funções e vínculo empregatício

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	ESCOLA	PERÍODO	VÍNCULO
ADRIANE CRISTINA TIZZONE	9973-1	PROFESSORA	INÁ XAVIER	NOITE	PADRÃO
ANA HELENA DE PAULA LIMA	2658-2	PROFESSORA	EDITE LOBO	NOITE	PADRÃO
ANA MARIA DA SILVA GABRIEL	10902-1	COORDENADORA	EDITE LOBO	MANHÃ/ NOITE	PADRÃO
ANDREA ELIAS DE PAULA SOUZA	7622-3	PROFESSORA	EDITE LOBO	MANHÃ	PADRÃO

ADRIANA MIQUILIN I	8744-1	PROFESSORA	ALMIRANTE	NOITE	PADRÃO
ALYNE SCISLOVSKI DO CARMO DE FREITAS CUNHA	11904-2	PROFESSORA	EDITE	INTERME DIÁRIO	PADRÃO

DENISE CORREIA DÉRIO	10594-1	PROFESSORA	J. ROCHA	NOITE	PADRÃO
DINEI OLIVEIRA ROCHA	9945-1	SECRETÁRIO GERAL	EDITE LOBO	TARDE/NOITE	-
EDIMAR PEREIRA NEVES	3267-1	DIRETORA	EDITE LOBO	TARDE/NOITE	PADRÃO
ELIANE PINHEIRO ROSARIO	8791-3	PROFESSORA	LEONCIO	NOITE	PADRÃO
ELIZIANI RIBEIRO GERALDO	8432-1	PROFESSORA	GRACIELA	NOITE	PADRÃO
ERICA EMANUEL A PEREIRA VIANA	12420-1	PROFESSOR A	GRACIELA	NOITE	PADRÃO
EUNICE HIROKO MINO	7112-1	PROFESSOR A	EDITE LOBO	MANHÃ/TARDE	PADRÃO
JOELSON GONÇALVES	9210-1	PROFESSOR	EDITE	NOITE	PADRÃO
JAIR DOS SANTOS ALVES	3369-2	PROFESSOR A	IRACEMA	NOITE	PADRÃO
JOELMA CORDEIRO LINHARES	6688-1	PROFESSOR A	NAYÁ	NOITE	PADRÃO
JOSEMAR TIZZONI	9031-2	PROFESSOR A	NAYÁ	NOITE	PADRÃO
JULIANI LOPES ALVES	94128-1	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	EDITE LOBO	MANHÃ/TARDE	-
JUSIANE DE OLIVEIRA	8980-2	PROFESSOR A	LEÔNCIO	NOITE	PADRÃO
HERICA CRISTINA DE PIERRE	10868	PROFESSORA ED. FÍSICA	ITINERANTE	NOITE	PADRÃO
LANNA MARQUES DE SOUZA LIRA	9218-1	PROFESSORA	EDITE LOBO	TARDE	PADRÃO
MÁRCIA MARIA BARBOSA GONÇALVES MARQUES	5527-1	PROFESSORA	ANIBAL	NOITE	PADRÃO
MARCIA REGINA PEREIRA ALMINDO VEIGA	5528-1	PROFESSORA	EDITE LOBO	MANHÃ/TARDE	PADRÃO

MARIA DO ROCIO RAUSCHER SANTOS	8365-1	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	EDITE LOBO	MANHÃ/TARDE	
MARIA NILTA DA SILVA	5100-2	PROFESSORA	JOÃO ROCHA	NOITE	PADRÃO
MARISTELA OLIVEIRA DA SILVA	8860-2	PROFESSORA		NOITE	PADRÃO
MARISTELA PINTO FABIANO	10655-2	PEDAGOGA	EDITE	TARDE/NOITE	PADRÃO
MATHEUS EDILBERTO ROTH	95108-1	PROFESSOR ED. FÍSICA	ITINERANTE	NOITE	PADRÃO
NIRLENE SAMORANO PIRES	8872-3	PROFESSORA	ALMIRANTE	NOITE	PADRÃO
NOELI FERNANDES	11911-1	PROFESSORA	MARIA TRINDADE	NOITE	PADRÃO

PEDRO MARTINS MACHADO	9870-1	PROFESSORA	GRACIELA	NOITE	PADRÃO
RAIANE MARQUES NUNES	8987-1	PROFESSORA	ALMIRANTE	NOITE	PADRÃO
ROSAN E POLETTI KIRCHHOFF	9859-2	PROFESSORA	LEÔNCIO	NOITE	PADRÃO
ROSI MEIRY MENDES	9968-3	PROFESSORA	EDITE LOBO	NOITE	PADRÃO
SARITA DOS SANTOS SILVA	7107-1	PROFESSORA	IRACEMA	NOITE	PADRÃO
SILVANA COSTA DE SOUZA	7156-1	PROFESSORA	ANCHIETA	NOITE	PADRÃO
SIMONE PEREIRA DE MELLO	3854-1	PROFESSORA	GRACIELA	NOITE	PADRÃO

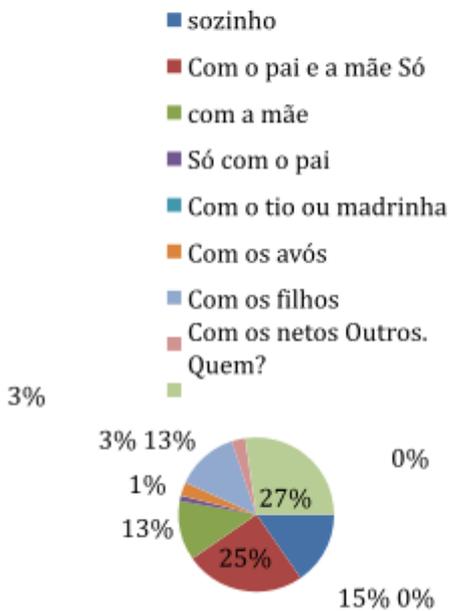
SIRLENE TEREZINHA KEPS	3888-1	PROFESSORA		NOITE	PADRÃO
SOLANGE REGINA MARTINS MELCHIOR DA SILVA	9256-1	PROFESSORA	EDITE LOBO	NOITE	PADRÃO
VANESSA FREIRE SILVA	9964-1	PROFESSORA		NOITE	PADRÃO
VERGINIA MARI GONÇALVES RIBEIRO	5857/3168	PROFESSORA	EDITE LOBO	MANHÃ/TARDE	PADRÃO

1.4 Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar (Dados coletados do SERE)

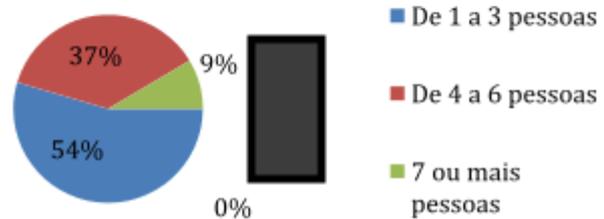
A pesquisa socioeconômica, cultural e educacional foi realizada com os estudantes durante as aulas, sendo aplicada pelo professor(a) que realizou a explicação e tirou as possíveis dúvidas, dando segurança aos estudantes e tornando o processo bastante fidedigno para a tabulação final dos dados.

Tabulação dos dados coletados com a pesquisa:

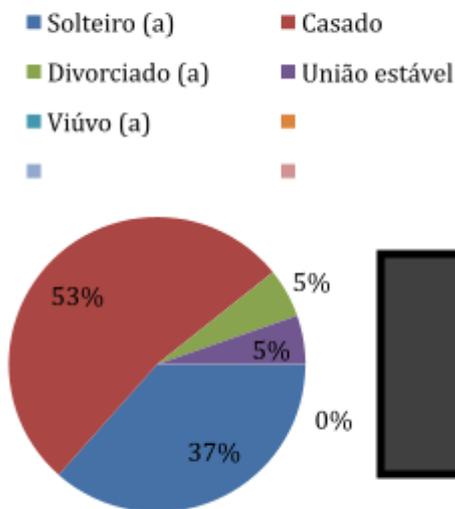
01. Com quem você mora:



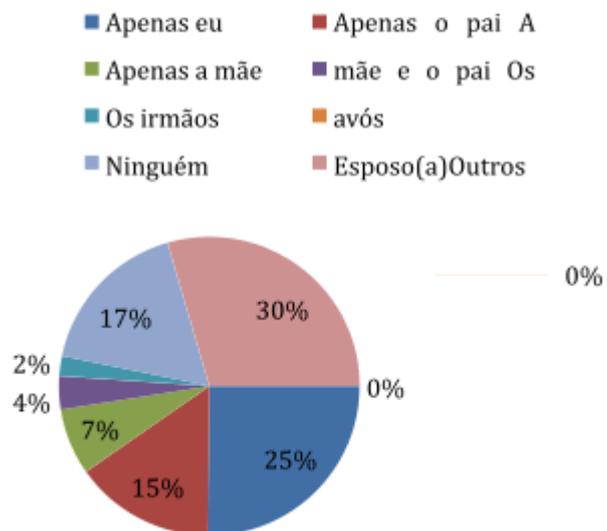
02. Quantas pessoas moram na residência?



03. Estado civil: Você é:

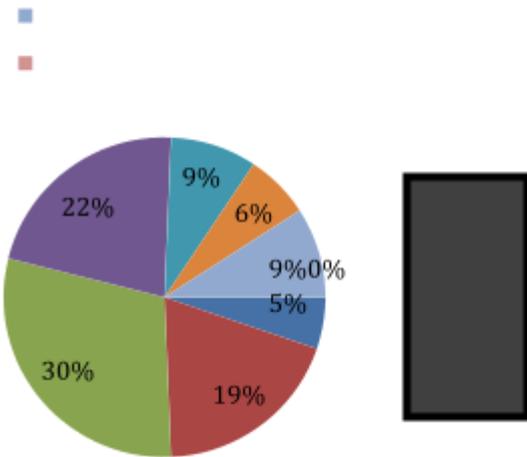


04. Quem trabalha fora na sua casa?



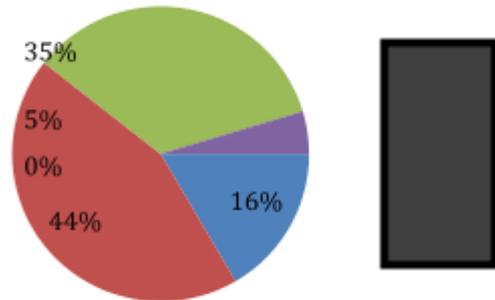
05. Nível de escolaridade das pessoas que moram com o estudante:

- Não estudou
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental em curso
- 2º grau completo
- 2º grau incompleto
- 2º grau em curso
- Curso Superior/Faculdade

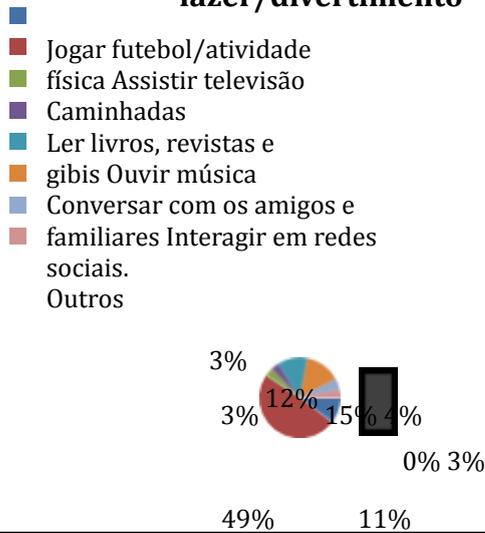


06. A renda familiar da sua casa é:

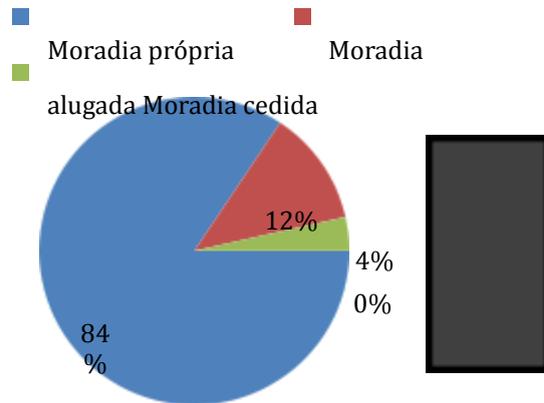
- Menor do que um salário mínimo
- Um salário mínimo
- Dois a três salários mínimos
- Igual ou maior do que três salários mínimos



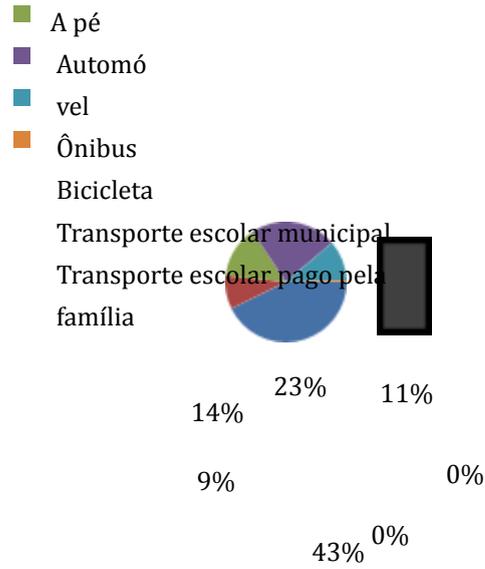
07. Qual é o seu principal meio de lazer/divertimento



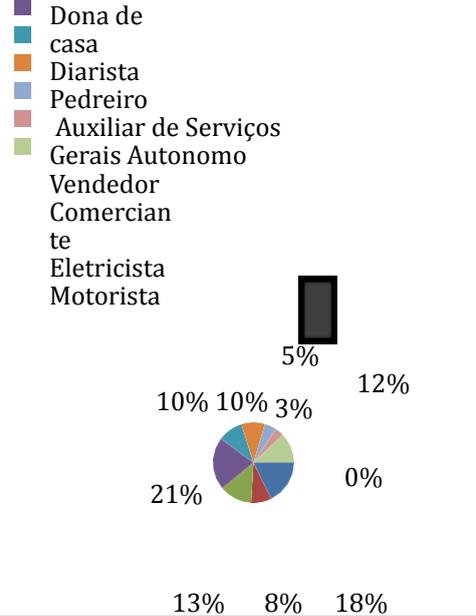
08. Você mora em:



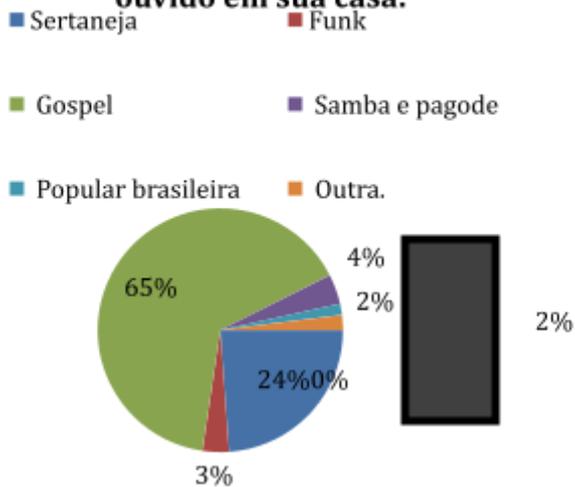
09. Qual é o meio de transporte que você utiliza para ir à escola



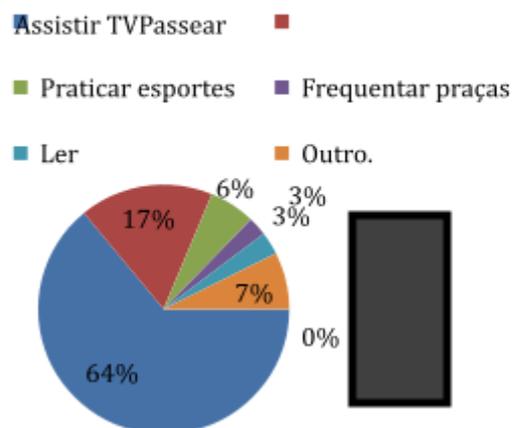
10. Qual é a profissão das pessoas que moram com os estudantes:



11. Qual tipo de música é mais ouvido em sua casa:

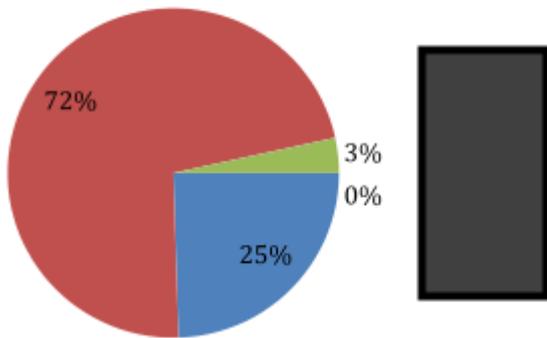


12. Qual é a principal forma de diversão dos membros de sua família



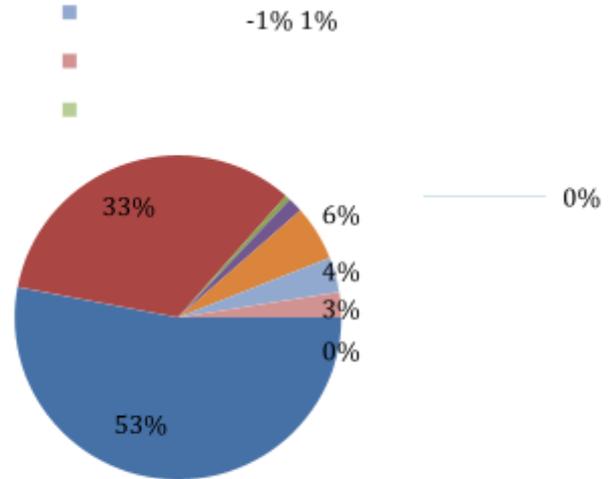
13. O estudante recebe o benefício do Bolsa Família :

■ Sim ■ Não



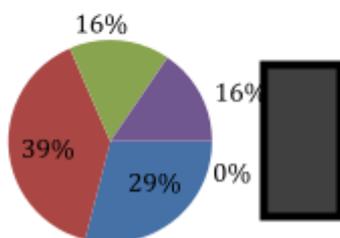
14. Na opinião do estudante qual é o espaço mais importante da sua comunidade ou bairro:

■ Escola
■ Igreja
■ Campo de futebol Centro comunitário
■ Quadra esportiva Posto de saúde
■ A praça ou outra área de lazer Lanchonete
■ Outro



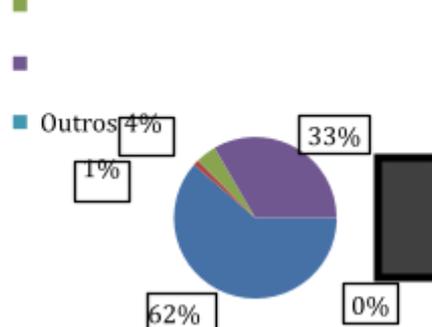
15. Há quanto tempo cada estudante está na nossa escola:

■ Menos de um ano De 1 a 3 anos
■ De 4 a 5 anos Acima de 5 anos

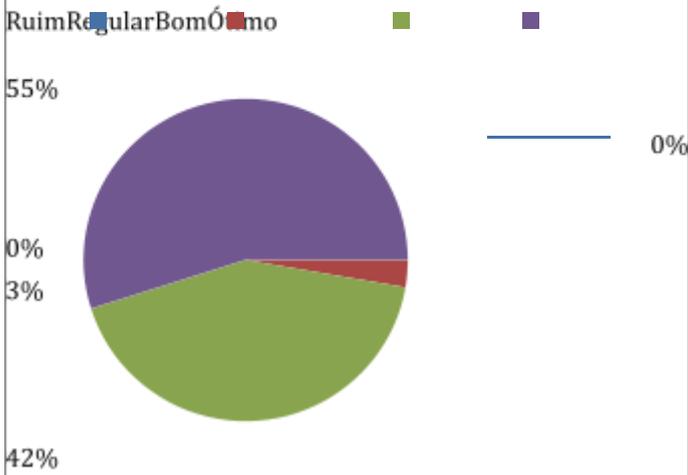


16. Qual o motivo para se matricular na nossa instituição:

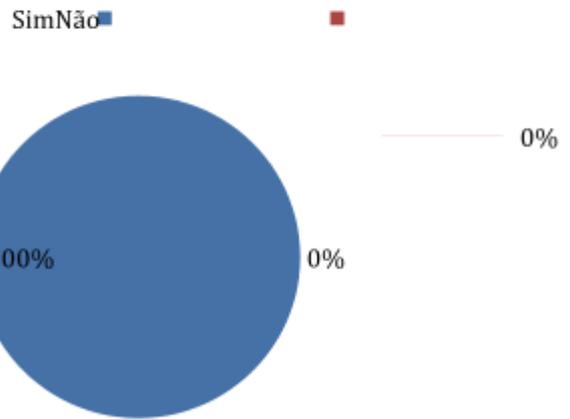
■ É perto de casa
■ Pela facilidade de acesso ao transporte escolar
■ Por estar próximo ao trabalho dos responsáveis
■ Pelo trabalho desenvolvido pela instituição



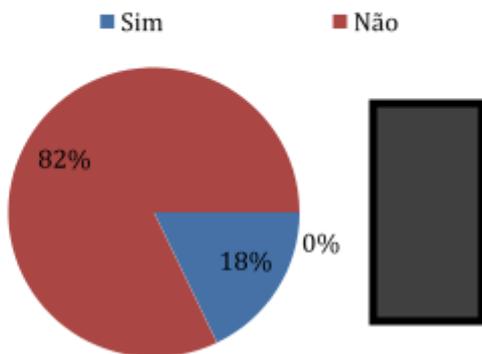
17. Como você considera o ensino nesta instituição:



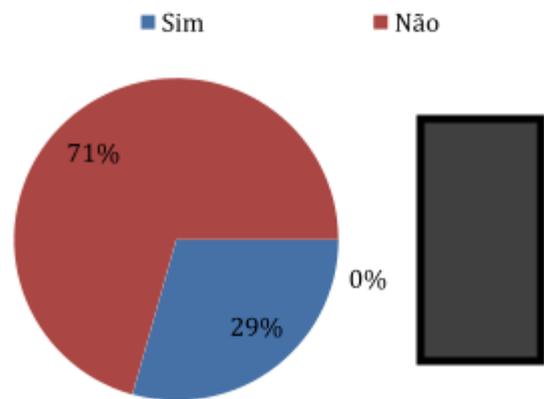
18. Você está satisfeito com a escola:



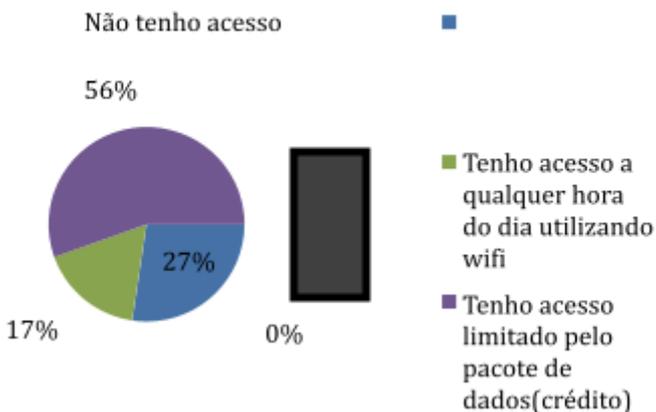
19. Você tem um tempo reservado para estudo/leitura/pesquisa em casa:



20. Em sua casa, há algum espaço reservado para o estudo:



21 Quanto ao acesso à internet, você:



1.5 Contextualização das condições físicas e materiais.

Nossa escola possui o espaço físico composto por 2 salas de aula, 1 laboratório de informática, 1 sala de AEE, 1 cozinha/refeitório, 1 sala do projeto (educação para o Trabalho), 1 banheiro feminino, 1 banheiro masculino, 1 secretaria, 1 sala de Direção e Coordenação.

Conta com o quadro de funcionários composto por 1 diretora, 1 coordenadora pedagógica, 1 orientadora, 1 secretário geral, 2 agentes de apoio operacional e 41 professores. Os materiais utilizados no cotidiano escolar, tanto pedagógicos quanto administrativos são recebidos da Secretaria Municipal de Educação e também adquiridos com recursos do PDDE conforme as necessidades da escola.

1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes da Educação de Jovens e Adultos

Dependência	Quantidade	Condições de utilização		O que está inadequado?
		Adequada	Inadequada	
Diretoria	1		X	Mesmo ambiente da sala da Secretaria
Secretaria	1	X		

Sala de Professores	1		X	Adaptada à sala do Almoxarifado
Sala da Coordenação Pedagógica	1		X	Mesmo ambiente da sala do Laboratório de Informática
Sala de Recursos Multifuncional	1	X		
Classe Especial	-	-	-	-
Sala de Apoio Escolar	-	-	-	-

Espaço de Leitura	1		X	Mesmo espaço do Auditório
-------------------	---	--	---	---------------------------

Laboratório de Informática	1		X	Mesmo espaço da sala das Pedagogas
----------------------------	---	--	---	------------------------------------

Auditório	1		X	OBS: Uma sala de aula foi adaptada para reuniões que comporta 40 pessoas.
Sala de Aula	3	X		
Depósito de material de limpeza	1		X	Espaço pequeno
Dispensa	-	-	-	-
Refeitório	1		X	Mesmo ambiente da cozinha
Pátio coberto	N ã o h á	-	-	-
Quadra de esportes coberta	N ã o h á	-	-	-
Cozinha	1		X	Mesmo ambiente do refeitório
Área de serviço	-	-	-	-
Sanitário dos Professores	0 1		X	Anexo ao banheiro dos estudantes
Sanitário dos serviços gerais	0		X	Utilizamos os mesmos sanitários que os professores.
Sanitário dos estudantes	0 3	X		Separados: Masculino e Feminino
Sala de Lazer e Descanso	0 1		X	Sala construída com recursos da Receita Federal (Feira da Partilha)

1.6 Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar.

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO		
TO		
MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO/ ESCOLAS DESCENTRALIZADAS

7h30 às 11h30	13h30 às 17h30	18h às 22h
---------------	----------------	------------

1.6.1 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas.

A Educação de Jovens e Adultos é ofertada em treze escolas municipais descentralizadas na zona urbana sendo uma escola de campo. A Escola Municipal de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos Edite Lobo dos Santos é o Polo da EJA, onde são realizadas as matrículas e centralizada toda documentação escolar dos estudantes. Atende durante o ano letivo em média de 264 a 280 estudantes, distribuídos em 62 turmas, 41 professores, e uma equipe técnico pedagógica, composta com 01 assistente administrativo, 01 coordenadora pedagógica, 01 orientadora, 01 direção, 02 agentes de apoio para serviços gerais.

Curso	Seriação	Turno	Turma
EJA FASE I - 4 ETAPAS/PERÍODOS (5085) Ato Legal: RES-12/2020 Dt. Validade: 31/12/2021			
	1ª Etapa	Manhã	A
	1ª Etapa	Tarde	B
	1ª Etapa	Tarde	C
	1ª Etapa	Noite	E
	1ª Etapa	Noite	F
	1ª Etapa	Noite	G
	1ª Etapa	Noite	H
	1ª Etapa	Noite	I
	1ª Etapa	Noite	J
	1ª Etapa	Noite	K
	1ª Etapa	Noite	L
	1ª Etapa	Noite	M

1ª Etapa	Noite	N
1ª Etapa	Noite	P
2ª Etapa	Manhã	A
2ª Etapa	Tarde	B
2ª Etapa	Tarde	C
2ª Etapa	Tarde	D
2ª Etapa	Noite	E
2ª Etapa	Noite	F
2ª Etapa	Noite	G
2ª Etapa	Noite	H
2ª Etapa	Noite	I
2ª Etapa	Noite	J
2ª Etapa	Noite	K
2ª Etapa	Noite	L
2ª Etapa	Noite	M
2ª Etapa	Noite	N
2ª Etapa	Noite	O
2ª Etapa	Noite	P
3ª Etapa	Manhã	A
3ª Etapa	Tarde	B
3ª Etapa	Tarde	C
3ª Etapa	Tarde	D
3ª Etapa	Noite	E
3ª Etapa	Noite	F
3ª Etapa	Noite	G
3ª Etapa	Noite	H
3ª Etapa	Noite	I
3ª Etapa	Noite	J
3ª Etapa	Noite	K
3ª Etapa	Noite	L
3ª Etapa	Noite	M
3ª Etapa	Noite	N
3ª Etapa	Noite	O
3ª Etapa	Noite	P
4ª Etapa	Manhã	A
4ª Etapa	Tarde	B
4ª Etapa	Tarde	C
4ª Etapa	Tarde	D
4ª Etapa	Noite	E

4ª Etapa	Noite	F
4ª Etapa	Noite	G
4ª Etapa	Noite	H
4ª Etapa	Noite	I
4ª Etapa	Noite	J
4ª Etapa	Noite	K
4ª Etapa	Noite	L
4ª Etapa	Noite	M
4ª Etapa	Noite	N
4ª Etapa	Noite	O
4ª Etapa	Noite	P

1.6.2 Critérios de distribuição de turmas anualmente.

1.6.2.a - Estudo da Realidade

O Brasil tem passado por expressivas transformações de caráter social, político e econômico desde sua colonização. A produção e o mercado tornaram - se os elementos mais preciosos de classificação e mobilidade social expressando a forma desigual que se estrutura nossa sociedade brasileira, uma sociedade capitalista, onde há grande valorização de bens e consumo e a educação não é priorizada.

Os estudantes da nossa escola, diante desta sociedade excludente, competitiva e seletiva tornam - se algumas vezes invisíveis, por isso a Escola Municipal Edite Lobo dos Santos – Educação de Jovens e Adultos, tem um papel fundamental e determinante no contexto social do município e uma das atribuições desta instituição é conscientizar a comunidade que nossos estudantes, apesar de suas especificidades, são cidadãos com direitos e deveres e que podem contribuir no contexto social.

A economia municipal está baseada nas atividades relacionadas

Latina, o que impulsiona a economia da cidade em outras atividades como: pesca, agricultura, agropecuária, industrial, turismo, cultura, além de serviços que predominam no valor do Produto Interno Bruto(PIB) Municipal, possuindo assim um perfil econômico sólido e eficiente no cenário estadual.

Atendendo as necessidades desta economia, a escola oferece turmas descentralizadas com muitos destes trabalhadores que são oriundos de diversos bairros da cidade, e das mais variadas classes sociais. Assim, a comunidade escolar é composta por uma diversidade econômica e cultural muito grande, fazendo com que os interesses dos estudantes sejam os mais diversos. Há grupos que buscam a conclusão dos estudos, os que buscam apenas o aprendizado e outros apenas o convívio social. Com essa comunidade que a escola se depara no cotidiano, concorrendo com a programação de uma cidade histórica que possui horários de trabalho diferenciados, o que sinaliza a necessidade de flexibilização em relação a frequência do estudante trabalhador.

Pensando neste contexto são estabelecidos diversos critérios para a distribuição das turmas como:

1. A localidade/região com maior número de estudantes com interesse em retomar/começar os estudos;
2. Disponibilidade de uma instituição escolar municipal na localidade onde apresenta procura por ingressar na EJA Municipal Fase 1;
3. Equilíbrio de número de estudantes e/ou etapa por turma, levando em conta a capacidade das salas de aula e a qualidade do ensino;
4. Considerações sobre a formação das turmas, levando em conta aspectos como diversidade, equidade e inclusão;
5. Necessidades específicas dos estudantes, como acomodação de estudantes com necessidades especiais;
6. Distribuição equitativa de recursos e oportunidades educacionais entre as turmas;
7. Considerações sobre a disponibilidade, distribuição e escolha de professores, incluindo professores de Educação Física, acompanhamento educacional especializado, entre outros...

Sempre com o objetivo de garantir que a distribuição seja feita de forma justa, equitativa e considerando as necessidades individuais dos estudantes e as condições de cada descentralizada, especialmente quando tratamos de escolas do campo, comunidade indígena (Pindoty) e Centro de Acolhimento (Secretaria de Assistência Social)).

1.6.2.b - Fins e objetivos

Consideramos que o Projeto Político-Pedagógico é um documento que deva retratar a identidade da nossa escola e para que sua elaboração seja realmente significativa, a mesma deve ser democrática, onde além da direção, equipe pedagógica, corpo docente e demais funcionários, os pais dos nossos estudantes, em especial os pais dos estudantes menores de idade também sejam contemplados com a participação de forma efetiva nesse processo.

1.6.3 Quantitativo de estudantes por turma.

Curso	Seriação	Nº da Sala	Metragem	Turno	Turma	Horário Início	Horário Fim	Qtde estudantes
1ª Etapa	01	48.00 m²	Manhã	A		07:30	11:30	1
1ª Etapa	01	48.00 m²	Tarde	B		13:30	17:30	1
1ª Etapa	03	50.00 m²	Tarde	C		13:30	17:30	0
1ª Etapa	01	48.00 m²	Noite	E		18:00	22:00	1
1ª Etapa	01	48.00 m²	Noite	F		18:00	22:00	6
1ª Etapa	03	50.00 m²	Noite	G		18:00	22:00	1
1ª Etapa	05	60.00 m²	Noite	H		18:00	22:00	4
1ª Etapa	07	60.00 m²	Noite	I		18:00	22:00	3
1ª Etapa	01	48.00 m²	Noite	J		18:00	22:00	9
1ª Etapa	03	50.00 m²	Noite	K		18:00	22:00	2
1ª Etapa	05	60.00 m²	Noite	L		18:00	22:00	3
1ª Etapa	07	60.00 m²	Noite	M		18:00	22:00	3
1ª Etapa	01	48.00 m²	Noite	N		18:00	22:00	1
1ª Etapa	04	60.00 m²	Noite	P		18:00	22:00	4
2ª Etapa	01	48.00 m²	Manhã	A		07:30	11:30	2

pa			ã			0	
2ª Eta pa	02	48.00 m²	Tarde	B	13:30	17:30	2
2ª Eta pa	03	50.00 m²	Tarde	C	13:30	17:30	1
2ª Eta pa	05	60.00 m²	Tarde	D	13:30	17:30	1
2ª Eta pa	01	48.00 m²	Noite	E	18:00	22:00	1
2ª Eta pa	01	48.00 m²	Noite	F	18:00	22:00	5

2ª Etapa	03	50.00 m²	Noite	G	18:00	22:00	2
2ª Etapa	05	60.00 m²	Noite	H	18:00	22:00	7
2ª Etapa	07	60.00 m²	Noite	I	18:00	22:00	0
2ª Etapa	01	48.00 m²	Noite	J	18:00	22:00	3
2ª Etapa	01	48.00 m²	Noite	K	18:00	22:00	1
2ª Etapa	05	60.00 m²	Noite	L	18:00	22:00	1
2ª Etapa	07	60.00 m²	Noite	M	18:00	22:00	1
2ª Etapa	01	48.00 m²	Noite	N	18:00	22:00	2
2ª Etapa	02	48.00 m²	Noite	O	18:00	22:00	1
2ª Etapa	02	48.00 m²	Noite	P	18:00	22:00	1
3ª Etapa	02	48.00 m²	Manhã	A	07:30	11:30	11
3ª Etapa	01	48.00 m²	Tarde	B	13:30	17:30	5
3ª Etapa	04	60.00 m²	Tarde	C	13:30	17:30	2
3ª Etapa	06	60.00 m²	Tarde	D	13:30	17:30	1
3ª Etapa	03	50.00 m²	Noite	E	18:00	22:00	1
3ª Etapa	02	48.00 m²	Noite	F	18:00	22:00	2
3ª Etapa	04	60.00 m²	Noite	G	18:00	22:00	3
3ª Etapa	06	60.00 m²	Noite	H	18:00	22:00	5
3ª Etapa	08	50.00	Noite	I	18:00	22:00	6

Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo

pa		m ²				0	
3 ^a Eta pa	02	48.00 m ²	Noite	J	18:00	22:0 0	4
3 ^a Eta pa	04	60.00 m ²	Noite	K	18:00	22:0 0	5
3 ^a Eta pa	06	60.00 m ²	Noite	L	18:00	22:0 0	8
3 ^a Eta pa	08	50.00 m ²	Noite	M	18:00	22:0 0	7
3 ^a Eta pa	02	48.00 m ²	Noite	N	18:00	22:0 0	2
3 ^a	03	50.00 m ²	Noite	O	18:00	22:0 0	6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo

Etap a							
3 ^a Eta pa	06	60.00 m ²	Noite	P	18:00	22:00	6
4 ^a Eta pa	02	48.00 m ²	Manhã	A	07:30	11:30	5
4 ^a Eta pa	02	48.00 m ²	Tarde	B	13:30	17:30	12
4 ^a Eta pa	04	60.00 m ²	Tarde	C	13:30	17:30	0
4 ^a Eta pa	06	60.00 m ²	Tarde	D	13:30	17:30	2
4 ^a Eta pa	02	48.00 m ²	Noite	E	18:00	22:00	9
4 ^a Eta pa	02	48.00 m ²	Noite	F	18:00	22:00	15
4 ^a Eta pa	04	60.00 m ²	Noite	G	18:00	22:00	6
4 ^a Eta pa	06	60.00 m ²	Noite	H	18:00	22:00	12
4 ^a Eta pa	08	50.00 m ²	Noite	I	18:00	22:00	9
4 ^a Eta pa	02	48.00 m ²	Noite	J	18:00	22:00	16
4 ^a Eta pa	04	60.00 m ²	Noite	K	18:00	22:00	5
4 ^a Eta pa	06	60.00 m ²	Noite	L	18:00	22:00	2
4 ^a Eta pa	08	50.00 m ²	Noite	M	18:00	22:00	9
4 ^a Eta pa	02	48.00 m ²	Noite	N	18:00	22:00	5
4 ^a Eta pa	03	50.00 m ²	Noite	O	18:00	22:00	4

4 ^a Etap a	06	60.00 m ²	Noite	P	18:00	22:00	9
					Total do Curso		264
					Total do Ensino		264
	Tot al Ge ral				2		
					6		
					4		

dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.

1.6.4 Projetos próprios da instituição e oferecidos pela mantenedora.

Os projetos dentro da escola propicia a conexão de várias áreas do conhecimento, fazendo com que a aprendizagem se torne significativa para o estudante. Com os projetos, os professores têm a oportunidade de utilizar diferentes metodologias que se adequam à demanda daquela sala de aula/instituição, onde o estudante constrói habilidades ligadas à cidadania, se tornam mais criativos e ativos no caminho de construção de conhecimentos, em geral, são capazes de enfrentar situações problemas, com as quais inevitavelmente, irão se deparar no seu cotidiano.

1.6.4.a - Projetos desenvolvidos na Escola:

Projeto Educação para o mundo do trabalho

Preparar e inserir os estudantes a desenvolver habilidades para ingressar no mercado de trabalho. Permitir que o estudante com necessidade especial -PCD desenvolva e execute sua plena cidadania com dignidade e autonomia.

Projeto Busca Ativa: Novos Estudantes

O objetivo principal dessa ação é chegar até as pessoas que, seja por desconhecimento, dificuldade ou outros impedimentos, não têm acesso à escola. Para isso estamos indo às comunidades para divulgar a oferta da vaga na Educação de Jovens e Adultos, especificamente. O plano estratégico de busca ativa permitirá localizar os estudantes que não deram seguimento à alfabetização, identificar as dificuldades no acesso às escolas e propor soluções para efetivar a matrícula dos potenciais estudantes. Para isso, a direção organiza ações em espaços públicos, feiras, reuniões comunitárias e utilizam os meios digitais com o envio de mensagens em redes sociais. As equipes irão de casa em casa e eventualmente com o uso de carros de som, conversar com as pessoas com o intuito de apresentar e divulgar a EJA e esclarecer a importância de retomar os estudos, independentemente da idade.

Projeto de Música

Possibilitar o trabalho das emoções, o desenvolvimento da sensibilidade, a percepção auditiva, a sociabilidade entre outros. Por meio da educação musical há a possibilidade de desenvolver a oralidade e a criatividade no processo de ensino aprendizagem.

1.6.4.b - Projetos oferecidos pela mantenedora

- Artesanato – Parceria com o Provopar
- Projeto Qualidade de Vida - Parceria com a Secretaria de Saúde, SEMEDI e outros órgãos competentes.
- Projeto Busca Ativa - Parceria com a SEMEDI.
- Projeto Feira dos Saberes- Parceria com a SEMEDI
- Projeto “Velha Infância” -Parceria com o Lar dos Idosos (Ministério Público / SEMEDI)
- Projeto “É doando que se vive” (Ministério Público / SEMEDI)
- Projeto Antidrogas- Parceria com a SEMEDI e Guarda Civil Municipal
- Projeto Preparação para o Trabalho
- Projeto Educação Para o Trânsito- Parceria com a SEMEDI e Guarda Civil - Municipal
- Projeto Porto-Escola - Parceria com a SEMEDI e a APPA

1.6.5 Quadro de horários da equipe docente e hora/atividade.

A hora/atividade dos professores da Educação de Jovens e Adultos é realizada todas às sextas-feiras:

FUNCIONÁRIO	MANHÃ	
	ENTRADA	SAÍDA
Alyne Scislovski do Carmo de Freitas Cunha	7h30	1 7 h 3 0
Andrea Elias de Paula	7h30	1 7 h

		3 0
--	--	--------

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo

FUNCIONÁRIO	TARDE	
	ENTRADA	SAÍDA
Alyne Scislovski do Carmo de Freitas Cunha	13h30	17h30
Andrea Elias de Paula	13h30	17h30
Eunice Hiroko Mino	13h30	17h30
Fátima Oliveira Chaga Algodoal	13h30	17h30
Lanna Marques de Souza Lira	13h30	17h30
Maria Aparecida Souza Marinho de Oliveira	14h	18h
Maria do Rocio Rauscher Santos	13h30	17h30
Marcia Regina Pereira Almindo Veiga	13h30	17h30
Verginia Mari Gonçalves Ribeiro	13h30	17h30

FUNCIONÁRIO	NOITE	
	ENTRADA	SAÍDA
Adriane Cristina Tizzoni dos Santos	18h	22h
Ana Helena de Paula Lima	18h	22h
Ana Maria da Silva	18h	22h
Denise Dério	18h	22h
Eliane Pinheiro Rosário	18h	22h
Eliziani Ribeiro Geraldo	18h	22h
Erica Emanuela Pereira Viana	18h	22h
Jair dos Santos Alves	18h	22h
Joelma Cordeiro Linhares	18h	22h

Jusiani de Oliveira	18h	22h
Lizabete do Rocio Vanhoni Gonçalves	18h	22h
Marcia Maria Barbosa Gonçalves Marques	18h	22h
Maria Nilta da Silva	18h	22h

Maristela Oliveira da Silva	18h	22h
Nirlene Samorano Pires	18h	22h
Noeli Fernandes	18h	22h
Pedro Martins Machado	18h	22h
Raiane Marques Nunes	18h	22h
Raquele da Silva	18h	22h
Rosane Poletti Kirchhoff	18h	22h
Rosi Meiry Mendes	18h	22h
Sarita dos Santos Silva	18h	22h
Silvana Costa de Souza	18h	22h
Sirlene Terezinha Keps	18h	22h
Solange Regina Martins Melchior da Silva	18h	22h
Vanessa Freire Silva	18h	22h

- Professores realizam a hora atividade às sextas-feiras no período noturno

SEGUND A	TERÇA	QUART A	QUINT A	SEXTA
xxxx	Xxxx	xxxx	xx xx	18h às 22 h

HORA ATIVIDADE 2H – **EDUCAÇÃO FÍSICA** – PERÍODO NOTURNO

1.6.6 Plano de atividade a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes e recreio dirigido.

Na sede da Escola Edite Lobo os estudantes do diurno e do período vespertino utilizam o Laboratório de Informática uma vez na semana com carga horária de 1h semanal sob a supervisão de um(a) professor(a) que ministra aula específica de Introdução a Informática Básica.

Nosso intervalo é utilizado para as refeições sem atividade recreativa dirigida, isto ocorre em todas as descentralizadas.

Na hora atividade do professor o espaço comum mais utilizado é a sala de vídeo, onde a direção e equipe pedagógica realizam as reuniões de orientação e formação. Outro espaço utilizado para o cumprimento da hora atividade é o laboratório de Informática para a complementação dos registros dos LRCO'S.

1.6.7 Plano de Atendimento Emergencial. (Plano de Abandono Escolar- PAE)

O Plano de Abandono Escolar (PAE) visa contemplar a Lei nº 13.722/2018, também conhecida como Lei Lucas, voltada a garantir a segurança das crianças por meio da obrigatoriedade de preparo para atendimentos de primeiros socorros.

A **Lei Lucas**, também conhecida como **Lei nº 13.722/2018**, foi sancionada no Brasil em 4 de outubro de 2018. Ela tem como objetivo garantir a segurança das crianças em espaços coletivos, como escolas e espaços de recreação infantil, por meio da obrigatoriedade de preparo para atendimentos de primeiros socorros.

Principais pontos da Lei Lucas:

1. Obrigatoriedade de preparo para primeiros socorros: A Lei Lucas determina que as escolas, tanto públicas quanto privadas, e os espaços de recreação infantil devem estar preparados para realizar atendimentos de primeiros socorros em casos de emergência envolvendo crianças. Isso inclui

a capacitação de profissionais e funcionários desses locais para lidar com situações de urgência.

2. Motivação da criação da lei: A Lei Lucas foi criada em decorrência de um trágico acidente que resultou na morte de Lucas Begalli, uma criança de apenas 10 anos. Ele faleceu por asfixia mecânica durante um passeio escolar, e a fatalidade poderia ter sido evitada se houvesse preparo adequado em primeiros socorros por parte dos responsáveis pelo evento. A necessidade de conscientização e preparo para situações de emergência em espaços coletivos infantis foi o impulso para a criação da lei.

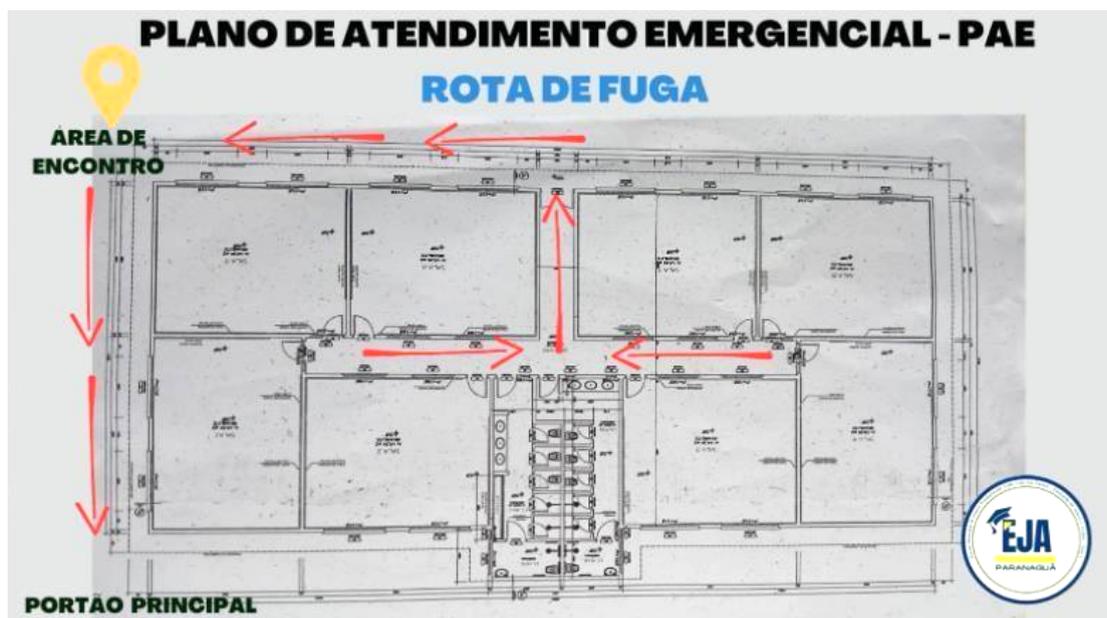
3. Abrangência da lei: A Lei Lucas é voltada para profissionais e funcionários de espaços de infância, como escolas e espaços de recreação infantil. Ela busca garantir que esses locais estejam preparados para agir de forma adequada em casos de emergência, proporcionando um ambiente mais seguro para as crianças.

4. Treinamentos e capacitação: A lei incentiva a realização de treinamentos e capacitações em primeiros socorros, visando preparar os profissionais para lidar com situações de emergência que possam ocorrer com as crianças.

5. Esses treinamentos podem abranger desde noções básicas de primeiros socorros até técnicas específicas para atendimentos em casos de engasgamento, parada cardiorrespiratória, entre outros.

“A Lei Lucas é uma importante medida para garantir a segurança das crianças em espaços coletivos, promovendo a conscientização sobre a importância dos primeiros socorros e a capacitação dos profissionais que atuam nesses locais”.

Nosso Plano de Atendimento Emergencial foi elaborado de acordo com as orientações repassadas no dia do treinamento com os responsáveis pelo Corpo de Bombeiros , onde foi estabelecido a nossa rota de fuga e evacuação de emergência, de acordo com a ilustração abaixo:



1.7 Calendário Escolar Próprio da Educação de Jovens e Adultos, fase 1.

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS 0
Férias 30
Recesso 0
Feriado 1

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

DIAS LETIVOS 10
Carga Horária 40
Recesso 3
Feriado 0

D	S	T	Q	Q	S	S
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS 16
Carga Horária 64
Recesso 0
Feriado 2

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS 18
Carga Horária 72
Recesso 0
Feriado 1

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS 16
Carga Horária 64
Recesso 1
Feriado 2

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

DIAS LETIVOS 16
Carga Horária 64
Recesso 0
Feriado 0

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS 10
Carga Horária 40
Recesso 10
Feriado 1

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS 17
Carga Horária 68
Recesso 0
Feriado 0

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS 17
Carga Horária 68
Recesso 0
Feriado 1

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS 17
Carga Horária 68
Recesso 1
Feriado 2

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS 16
Carga Horária 64
Recesso 0
Feriado 2

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS 11
Carga Horária 44
Recesso 9
Feriado 1

LEGENDA	
FÉRIAS	
INÍCIO/TERMINO DO TRIMESTRE	
FORMAÇÃO CONTINUADA	
PLANEJAMENTO	
REFORMULAÇÃO PPP	
PRÉ - CONSELHO	
CONSELHO DE CLASSE	
PÓS - CONSELHO	
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
RECESSO ESCOLAR	
HORA ATIVIDADE DOS PROFESSORES DA EJA	
MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
	26 PAIXÃO DE CRISTO
MAR	31 PÁSCOA
ABR	21 TIRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO / 30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
OUT	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS
	15 PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	164
Atividades Docentes	24
Total de Férias	30
Total de Recesso	24
Total Horas (1º e 2º Bimestre)	312
Total Horas (3º e 4º Bimestre)	336
Total Carga Horária Anual - 2024	648

Periodicidade

1º Bimestre - 08/02 a 30/04 - 44 dias
2º Bimestre - 02/05 a 04/07 - 36 dias Enc. 1º Bimestre
3º Bimestre - 22/07 a 30/09 - 40 dias
4º Bimestre - 01/10 a 18/12 - 44 dias

Sandra Kover
Tenile Cibele do Rocio Xavier
Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Paula da Silva Inacio Pereira
Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
Diretor do Departamento do Ensino Fundamental

Francielle de Oliveira Bezerra
Francielle de Oliveira Bezerra
Chefia da Educação de Jovens e Adultos

Calendário Aprovado pelo CONED - PQUA - Deliberação nº 31/2023
Paranaguá, 22 de novembro de 2023.

1.8 Calendário das Reuniões da APMF e Conselho Escolar.

As reuniões da APMF acontecem todas às 1ª quartas-feiras de cada mês/bimestre com todos os representantes e as reuniões do Conselho Escolar serão realizadas todas às 1ª quintas-feiras de cada mês ou de acordo com a necessidade.



1.9 Calendário de prestação de contas.

AÇÃO	PERÍODO	LOCAL
ANEXO 1A Diagnóstico de Necessidades do Setor Pedagógico	De 13/02 a 17/02	Instituição – Docentes
ANEXO 1B Diagnóstico de Necessidades do Setor Administrativo	De 13/02 a 17/02	Instituição – Administrativos
ANEXO 1C Diagnóstico de Necessidades do Setor de Serviços Gerais	De 13/02 a 17/02	Instituição – Serviços Gerais
ANEXO 2 Levantamento das Necessidades por Setor e Análise de Sugestão de Compras	De 23/02 a 03/03	Instituição – Gestão Escolar
ANEXO 4 Aprovação das Prioridades (com registro em ata)	De 06/03 a 10/03	Instituição – APMF e Conselho Escolar
Entrega de cópia impressa Apenas do ANEXO 4 (com assinatura de protocolo)	De 20/03 a 22/03	SEMEDI

1-CONCEPÇÕES

2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE 2.1.1- Fundamentação Teórica

As pessoas são integrantes de uma sociedade complexa. A sociedade é a

Associação entre os seres,
que os de se apneia e em educação dos jovens e adultos e seu desenvolvimento de

suas funções. Destacam nessa definição as interações definidas entre eles, como a relação, a maneira com que retratam seus ideais, carências, seus sentimentos, sonhos e desejos. A sociedade é um fragmento da integralidade da vida social do ser humano, onde os elementos de sucessão dominam seja os elementos culturais (conhecimento, crenças, etc) e as formas de frase estética
— possibilidades pelo meio.

Etimologicamente, o termo sociedade é originário de dois termos latinos: socius e societa. O primeiro é traduzido como “parceiro” ou “companheiro”; o segundo, por sua vez, quer dizer “associação entre comuns”. As suas definições estão expressas no conceito de sociedade, tanto em seu uso mais formal e academicista, quanto no uso tradicional em que a palavra é utilizada. (Sena, 2020).

A definição de sociedade é essencial para o estudo das interações que são definidas entre os sujeitos que dividem valores, cultura, história e território. A sua estruturação ajudou no desenvolvimento da sociologia como ciência e contou com a ajuda de vários estudiosos. Uma sociedade é uma base ampla, onde os sujeitos definem relações quase sempre impessoais, mas que tem uma característica de coletividade.

Por meio das contribuições teóricas realizadas por alguns estudiosos da área sociológica e da compreensão das transformações que surgem nas interações sociais, frente aos processos de globalização e a construção de novas perspectivas de relação por meio dos instrumentos de comunicação, é possível citar algumas características das sociedades, como a existência de uma difícil teia de interações entre as pessoas; as relações entre os elementos de uma mesma sociedade podem acontecer de várias maneiras: direta, indireta, organizada, não organizada, consciente ou não; os desejos que unem várias comunidades podem ser vistos na sociedade a qual fazem parte e as sociedades podem ser definidas sem que se tenha a limitação de um território.

Frente às mudanças socioeconômicas, políticas e culturais do mundo moderno, a instituição escolar vem sendo indagada em relação a sua função nesta nova sociedade, a qual cobra um novo tipo de trabalhador, mas flexível e multifuncional, eficiente em pensar e aprender continuamente, que atenda às necessidades dinâmicas que se diferenciam em volume e qualidade.

A escola precisa da formação e desenvolvimento das habilidades e qualidades para a prática autônoma, consciente e crítica da cidadania. Para que isso aconteça é preciso estruturar o conhecimento para o mundo do trabalho e o conhecimento para o mundo das interações sociais.

Possibilitar o debate e a correlação entre sociedade e Educação de Jovens e Adultos acaba sendo oportuno seja pelo contexto social em que os estudantes estão ou pelo próprio estado de vulnerabilidade que esta modalidade educacional se encontra nos dias atuais. Debater a sua relevância passa pelas questões formativas da educação, a procura pela erradicação do analfabetismo e a ampliação do tempo de estudo, o que demonstra a importância da mesma natureza dos problemas sociais que as classes menos favorecidas e as classes minoritárias sobre todos os dias.

Em um cenário mais amplo, são pontos que procuram apreender o papel social dos vários processos educacionais na criação e na reprodução das relações sociais. No plano mais ímpar, tratam das relações entre a estrutura socioeconômica, o processo de criação, as transformações tecnológicas, o processo e a partilha do trabalho, a criação e a reprodução da força do trabalho e os processos educacionais ou de formação do sujeito.

De acordo com Pinto (1989, p. 29) “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. É dentro do cenário educacional, que se encontram vários estudantes, que são pertencentes a vários e distintos contextos sociais, que trazem sua história construída por meio de distintas experiências, assim é possível e se faz importante procurar saídas para uma democratização do ensino.

2.1.2- Direitos Humanos

As preocupações da sociedade contemporânea com a concretização e efetivação dos direitos humanos orientam o professor para novas posturas e atitudes interventivas no âmbito educacional, tendo em vista as crescentes exigências colocadas por essa sociedade, a necessidade de corrigir injustiças históricas e principalmente a realização de uma vida digna e cidadã.

Tendo em consideração tais pressupostos e compreendendo os direitos

humanos como fundamentais para combater a dominação, a exploração e a exclusão social, é evidente a importância de proteger a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um campo educacional. A EJA é um espaço que historicamente foi desconsiderado e até estigmatizado, necessitando de políticas

públicas que reconheçam suas características especiais e particulares.

No município de Paranaguá, a EJA está inserida na maioria das propostas

pedagógicas, respeitando suas especificidades. É importante destacar que a divulgação ampla das vagas disponíveis para a população parnanguara é realizada, permitindo que qualquer cidadão interessado em aprender a ler, escrever ou concluir seus estudos tenha conhecimento das oportunidades

oferecidas.

Além disso, é garantido aos estudantes da EJA o direito a uma merenda

escolar adequada às suas necessidades nutricionais, assim como material escolar e uniforme. A participação em projetos e ações de inclusão ao longo do ano também é assegurada.

Essas medidas demonstram o compromisso do município de Paranaguá

em valorizar e promover a Educação de Jovens e Adultos, reconhecendo sua importância como um instrumento de inclusão social e empoderamento dos cidadãos.

A educação em direitos humanos constitui-se uma necessidade para todas as pessoas, mas principalmente para as populações excluídas, como é o caso da população educacional jovem e adulta, tendo em vista a proteção e manutenção de sua dignidade e de sua liberdade, no contexto de sua luta e de sua vida diária. Nesse espaço, os direitos humanos são considerados instrumentos valiosos para orientação de uma vida digna, tendo a educação em direitos humanos caráter essencial para o desenvolvimento de um processo de mudanças sociais globais, devendo fazer parte do conjunto de atividades e ações educacionais em todo o mundo. Esse aprendizado implica na proteção da

dignidade humana, na definição de valores norteadores, construindo-se uma cultura fundamentada na compreensão de que o respeito à dignidade implica no respeito de todas as pessoas, tomando-se os direitos humanos como guias inalienáveis, indivisíveis e interconectados na luta pela justiça. Implica também

em reconhecer tais direitos como os da educação de jovens e adultos e EJA que deve ser transmitido de geração em geração, a partir da infância, pela instituição escolar, para construir os alicerces da mudança social, rompendo o ciclo vicioso de humilhação e imposição de sofrimentos de seres humanos por outros seres humanos, garantindo, em consequência, o respeito aos direitos humanos dos estudantes.

A educação em direitos humanos é uma prática mobilizatória que avança em direção à justiça e para a correção de injustiças. E em seu processo de desenvolvimento, identifica problemas, define necessidades, formula planos de ação. A educação em direitos humanos tem muito mais perguntas do que respostas. Isto acontece porque as respostas devem vir das próprias pessoas,

que vão se tornar aptas para identificar seus problemas, definir suas necessidades e invocar as normas dos direitos humanos, em torno do que poderão encontrar respostas e formular planos de ação (KOENIG, 2007:15).

Compreende-se então a necessidade do diálogo na educação em direitos humanos, a importância da mobilização na própria comunidade. Tal educação é eficaz tanto para proteção das pessoas contra injustiças, como para ajudá-las a se protegerem. Porém, não é tarefa fácil educar em Direitos Humanos. É uma ação que inclui ensinar as pessoas sobre seus direitos. Estratégias precisam ser produzidas, planejadas, dialogadas. Experiências precisam ser compartilhadas, sugerindo práticas possíveis de serem aplicadas. Essas práticas devem orientar para o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A comunidade internacional, na Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos (1995-2005), proclamou a educação como única estratégia viável para a construção de uma cultura universal de direitos humanos". (...) a educação em direitos humanos deve não só envolver o provimento de informações, mas também constituir um processo abrangente, para toda a vida, pelo qual pessoas em todos os estágios de desenvolvimento e em todas as camadas da sociedade aprendam o respeito pela dignidade dos outros e os meios e métodos para assegurar esse respeito em todas as sociedades (BAXI, 2007:237).

Nesse espaço de aprendizagem e desenvolvimento é importante investigar a experiência cotidiana de um contingente educacional em situação de risco, tendo em vista a exclusão que o subestima, tomando a educação em direitos humanos como alternativa de inclusão e desenvolvimento desses sujeitos. Tal promoção educacional está relacionada ao reconhecimento do direito de todos à educação, independente de faixa etária, afirmando os direitos de jovens e adultos ao ensino fundamental e médio público e gratuito não proporcionado na idade própria, o que implica na correção de injustiças históricas, na busca de uma sociedade mais justa, favorecendo aqueles que historicamente tiveram negado o acesso aos direitos essenciais à vida humana. Esses direitos encontram seu fundamento no pressuposto de que a educação é condição básica para a existência humana, na universalidade dos valores historicamente estabelecidos e na reflexão de que todos os seres humanos detêm a mesma dignidade, o que decorre da igualdade universal. Para que jovens e adultos

possam participar dos benefícios dos sistemas de educação de jovens e adultos. Quando o estigma que recai sobre os analfabetos nesse tipo de organização social, é necessário que sejam educados em direitos humanos. Historicamente, no Brasil, a educação de jovens e adultos foi relegada a um plano secundário. Só no final dos anos 1940, são implementadas as primeiras políticas públicas de educação escolar para adultos, surgindo campanhas de alfabetização no território nacional. Já no início dos anos 1960, movimentos de educação e cultura popular desenvolveram experiências de alfabetização de adultos, "orientadas a conscientizar os participantes de seus direitos, analisar criticamente a realidade e nela intervir para transformar as estruturas sociais injustas" (DI PIERRO, 2005: 1117). Tais movimentos foram interrompidos pelo Golpe Militar de 1964, sendo implantado, alguns anos mais tarde, pelo regime militar, com diretrizes contrárias, o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, que teve vida curta. A lei 5.692/1971 regulamentou o ensino supletivo, que tinha a função de suprir a escolaridade não realizada na infância e na adolescência. O referido ensino não incorporou as contribuições dos movimentos do início da década de 1960, aderindo aos preceitos tecnicistas da individualização da aprendizagem e instrução programada. Mesmo com o final do regime militar e com o surgimento de novas experiências em educação de jovens e adultos, o paradigma compensatório que orientou o ensino supletivo continua a impregnar essa modalidade educativa, e que, juntamente com a escassez de recursos financeiros, tem afetado a qualidade dos resultados alcançados, o que se verifica mesmo após a promulgação e implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996.

No entanto, essa concepção compensatória está em processo de resignificação. A V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, em 1997, proclamou o direito de todos à educação continuada ao longo da vida, fazendo nascer um novo paradigma. A partir desse momento, referências educacionais em educação popular vêm sendo reconstituídas, associando-se a pesquisas realizadas pela psicologia do desenvolvimento humano, que demonstram a ocorrência da aprendizagem em qualquer idade e não apenas na idade apropriada, contribuindo para um conjunto de mudanças no pensamento pedagógico. Além desses aspectos que deterioram o paradigma compensatório, outros pontos importantes são enfatizados por Di Pierro (DI PIERRO, 2005):

Com base no conjunto das situações e na realidade de agora pode-se dizer que os Direitos Humanos, entre os quais estão aqueles que a Constituição enumerou como direitos fundamentais, ainda não adquiriram existência real para grande número de brasileiros. A marginalização social e os desníveis regionais são imensos e a discriminação econômica e social é favorecida e protegida por aplicações distorcidas de preceitos legais ou simplesmente pela não-aplicação de dispositivos da Constituição. Isso foi agravado na década de noventa pela atitude do governo federal brasileiro, que adotou a linha chamada neoliberal, privilegiando objetivos econômicos e financeiros, inclusive de entidades estrangeiras ou multinacionais, que participavam do mercado financeiro brasileiro ou recebiam auxílio do governo por meio de financiamentos ou renúncia fiscal, adotando-se essa política para dar maior volume à expressão econômica do Brasil no cenário mundial. Os interesses privados, especialmente os de natureza econômica, tiveram absoluta prioridade, mesmo quando contrários aos interesses do povo brasileiro.

2.1.3- Políticas de Inclusão

O movimento global de inclusão é uma iniciativa que envolve aspectos políticos, culturais, sociais e pedagógicos, lançada para defender o direito de todos os estudantes de conviver, aprender e participar juntos, sem qualquer forma de discriminação. A educação inclusiva é um modelo educacional baseado na ideia de direitos humanos, que une igualdade e diversidade como valores inseparáveis. Este modelo vai além da noção de equidade formal, pois considera o contexto histórico que gerou a exclusão dentro e fora do ambiente escolar MEC (2007). Segundo Vasquez (2019), a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada por exclusões e negação de direitos, refletindo a própria história do povo brasileiro e a situação atual. A educação, outrora um privilégio da elite, marginalizava os negros, pobres, deficientes e todos aqueles socialmente esquecidos, excluindo-os do processo de escolarização. Nas últimas décadas, a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

vem sendo delineada legitimamente, construindo um espaço de garantia nas políticas educacionais. A Constituição Brasileira de 1988, em seu Art. 205, reconhece a educação como direito de todos; esse artigo prevê como dever do Estado a garantia do Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, a despeito da idade (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) integrou uma mudança conceitual sobre a EJA. Soares (2002, p. 12) faz uma análise sobre esta mudança conceitual:

A mudança de “ensino supletivo” para “Educação de Jovens e Adultos” não é mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação. Soaies (2002, p. 12)

Essa realidade persiste até hoje, e a busca por uma educação inclusiva continua sendo um desafio constante. Qualquer política pública voltada para pessoa com deficiência depende fundamentalmente da construção de um marco normativo, ou seja, uma base legal a partir da qual se pode construir qualquer ação governamental, nesse caso, no Brasil, nós temos fundamentalmente duas leis principais que tratam desse tema, a Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência, incorporado ao nosso ordenamento pelo Decreto Legislativo nº 186 e pelo Decreto nº 6949 de 2009, que são a base sobre a qual foi construída a nossa Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13146. Com base nessas duas regras principais, criou-se uma estrutura do poder executivo, um órgão específico para cuidar das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência na Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que faz parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Em Paranaguá há a presença da Secretaria Municipal de Inclusão (SEMI), uma conquista significativa para o município, pois demonstra o compromisso em promover a igualdade de oportunidades e garantir a participação plena de todos os cidadãos na sociedade. Essa conquista traz diversos benefícios para a comunidade, especialmente para aqueles que enfrentam desafios relacionados à inclusão social.

A importância da Secretaria Municipal de Inclusão pode ser compreendida por meio do fortalecimento da Política Municipal de Educação Especial. Ela trabalha para garantir que todos os estudantes, incluindo aqueles com

deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tenham acesso a uma educação de qualidade.

habilidades/superdotação, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Também tem o papel de garantir o direito à educação aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, seja por meio de Salas de Recursos ou Atendimento Itinerante nos Centros de Apoio à Pessoa com Deficiência. Isso possibilita que esses estudantes tenham acesso a recursos, serviços e profissionais que

promovam sua inclusão no ambiente educacional.

A SEMI tem como objetivo promover o conhecimento, o reconhecimento

e a convivência com as diferenças humanas. Isso significa que ela busca criar práticas pedagógicas e de acessibilidade que promovam o desenvolvimento e aprendizado de todos os estudantes, reconhecendo a importância do desenvolvimento de suas potencialidades.

Também contribui com as instituições educacionais, oferecendo serviços

e recursos que promovam a participação, a autonomia e a acessibilidade. Isso enriquece o processo educacional e possibilita que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

A presença da Secretaria Municipal de Inclusão em Paranaguá (SEMI) é uma conquista importante para o município, pois demonstra o compromisso em promover a inclusão e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades educacionais e sociais.

A opção política por se criar uma secretaria específica, mostra a preocupação do Estado brasileiro em dar suporte e atendimento a essa população. Nesse sentido, a secretaria é responsável por executar uma série de políticas voltadas para pessoas com deficiência. Com destaque para Avaliação Biopsicossocial das Pessoas com Deficiência com regulamentação do artigo 2º na Lei Brasileira de Inclusão; a construção do Cadastro Inclusão das Pessoas com Deficiência, também previsto na Lei Brasileira de Inclusão; e o Plano Nacional de Tecnologias Assistivas.

Educação especial na perspectiva da educação inclusiva – Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, a educação especial é

uma modalidade de educação escolar transversal a todas as outras etapas, níveis e modalidades. Isso quer dizer que seus recursos, apoios e profissionais devem ser garantidos a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação ao longo de todo o seu processo de escolarização.

Há cerca de 15 anos, em 2009, o Brasil se comprometeu a garantir o direito à educação inclusiva, dando status de emenda constitucional à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse cenário se construiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que agora está sendo reafirmada com novos investimentos, ações e programas. O governo federal lançou, em 21 de novembro, o Plano de Afirmção e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). A proposta faz parte da estratégia de retomar as premissas originais dessa Política, que completou 15 anos em janeiro de 2023.

Dessa forma, as políticas públicas de inclusão e suas respectivas ações devem estar direcionadas ao acolhimento de todos os grupos, com propostas educacionais, terapêuticas e ocupacionais para atender as necessidades de cada estudante e cumprir com os seus direitos legais, não havendo nenhum tipo de discriminação.

De acordo com Ribeiro, na revista Jus Navigandi (2018), a discriminação tem como premissa:

Envolve toda e qualquer diferenciação pautada em qualquer indício de deficiência ou decorrência dela, cujo efeitos impossibilitem às pessoas portadoras de usufruírem os seus direitos humanos garantidos por lei bem como as prerrogativas básicas fundamentais (RIBEIRO, 2018).

Nessa direção foi estabelecida ainda a Lei nº 13.146/2015, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência – a popular Lei da Inclusão –, determina, no art. 1º, que seu principal objetivo é assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (JUSBRASIL, 2015).

É notória a relevância do estudo da inclusão escolar na atual conjuntura educacional, sendo necessária a formação de professores e equipe de gestão nas

escolas, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem para que sejam propiciadas as ferramentas facilitadoras para a aprendizagem e desenvoltura de todos os estudantes. Segundo Pletsch e Glat (2012), nesse contexto apresentado é preciso:

Avaliar e redesenhar sua estrutura, organização, projeto político- pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino, para que assim, todos os estudantes tenham igual importância e possam ser incluídos no ambiente escolar, não apenas inseridos (PLETSCH; GLAT, 2012, p. 344).

Em conformidade com essa abordagem, a autora Maria Maciel (2019) destaca que:

A escola inclusiva é amparadora de toda diversidade humana, no convívio com todos, as crianças e o adolescentes com deficiência deixam de ser “separados” e passam a ser amparados, o amparo deles podem contribuir muito para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa (MACIEL, 2019, p. 55).

É importante destacar que, para contribuir com a implementação da educação inclusiva, os centros de apoio psicopedagógico desempenham um papel fundamental. Essas instituições foram criadas com o propósito de acolher as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e oferecer estratégias para resolver esses problemas, assegurando sua permanência no sistema educacional.

O Brasil, durante séculos de sua história, não tinha como paradigma a educação é de todos e para todos, sobretudo, em virtude da pressuposição de que pessoas com deficiências no ambiente educacional não seriam capazes de se adaptar e se desenvolver como os demais estudantes, enxergando nestes indivíduos, poucas habilidades, as quais sequer eram percebidas como dignas de viver.

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos preconizam o processo permanente de educação ao longo da vida, superando a função de suprir ou recompensar a escolaridade não realizada, conforme constava na legislação anterior (LDB nº 5.691/71). As funções reparadora, equalizadora e qualificadora, respectivamente, devem resgatar o direito à escolarização; ampliar a oferta de acesso e permanência aos que foram mais desfavorecidos no processo de escolarização; e promover aprendizagens permanentes (Brasil, 2000).

Essas funções devem ser exercidas em caráter de
provisório e a partir de agora em nível macro

(governos e secretarias de Educação) quanto em âmbito local (diretores de escola, equipe pedagógica, professores). Paiva (2006) afirma que “a existência da formulação legal do direito, no entanto, não significa sua prática, assim como a luta pelo direito nem sempre chega a constituí-lo” (p. 29). Assim, não basta a existência de documentos legais; é preciso que os princípios e metas sejam assumidos na prática por aqueles que têm a possibilidade de realizar a EJA.

Considerando o contexto anterior e as questões levantadas, podemos resumir da seguinte forma: a Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta desafios significativos. Embora o Plano Nacional de Educação (PNE) tenha estabelecido metas para a EJA entre 2014 e 2024, muitas dessas metas ainda não foram alcançadas ou foram apenas parcialmente implementadas. A taxa de alfabetização não atingiu os níveis esperados e necessários. Além disso, a EJA está ameaçada por decretos recentes e pela situação política atual. A oferta gratuita da educação para jovens e adultos não está garantida. Além disso, projetos de lei aprovados pelos poderes da República têm impactado negativamente a dimensão educacional, restringindo o acesso de jovens e adultos à Educação Básica, especialmente em relação à idade adequada para cada série. A EJA enfrenta obstáculos complexos e requer esforços contínuos para garantir que todos os cidadãos tenham acesso à educação, independentemente da idade ou circunstâncias VAQUES *at al* (2019).

O fato de resistirem como estudantes, buscando oportunidades na EJA, pode ser um sinal de que esses indivíduos se reconheçam como sujeitos de direitos e que estão cobrando do Estado seu reconhecimento social e não a pedir favores. Reconfigurar a EJA requer assumir a identidade coletiva desses jovens-adultos- idosos com suas trajetórias de negação de direitos – pobres, desempregados, na economia informal – em situação de exclusão e marginalização; “consequentemente, a EJA tem de se caracterizar como uma política afirmativa de direitos coletivos sociais historicamente negados” (Arroyo, 2011, p. 29).

De acordo com Vasques *at al*_(2019) a especificidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecemos a importância de uma prática dialógica genuína, na qual todos os envolvidos tenham a oportunidade de expressar suas vozes e serem ouvidos. Essa abordagem dialógica desperta a consciência crítica em relação às estruturas de poder que perpetuam a desigualdade social.

A educação desempenha um papel crucial na manutenção ou transformação dessas estruturas sociais. Para que a participação plena do estudante/cidadão no ambiente escolar seja viável, é fundamental que o projeto pedagógico permita essa atuação ativa. estudantes e professores devem ser reconhecidos como

sujeitos ativos no processo do conhecimento, contribuindo para uma educação mais inclusiva e igualitária VASQUES *at al* (2019).

2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

2.2.1 Fundamentação Teórica

A escola pode ser considerada como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento, considerando-se a aprendizagem como sinônimo da apreensão de saberes, conceitos, práticas e atitudes desenvolvidas pela instituição escolar por meio de práticas previamente planejadas e sistematizadas. Admite-se, como marca de nosso tempo, a fluidez e transitoriedade da informação, o que gera uma nova relação com o conhecimento. Esta alteração atinge o professor que não detém a primazia do saber e da verdade absoluta. Os estudantes devem ser formados a buscarem informações de qualidade, produzirem conhecimento, atribuindo sentido às suas aprendizagens à luz dos diferentes contextos que os atingem.

A compreensão da concepção de desenvolvimento humano é a que se integra à aprendizagem, mudança e transformação ao longo da vida, neste sentido, encontram-se em Vygotsky pressupostos essenciais, afastando-se da ideia do determinismo biológico. Aqui resumidos na estruturação dada pelo campo teórico apresentam-se cinco planos genéticos interligados. A Filogênese, se assenta na história da espécie, associando um conjunto de condições similares que fazem dos indivíduos pertencentes à condição de ser humano. A Sociogênese que se traduz no mundo cultural no qual o indivíduo

está inserido, o qual indica a passagem de uma fase para outra, da infância para a vida adulta, por exemplo. A Ontogênese está relacionada à trajetória percorrida pelos ciclos da vida, numa determinada fase o ser humano tem similaridades com outros que se encontram no mesmo período. A Microgênese indica o olhar para o desenvolvimento individual, ou seja, a experiência, o percurso histórico, o repertório de cada indivíduo o torna único.

Se a aprendizagem ocorre em tempos diferentes é importante reconhecer a heterogeneidade no contexto escolar. A homogeneização de alguns processos de forma estratégica na gestão pedagógica não pode substituir a adaptação e reformulação do planejamento sempre que as necessidades do contexto assim o exigirem.

2.2.2 Concepção de Infância e Criança (CMEIS e Escolas) (*não se aplica)

2.2.3 Articulação entre as ações de cuidar e educar (não se aplica)

2.2.4 Concepção de Jovem, adulto e idoso (EJA)

Ao se referir sobre a cumplicidade do ser humano, "ser ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural", procuramos estruturar nossa concepção de homem e, em consequência desta, a expectativa em relação ao cidadão que queremos formar. Entendendo o sujeito tanto físico como social, temos a intenção de desenvolver no estudante a consciência e o sentimento de pertencer ao mundo, de modo que possa compreender a interdependência entre os fenômenos e seja capaz de interagir de maneira crítica, criativa e consciente com seu meio natural e social. Alguns desafios são fundamentais no que se refere à formação do sujeito, desenvolver uma aptidão para contextualizar e integrar, para situar qualquer informação em seu contexto, para colocar e tratar os problemas, ou seja, o grande desafio de formar sujeitos que possam enfrentar realidades cada vez mais complexas (polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetárias).

Assim, acreditamos ser possível a educação de jovens e adultos o indivíduo, mais independente, um cidadão que sabe mediar conflitos para dar soluções criativas em favor da solidariedade humana e do equilíbrio ambiental. Para tanto, esse sujeito necessita visualizar processos, enfim, ter uma visão sistêmica da realidade. Nesse sentido, a educação precisa considerar que o sujeito jovem ou adulto pode continuar aprendendo no seu próprio ritmo, capaz de estabelecer trocas, interagir, dialogar e reconhecer os múltiplos caminhos para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

A educação de jovens, adultos (e idosos) compreende todo e qualquer tipo de educação destinada a pessoas consideradas jovens/adultas/idosas e pela sociedade que pertence, onde através de um processo de aprendizagem, formal ou não possibilita que essas pessoas enriqueçam os seus conhecimentos e ou melhorem suas qualificações profissionais ou técnicas. (OLIVEIRA, 2006, p. 78).

Então um dos principais trabalhos da EJA é: a valorização do conhecimento prévio e o reconhecimento dos estudantes como portadores de culturas e saberes. Enquanto seres humanos conscientes, podemos descobrir como somos condicionados pela ideologia dominante, podemos distanciar-nos da nossa época. Podemos aprender, portanto, como nos libertar por meio da luta política na sociedade. Podemos lutar para ser livres, precisamente porque sabemos que não somos livres! É por isso que podemos pensar na transformação.

No sentido de antropologia, isto é, o discurso que diz respeito ao ser humano. Na perspectiva do educador, a cultura significa a expressão de realidades vividas, conhecidas, reconhecíveis, e identificáveis cujas interpretações podem ser feitas por todos os membros de uma formação histórica particular no resgate de uma concepção de cultura no sentido marxista como o resultado do fazer do humano na relação com a materialidade e a história, considera assim o meio em que o homem vive, sua realidade de vida

2.2.5 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (*não se aplica*)

2.2.6 Transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental

Considerando o termo transição, que é a passagem que comporta uma transformação progressiva e a evolução, vemos que ela acontece em todos os momentos da vida, não sendo exclusividade da escola, sendo assim uma condição necessária para o desenvolvimento do estudante, pois traz novas fases que a desafia a ampliar os horizontes, a empreender novas habilidades e competências no percurso da vida.

Conceber o ser humano como sujeito em processo de transformação, significa dizer que o ser humano é histórico-social, ou seja, ele se constitui na história e na história das relações que estabelece. Desta forma, ao acreditar que o indivíduo se modifica quando se relaciona com outro e com o ambiente, significa que ele está sempre aprendendo e se desenvolvendo. Nesse processo de aprendizagem o professor atua como mediador da aprendizagem, ou seja, o professor estabelece mediações significativas para que o nível de desenvolvimento potencial se realize. Um processo de aprendizagem exigente auxilia no processo de desenvolvimento, ou seja, quanto mais aprendemos mais desenvolvemos e quanto mais desenvolvemos, mais podemos aprender. Dando origem aos princípios da Formação Humana que busca construir uma educação que desenvolva a consciência da classe trabalhadora para que professores e estudantes assumam suas trajetórias de vida e resgatem a possibilidade de transformação social.

Para isto, a educação desempenha papel estratégico e assume o processo pedagógico de forma política, reforçando valores como a justiça social, democrática e os valores humanistas.

2.2.7 Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar)

Quando se trata de educação inclusiva, conscientes da igualdade no direito à educação, deve-se assumir que nenhum estudante pode estar à margem, excluído do processo de aprendizagem. O princípio da equidade pode ser buscado no sentido de que aqueles com necessidades especiais tenham o que precisam para se desenvolverem como os demais. Isso pressupõe a existência dos recursos necessários, de formação continuada aos professores, de uma organização escolar que atenda a diferentes especificidades.

Salienta-se que a inclusão escolar, além de atender a uma determinação legal, trata do reconhecimento das diferenças entre as pessoas, as quais aprendem, interagem e se comunicam de maneiras diferentes. Apesar deste reconhecimento a inclusão não deixa de ser até os dias de hoje um desafio para as escolas e suas equipes. A literatura nos apresenta bases conceituais para compreendermos o universo das necessidades educativas especiais e como podemos promover efetivamente a inclusão no espaço escolar.

Em nosso município o CMAE avalia e faz as intervenções necessárias à demanda escolar. A presença da Secretaria Municipal de Inclusão em Paranaguá/ SEMI) é uma conquista importante para o município, pois demonstra o compromisso em promover a inclusão e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades educacionais e sociais.

2.2.8 Educação para relações étnico-raciais

Vivemos em um país onde é muito mais complexa do que imaginamos, existem vários elementos, como regiões, línguas, povos, ideais. No entanto, esses elementos diversos podem ser experimentados por todos, por meio das redes de comunicação, das trocas culturais, das curiosidades de conhecer o

diferente. A diversidade vai além, é algo cultural e dinâmico, portanto não há como falar da diversidade se não mencionar a educação, pois é por meio dela que podemos educar, fazendo que todos entendam que as diferenças entre os seres humanos existem e são muitas; porém temos que aprender a conviver com elas principalmente respeitá-la no outro. A diversidade está totalmente inserida na educação de jovens e adultos.

A educação de adultos compreende todo e qualquer tipo de educação destinada a pessoas consideradas jovens adultas e pela sociedade que pertence, onde atrás de um processo de aprendizagem, formal ou não possibilita que essas pessoas enriqueçam os seus conhecimentos e/ou melhorem suas qualificações profissionais ou técnicas. (OLIVEIRA, 2006, p. 78).

Então um dos principais trabalhos da EJA é: a valorização do conhecimento prévio e o reconhecimento dos estudantes como portadores de culturas e saberes. Enquanto seres humanos conscientes, podemos descobrir como somos condicionados pela ideologia dominante, podemos distanciar-nos da nossa época. Podemos aprender, portanto, como nos libertar por meio da luta política na sociedade. Podemos lutar para ser livres, precisamente porque sabemos que não somos livres! É por isso que podemos pensar na transformação.

No sentido de antropologia, isto é, o discurso que diz respeito ao ser humano. Na perspectiva do professor, a cultura significa a expressão de realidades vividas, conhecidas, reconhecíveis, e identificáveis cujas interpretações podem ser feitas por todos os membros de uma formação histórica particular no resgate de uma concepção de cultura no sentido marxista como o resultado do fazer do humano na relação com a materialidade e a história, considera assim o meio em que o homem vive, sua realidade de vida.

2.2.9 Concepção de Ensino Integral

Educação Integral é uma concepção que deve garantir

o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, professores, gestores e comunidades locais.

A Educação Integral:

- É uma proposta contemporânea porque, alinhada às demandas do século XXI, tem como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo;
- É inclusiva porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos e todas;
- É uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica;
- Promove a equidade ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

Como concepção, a proposta de Educação Integral deve ser assumida por todos os agentes envolvidos no processo formativo das crianças, jovens e adultos e/ou idosos. Nesse contexto, a escola se converte em um espaço essencial para assegurar que todos tenham garantida uma formação integral. Ela assume o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os estudantes podem viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens importantes para o seu desenvolvimento integral.

Esta concepção de formação está definida pelos seguintes princípios inalienáveis:

- Uma proposta de Educação Integral confere centralidade ao estudante. Isso significa que todas as dimensões do projeto pedagógico (currículo, práticas educativas, recursos, agentes educativos, espaços e tempos) são construídas, permanentemente avaliadas e reorientadas a partir do contexto, interesses,

necessidades de aprendizagem e desenvolvimento e perspectivas de futuro dos estudantes.

Para contemplar a singularidade de cada estudante na construção do seu percurso formativo é necessário que os professores detenham um amplo conhecimento das múltiplas formas pelas quais as crianças e jovens aprendem e se desenvolvem e, conseqüentemente, de uma pluralidade de métodos e intervenções que podem ser colocados em prática a partir de suas necessidades, interesses e dos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento definidos no currículo.

Além disso, a Educação Integral reconhece as crianças como sujeitos de direitos, atores sociais com expressão e linguagens singulares. São criadores e produtores de culturas próprias construídas na interação com seus próprios pares e no intercâmbio entre idades e gerações. Propostas de Educação Integral oportunizam tempo e espaço para a livre criação de suas culturas e valorizam e reconhecem saberes, fazeres e sentimentos expressados por meio do universo simbólico e artístico.

Para a educação integral é fundamental que a questão da multidimensionalidade dos sujeitos esteja contemplada em todos os aspectos do processo de ensino-aprendizagem, garantindo interações e estratégias que garantam o desenvolvimento não apenas intelectual, mas também social, emocional, físico e cultural. O desenvolvimento integral é, portanto, o elemento central da proposta formativa da Educação Integral. Isso significa que na Educação Integral os conteúdos acadêmicos se articulam aos saberes dos estudantes e comunidades, dialogam com diferentes linguagens e compõem experiências formativas que envolvem e integram o conhecimento do corpo, das emoções, das relações e códigos socioculturais. Além disso, são também elementos curriculares na Educação Integral, as formas de gestão e organização da instituição (escola, organização social ou projeto), sua relação com o território, a rede de agentes envolvidos, as práticas pedagógicas, a formação de professores e as estratégias de avaliação.

2.2.10 Ações de monitoramento para Busca Ativa dos estudantes infrequentes

Pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei 9.394, de 1996), um estudante não pode ser aprovado caso apresente uma quantidade de faltas superior a 25% das horas-aula dadas no ano letivo.

A infrequência é um dos primeiros sinais que o estudante dá quando está em risco de abandonar os estudos. Identificar precocemente essas situações é um dos maiores desafios das escolas no combate à evasão e ao baixo desempenho. No entanto, nem sempre esses casos chegam com agilidade necessária para que a equipe gestora possa atuar de forma preventiva.

Como em todos os desafios do cotidiano escolar, este é também um problema de múltiplas causas, que precisa ser investigado em cada contexto. Relatos de gestores compilados neste banco apontam como razões para a infrequência a baixa sensação de pertencimento à escola, o distanciamento das famílias, o desinteresse pelos estudos, entre outras. Entre as soluções para combater a infrequência selecionadas nesta seção há desde ações com o objetivo de garantir maior controle e agilidade na identificação de faltas até ações mais amplas. Algumas delas envolvem a mobilização de famílias e a busca de parcerias com a comunidade ou outras instituições ao redor no combate ao problema, considerando que as causas para a infrequência podem ser também externas.

É realizado o registro dos casos de infrequências no SERP, que é um sistema para preenchimento e fluxo dos encaminhamentos previstos no Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar (Pcae). O sistema substitui os anexos do Caderno, permitindo a tramitação dos casos de infrequência na Rede de Proteção de forma on-line, eliminando as fichas físicas. O Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar é o documento orientador no combate ao abandono escolar e o SERP é o sistema para registro dos casos de infrequência. As solicitações via sistema são realizadas de acordo com as instruções do manual, onde o estudante que apresenta 5 faltas consecutivas e/ou 7 alternadas inicia-se os encaminhamentos para a busca ativa via sistema SERP. Nossa escola possui, também, uma ação que ocorre a cada bimestre escolar denominada “busca ativa”, que

impulsiona a busca de estudantes infrequentes e a divulgação da oferta de turmas na Educação de Jovens e Adultos – Fase 1 na escola polo e nas salas descentralizadas.

2.2.11 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (Sistema Educacional da Rede de Proteção – SERP E Conselho Tutelar)

No artigo 1º - As escolas da rede pública estadual ficam obrigadas a comunicar, por escrito, ocorrência, excesso de faltas dos estudantes regularmente matriculados no ensino fundamental e no ensino médio:

- I - aos pais;
- II - ao Conselho Tutelar;
- III - à Vara da Infância e da Juventude.

O abandono dos estudos ou a troca recorrente de escola são pontos de preocupação constantes para gestores e professores de todo país, que enfrentam o desafio de diminuir a evasão escolar.

Começa com a falta de interesse, em seguida as faltas, que eram esporádicas, vão ficando cada vez mais frequentes. Até o estudante sair da escola.

Para evitar a evasão escolar de forma efetiva, é essencial identificar as causas, estabelecer estratégias personalizadas, fortalecer o relacionamento com os estudantes e famílias, investir em qualificação docente e criar um ambiente acolhedor e inclusivo na escola.

A instituição de ensino busca levar rigorosamente essa situação, sempre que se faz necessário, no primeiro momento é realizado o contato por meio da ligação telefônica e mensagem no whatsapp, após não havendo retorno é realizada uma visita domiciliar ao estudante, em caso de estudantes menores de idade, após todas as alternativas acima citada é realizado a inclusão no Sistema Educacional da Rede de Proteção- SERP, e Conselho Tutelar.

2.3- CONCEPÇÃO DE GESTÃO

2.3.1 Fundamentação Teórica

Nas escolas, a gestão democrática está garantida por lei e prevê que o Projeto Político Pedagógico de cada unidade de ensino seja construído e acompanhado com a participação ativa comunidade (estudantes, professores, famílias e comunidade). Para isso é fundamental o diálogo permanente e que o acompanhamento das ações e resultados das escolas seja feito coletivamente por todos e todas.

A atuação do diretor escolar é fundamental para o aprimoramento da gestão em direção a resultados positivos quanto ao rendimento dos estudantes. Membros da comunidade participam dessa administração por meio das instâncias colegiadas, assim como, funcionários administrativos e equipe pedagógica. Profissionais da educação, com base em seus méritos, muitas vezes ligados à docência assumem esta responsabilidade por escolha de seus pares e da comunidade em geral ou por critérios de seleção e para tal buscam desenvolver competências para o exercício da função.

2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática

- (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários-APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores).

A avaliação institucional é uma das formas da gestão conhecer o que pensam os diferentes segmentos, seus anseios, fragilidades e pontos fortes. Com as análises que os resultados da aplicação da avaliação institucional permitem, o gestor tem condições de promover e estimular a melhoria do desempenho de toda a equipe escolar, estabelecendo a sintonia do trabalho e entre as pessoas. Com esse processo a escola estabelece condições necessárias para a superação dos problemas e conflitos internos, em prol da melhoria do processo educativo.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e as diretrizes educacionais da Secretaria de Estado da Educação, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar. A equipe gestora do Conselho Escolar reúne-se mensalmente para prestação de contas e efetivação de propostas.

O Conselho Escolar é concedido como local de debate e tomada de decisões, onde a comunidade escolar pode colocar seus interesses e suas reivindicações. O Conselho possibilita a delegação de responsabilidade e o desenvolvimento de diversos participantes. É um gerador de descentralização. E, como órgão máximo de decisão no interior da escola, procura defender uma nova visão de trabalho.

A APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) é o órgão de representatividade dos Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Edite Lobo dos Santos, com a participação voluntária desses membros, dirigentes e conselheiros, sendo constituída por meio de eleição aberta. A APMF possui seu estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembleia Geral, convocada especificamente para este fim. Período de vigência: 2024/2026.

Esta APMF tem como objetivo atuar para além da organização de eventos

para captação de recursos, mas também na promoção de discussões importantes com a comunidade escolar, aproximando e garantindo a integração família-escola- comunidade, mesmo com os desafios existentes para essa proximidade. Uma vez que as ações coletivas da escola devem ser desenvolvidas com a participação da comunidade escolar nos aspectos financeiros, culturais, pedagógicos e tecnológicos para a transparência das decisões tomadas, a APMF possui a função de organizar e construir autonomia e visar uma gestão democrática.

2.3.3 Eixo da gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros

Com uma proposta de educação baseada na democracia, onde incentiva-se a gestão compartilhada com a comunidade escolar, na qual tanto pais, estudantes como os professores são componentes ativos. A Direção e Equipe pedagógica incentiva todos a interagir de forma coletiva, onde a responsabilidade e o comprometimento venham beneficiar o estudante no ensino aprendizagem.

Para isso, a instituição reúne professores, estudantes e funcionários para estabelecer regras de convivência e dinâmicas de uso dos espaços e materiais. Dessa forma, os estudantes identificam e compreendem melhor quais são os direitos, bem como os deveres de cada membro da comunidade.

Quando há conflitos, os estudantes envolvidos se sentam para conversar junto aos mediadores. O problema é discutido e são propostas soluções, que devem ser acompanhadas tanto pelos pais como pela escola sempre com a intenção de solucionar dessa forma os problemas que surgem no dia a dia. Os registros são realizados em Atas e acompanhados pelos pedagogos e direção. Também são promovidos momentos de reflexão com rodas de conversa, vídeos, debates, palestras quando são temas comuns e pertinentes a todos os estudantes como: bullying, cultura da paz, violência doméstica entre outras.

Afinal, o engajamento da comunidade no projeto educativo da nossa escola contribui para a construção de uma educação voltada para a cidadania, a convivência e os valores democráticos.

2.3.4 Articulação entre a instituição, a família e a comunidade

A participação dos pais é incentivada para um melhor acompanhamento do progresso escolar dos estudantes, principalmente menores de idade. A cada trimestre, ocorre a reunião de pais. Os pais também são atendidos mediante agendamento prévio para conversar com o pedagogo responsável pela turma e com os professores. O atendimento aos pais, sem agendamento, é feito pelas pedagogas. Prioriza-se o atendimento dos responsáveis,

junto com o estudante, sempre que possível.

Com os estudantes adultos e idosos todo o processo de ensino e avaliações/recuperações são esclarecidos a cada início de bimestre e em qualquer momento que seja solicitado, sempre valorizando os pontos positivos e avanços e também apontando em conjunto, especificamente no Pós Conselho de Classe com a turma os problemas/dificuldades com sugestão de possíveis soluções.

Os professores buscam o engajamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem por meio de aulas contextualizadas numa perspectiva integrada, com atividades práticas, desenvolvidas entre pares ou em grupo, buscando atingir os objetivos de aprendizagem por meio de pesquisa, metodologias e estudo ativo, bem como socializar os trabalhos realizados com as demais turmas sempre que possível; a pesquisa é direcionada em sala de aula, por meio de trabalho em grupo com foco no conhecimento e no desenvolvimento das habilidades e competências gerais; no início de cada semestre são apresentados os objetivos de aprendizagem previstos, de acordo com o quadro organizador curricular, são definidas coletivamente as produções a serem realizadas, a aula de campo, as apresentações e os critérios avaliativos.

O período de avaliação bimestral é organizado durante o planejamento junto à pedagoga, por meio da seleção dos instrumentos, o planejamento das datas e da forma de comunicação sistematizada com os pais. Cada professor define o número de instrumentos avaliativos de acordo com as sequências didáticas e as necessidades evidenciadas durante o processo de ensino, sendo no mínimo duas AV. e duas Rec. AV, os resultados são informados aos estudantes dentro de um prazo que permita a recuperação de estudos dentro do bimestre.

2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e demais profissionais

A articulação entre a diretora, as pedagogas e demais profissionais na escola Edite Lobo é de extrema importância para o bom funcionamento e o sucesso

da instituição de ensino. Essa colaboração efetiva e integrada entre esses profissionais contribui para a melhoria da qualidade da educação oferecida, o desenvolvimento pedagógico dos estudantes e a promoção de um ambiente escolar saudável e produtivo.

É importante destacar a função de cada um dentro da instituição para compreender a necessidade da articulação entre todos os envolvidos no processo pedagógico.

O diretor(a) desempenha um papel fundamental na gestão da escola, sendo responsável pela coordenação e integração de todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

Ele deve promover uma liderança participativa e democrática, ouvindo e valorizando as opiniões e contribuições dos pedagogos e demais profissionais.

O diretor(a) também deve estabelecer uma comunicação eficiente e transparente, garantindo que todos os profissionais estejam alinhados com os objetivos e metas da escola .

As pedagogas são responsáveis pela elaboração e implementação das práticas pedagógicas, garantindo a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos estudantes. Eles devem trabalhar em estreita colaboração com o diretor, compartilhando informações, discutindo estratégias e tomando decisões conjuntas para o aprimoramento do processo educativo. As pedagogas também devem participar ativamente das reuniões e formações promovidas pela escola, contribuindo com suas experiências e conhecimentos.

Articulação com os demais profissionais:

Além das pedagogas, a articulação entre a diretora e os demais profissionais da escola, como professores, funcionários administrativos e de apoio, é essencial para o bom funcionamento da instituição. Essa articulação pode ocorrer por meio de reuniões periódicas, grupos de trabalho, trocar diálogo, etc. Estabelecer diálogos francos e tomar decisões em conjunto são opções para

estreitar vínculo e atingir as metas desejadas e almejadas a cada ano letivo. A boa relação entre professores e gestores prevê respeito, diálogo, apoio mútuo e valorização do trabalho de todos.

As práticas pedagógicas escolares vão além da transmissão e reprodução do conhecimento porque os estudantes devem ser capazes de articular os saberes, desenvolver o pensamento crítico, elaborar conclusões, projetar o futuro, posicionar-se, reunindo argumentos com base no conhecimento científico e agindo de forma pertinente às necessidades de seu contexto para que haja uma efetiva articulação entre todos os profissionais envolvidos no ambiente escolar.

É fato que discursos atuais e pesquisas demonstram perspectivas diferenciadas na produção do conhecimento, apontando para práticas colaborativas, conhecimento em rede, integração disciplinar, inter e transdisciplinaridade, veiculando-se a ideia de conexão, interdependência entre todos os servidores.

2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional

A nossa instituição realiza todos os registros via ATA e as ocorrências pedagógicas ocorridas em sala de aula o professor realiza o registro no LRCO.

2.3.7 Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora

Nosso estabelecimento de ensino pertence à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral de Paranaguá e é mantido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Sendo ela pública, gratuita e laica, direito da população a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, segundo as normas do Sistema Municipal de Ensino, sem requisito de seleção, exceto o da idade para a matrícula.

Essa articulação ocorre de maneira harmoniosa visando manter-se como instituição de referência na veiculação, na produção do conhecimento e formação de cidadãos preparados para intervir, criar, agir, transformar e contribuir de maneira qualificada em seus contextos, por meio da prática social.

Nossa mantenedora, a Secretaria Municipal de Educação -SEMEDI cumpre o seu papel nos ofertando condições para o bom funcionamento da escola e o alcance dos objetivos educacionais como o fornecimento de recursos financeiros/ programas, infraestrutura, materiais pedagógicos, capacitação de professores, entre outros aspectos relevantes.

Cumpre com o seu papel de fornecer recursos financeiros/ programas, infraestrutura, materiais pedagógicos, capacitação de professores, entre outros aspectos relevantes que contribuem para o bom funcionamento da escola.

É parceria e colaborativa promovendo a melhoria da qualidade do ensino, com oferta e apoio na formação dos professores e o cumprimento das metas educacionais estabelecidas.

A mantenedora prima pela comunicação e diálogo, promovendo reuniões periódicas de acompanhamento e alinhamento das ações, troca de informações, prestação de contas e tomada de decisões conjuntas.

Estes encontros com a SEMEDI auxiliam nas decisões administrativas e pedagógicas que serão organizadas na Unidade Educacional.

A escola presta contas à mantenedora, apresentando relatórios de atividades, resultados educacionais, investimentos realizados e demais informações relevantes para a transparência e o acompanhamento do trabalho desenvolvido respeitando os calendários de prestação de contas.

A parceria com a mantenedora respalda e ressignifica o trabalho desenvolvido por todos os profissionais da nossa instituição promovendo com excelência a Educação de Jovens e Adultos.

2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e o estudante

Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos são pessoas com diferentes experiências de vida, cultura e costumes que se afastaram da escola devido aos seguintes fatores: ingresso prematuro ao mundo do trabalho, a evasão ou a repetência escolar. Porém, com esses dois anos anteriores de Pandemia, as dificuldades encontradas pela escola no tocante ao desinteresse aumentaram muito, e desde a retomada das atividades presenciais o desafio da escola está ainda maior, pois, na grande maioria dos estudantes perderam o hábito dos estudos, e a defasagem que já existia, aumentou e com isso intensificou também os casos de infrequência e desmotivação pelos estudos.

Diante Deste Cenário, essa articulação pode ocorrer das seguintes formas: Diálogo aberto e acolhedor, Valorizando As Experiências Dos estudantes, flexibilizando e adaptando o currículo de acordo com as especificidades da EJA, utilizando metodologias participativa como problematização, a aprendizagem baseada em projetos e a educação popular, etc... realizando um acompanhamento individualizado dos estudantes da EJA fase 1 e a parceria direta com a comunidade escolar, empresas parceiras, etc Hoje se encontra na EJA a presença dos adolescentes, sendo a grande maioria vinda de um processo educacional fragmentado, marcado por frequente evasão e reprovação no Ensino Fundamental e Médio Regular, também procura a EJA

peças idosas que buscam a escola para desenvolver ou ampliar seus estudos, como também a oportunidade de convivência social e realização pessoal. Os idosos apresentam uma temporalidade específica no processo de aprendizagem, o que as faz merecer atenção especial no processo educativo.

A sala de aula é o espaço no qual professores e estudantes se encontram e interagem em torno do conhecimento. Essa interação, que constitui a dinâmica da sala de aula, é em grande parte decorrente da forma como o professor vê o processo de ensino-aprendizagem. A ideia que se tinha no passado, de estudantes como pessoas relativamente fáceis de serem moldadas e dirigidas a partir do exterior, não existe mais. Foi substituída pelo entendimento de que, ao contrário, eles selecionam determinados aspectos do meio físico e social, os assimilam e processam, conferindo-lhes significados. Com isso, a concepção de aprendizagem muda radicalmente.

Se antes a aprendizagem era vista como produto exclusivo do comportamento do professor e da metodologia de ensino adotada, agora as contribuições dos próprios estudantes são ressaltadas: seus conhecimentos, capacidades e habilidades prévias; sua percepção da escola e do professor; suas expectativas e atitudes diante do ensino. É com crianças e jovens que já contam com tudo isso que o professor tem de lidar em sala de aula: uns são mais cordatos, outros mais difíceis; uns acatam, outros resistem. Pouco a pouco, os estudantes vão se apropriando dos ensinamentos da escola, à luz do que já conhecem. Nessa medida, constroem seus conhecimentos.

Mas, como vimos, nossos estudantes não constroem sozinhos seus conhecimentos. A construção do conhecimento é, portanto, um processo coletivo, que envolve estudantes, professores e conteúdo de aprendizagem. Compete ao professor ajudar seus estudantes a se apropriar dos conteúdos escolares.

A concepção anterior de que os estudantes eram facilmente moldados e direcionados externamente não é mais válida. Foi substituída pelo entendimento de que, ao contrário, eles selecionam certos aspectos do ambiente físico e social, assimilam e processam, conferindo-lhes significado. Isso resulta em uma mudança radical na concepção de aprendizagem.

Anteriormente, a aprendizagem era vista como exclusivamente resultado do comportamento do professor e da metodologia de ensino adotada. Agora, as contribuições dos próprios estudantes são enfatizadas: seus conhecimentos, habilidades e capacidades prévias; sua percepção da escola e do professor; suas expectativas e atitudes em relação ao ensino. É com esses jovens e adultos que já possuem esses elementos que o professor precisa lidar em sala de aula: alguns são mais cooperativos, outros mais desafiadores; alguns aceitam, outros resistem. Gradualmente, os estudantes vão se apropriando dos ensinamentos da escola à luz do que já conhecem, construindo assim seu próprio conhecimento.

No entanto, como vimos, nossos estudantes não constroem seu conhecimento sozinhos. A construção do conhecimento é, portanto, um processo coletivo que envolve estudantes, professores e o conteúdo de aprendizagem. Cabe ao professor auxiliar seus estudantes a se apropriarem dos conteúdos escolares

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão sobre sua prática e o encaminhamento do trabalho com metodologias diferenciadas. Para o estudante, é o indicativo de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização da forma de estudo para avanços no processo de aprendizagem. Para a escola, constitui-se num diagnóstico para repensar a organização do trabalho pedagógico, a fim de assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes, vislumbrando uma educação com qualidade e o direito de aprendizagem.

2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência ao estudante

De acordo com a definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, a violência escolar pode ser definida como toda ação ou omissão que cause ou visa causar dano à escola, à comunidade escolar ou a algum de seus membros.

Como fenômeno social, a violência escolar é objeto de vários estudos de professores, sociólogos e pesquisadores, que podem ser classificadas como:

- **Violência física:** engloba atos como empurrar, bater e chutar, podendo inclusive resultar em homicídio.
- **Violência psicológica/moral:** inclui os insultos, ofensas, ameaças, discriminações, humilhações e exclusão social.
- **Violência sexual:** abarca atos violentos de cunho sexual, como o assédio, a importunação e o estupro.
- **Violência patrimonial:** envolve atos como furtos, roubos, destruição de bens, vandalismo e depredação.
- **Negligência:** consiste na omissão, na falta de cuidado e na inobservância de deveres e obrigações.
- **Bullying:** atos violentos praticados de maneira repetitiva por um ou mais indivíduos contra um ou mais membros da comunidade escolar.
- **Cyberbullying:** modalidade de bullying praticada no meio virtual (redes sociais, aplicativos, e-mail etc.), que visa constranger, humilhar, assustar e enfurecer as vítimas.

Nosso plano de ação está em constante análise e transformação pelos membros da comunidade escolar, direta ou indiretamente, buscando na realidade de cada contexto a organização das ações necessárias para o alcance das metas prevenindo qualquer tipo de violência, sendo elas:

- Promover campanhas na escola mobilizando os estudantes em prol da aplicação da cultura da paz;
- Instigar o protagonismo dos estudantes na conscientização de seus pares sobre a mediação de conflitos;
- Incluir estudantes nas conversas e troca de experiência promovendo a comunicação não violenta;
- Promover ações que garantam que a comunidade escolar tenha conhecimento sobre o preceitos legais que visam a proteção do direito à aprendizagem dos estudantes, assim como, possíveis sanções caso não sejam respeitados e o incentivo a afetividade;
- Apresentar o caso aos equipamentos da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, encaminhar para manutenção das medidas protetivas à criança e adolescente no combate ao bullying;
- Avaliar as habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes e intervir a tempo para superar possíveis dificuldades e incentivar os jogos cooperativos;

2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

Toda e qualquer sociedade que deseja e acredita no seu desenvolvimento não pode deixar de perceber que é de fundamental importância investir em educação, visto que, vivemos numa era marcada pelas competições que vislumbram além da qualidade, a excelência nos vários setores organizacionais. Todas as instituições de ensino, em particular a escola, é reconhecida como a instituição que tem a responsabilidade de investir na formação de cidadãos com habilidade e competência para “fazer acontecer” o desenvolvimento profissional com responsabilidade social. Para alcançar seus objetivos, a escola deve e precisa

planejar todas as ações dimensionadas na tríade: pedagógica, administrativa e social. O planejamento dessas dimensões envolve a organização escolar que resulta no Plano de Trabalho ou Proposta Pedagógica amparado pela Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96.

No planejamento escolar, o que se planeja são atividades de ensinar e aprender, determinadas por intenções educativas que envolvem objetivos, princípios, atitudes, conteúdos e comportamentos dos profissionais que desenvolvem suas ações no chão da escola. Por esta razão o planejamento escolar nunca será individual, sempre será uma prática conjunta e participativa envolvendo a todos no plano que a escola deseja elaborar. Por estes motivos, este PPP objetiva discutir questões pertinentes ao processo de evolução e concepções sobre a história do planejamento, buscando seus fundamentos básicos, seus elementos, níveis, tipos e as características do ato de planejar, valorizando sua importância nas instituições educacionais.

2.4.1- Fundamentação Teórica

O ato de planejar é um ato decisório político, científico e teórico. Político na medida em que se estabelece uma finalidade a ser intencionalmente construída.

A decisão política define a finalidade mais abrangente da ação. Toda e qualquer ação depende de uma decisão filosófica-política. Essa decisão dá a direção para onde vai se conduzir a ação. O planejamento inclui ainda uma decisão científica, pois necessitamos de conhecimentos científicos significativos para dar conta do objetivo político que temos. Os conhecimentos científicos garantem-nos suporte para o encaminhamento de nossa ação tendo em vista a finalidade que estabelecemos. A ciência desvenda conexões objetivas da realidade e permite uma ação consistente. Por último, o planejar inclui uma decisão técnica que se refere à construção dos modos operacionais, que vão mediar a decisão política e a compreensão científica do processo de nossa ação. Deste modo, o planejamento não é um ato de preencher formulários, como vem ocorrendo na prática docente, mas sim um ato de decisão. Registrar essa decisão em um formulário é uma necessidade de fixação e conservação das decisões. Porém, o planejamento não é uma atividade que em si redunde em um preenchimento de formulário. No planejamento educacional e no planejamento de ensino, importa que o professor tenha claro a necessidade da

decisão sobre os três aspectos anteriormente especificados, indo da concepção política às suas mediações científicas e técnicas.

O planejamento do ensino, ou seja, o planejamento da atividade docente propriamente dita necessita de ser precedido de um Projeto Pedagógico e de um Projeto Curricular Institucional. A importância e a necessidade do planejamento na ação educativa realizada de forma contextualizada com a realidade do estudante, bem como, seus apontamentos e questões que levam a uma atuação docente planejada de acordo com a modalidade de ensino. O que ensinar é a pergunta que nos leva aos conteúdos, isto é, ao conhecimento a ser desenvolvido. Abrange tanto os conhecimentos que a humanidade acumulou durante sua história - informações, dados, fatos, princípios e conceitos - quanto atitudes e comportamentos. Na hora de escolher os conteúdos, alguns critérios devem ser levados em conta.

Apontando alguns deles, podemos dizer que os conteúdos devem: ter validade - devem ser os mais importantes e significativos para a realidade e a época em que se vive; ter significado - devem estar relacionados com os estudantes, suas histórias de vida, suas experiências e motivações; possibilitar a reflexão - devem levar o estudante a associar, comparar, compreender, selecionar, organizar, criticar e avaliar os próprios conteúdos; ser flexível - devem estar sujeitos a modificações, adaptações, renovações e enriquecimentos; ter utilidade - deverão considerar as exigências e as características do contexto socioeconômico e cultural dos estudantes; ser viável - os conteúdos deverão ser possíveis de aprendizagem dentro das limitações de tempo e dos recursos que temos. A razão de ser desses critérios é apontar para aspectos que facilitam o trabalho pedagógico. Os conteúdos mais válidos são sempre aqueles que melhor levam os estudantes a responder às suas necessidades, fazendo-os aprender o que é mais útil para a vida deles.

Na educação de jovens e adultos, os conteúdos devem permitir aos estudantes o exercício pleno da cidadania, o saber indispensável às suas ações que vão desde desempenhar uma profissão até participar de sua comunidade. A organização dos conteúdos deve-se lembrar que planejar não é apenas relacionar atividades a serem desenvolvidas. É um processo de: conhecer a realidade sobre a qual se vai trabalhar; propor ações para influir nela e desenvolver as ações propostas avaliando sempre seus resultados para a continuidade do mesmo processo: avaliação, planejamento, execução e avaliação, e assim por diante. Na EJA, tendo em vista a grande diversidade dos estudantes, é praticamente impossível existir um livro didático que dê

conta das variações de idades, experiências, interesses e conhecimentos presentes numa mesma sala de

aula. Isso deve levar o(a) professor(a) a considerar o livro didático como um entre outros possíveis materiais a serviço do ensino e da produção de novos conhecimentos pelos estudantes. Pensando assim, o planejamento que o(a) professor(a) faz envolve aspectos que são nossos velhos conhecidos: o conhecimento dos estudantes - o que eles já sabem, suas experiências de vida, suas expectativas, motivações etc.; a concepção que orienta o nosso projeto de educação - que tipo de pessoa queremos formar; a realização de atividades de aprendizagem que respondem ao nosso projeto

- a coerência entre o que fazemos e o projeto educativo fundamental; a avaliação - que deve ser permanente, de todas as atividades desenvolvidas. Num sentido amplo, planejamento é um processo que visa dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua resolução, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas considerando as condições do presente, as experiências do passado e os diferentes aspectos da realidade.

2.4.2- Plano de Ação para a Recomposição da Aprendizagem (Considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono /evasão e relação idade/ano).

Observamos nos dados de avaliações internas e externas, que a Escola Municipal Edite Lobo- EJA vem apresentando resultados significativos no que se refere à aprendizagem e o aumento no número de matriculados. A maior dificuldade, porém, está na permanência do estudante em sala de aula, devido ao seu compromisso com o trabalho, família e até à parte religiosa. São realizadas palestras de incentivos aos estudos; atendimento a estudantes com dificuldades de aprendizagens; utilização dos computadores como ferramentas de apoio pedagógico, com o objetivo de poder elaborar ações e estratégias para melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem, estando trabalhando intensificadamente nos projetos.

1. Busca Ativa

A Busca Ativa é o passo inicial para identificar os estudantes que abandonaram ou evadiram da escola, a fim de promover a sua reinserção.

2. Avaliação Diagnóstica

Para identificar as lacunas de aprendizagens dos estudantes é preciso fazer um bom

diagnóstico. O objetivo é identificar o que cada estudante conseguiu aprender e o que ainda não conseguiu.

3. **Flexibilização Curricular**

Após o diagnóstico, o próximo passo é a **flexibilização curricular**. Em sala de aula, é natural que os estudantes apresentem diferentes níveis de conhecimento, especialmente após a pandemia. Por isso, a importância de rever o currículo proposto e selecionar os objetivos ou marcos de aprendizado considerados essenciais previstos no calendário escolar. As **habilidades prioritárias da BNCC**, ou seja, os conhecimentos necessários para o pleno desenvolvimento das competências, podem ser uma ótima ferramenta para essa flexibilização.

4. **Reorganização das atividades pedagógicas**

Após a revisão do currículo, a equipe gestora da Escola Municipal Edite Lobo dos Santos – EJA procura sempre elaborar um planejamento que considere as continuidades e as rupturas, os novos e os antigos saberes da educação. Para isso, **é fundamental voltar para o currículo da EJA e os projetos político-pedagógicos da escola**, e para o potencial das tecnologias de informação e comunicação.

5. **Acompanhamento das aprendizagens**

Após fazer todas as etapas anteriores, é preciso identificar, registrar e analisar as aprendizagens, a fim de orientarmos o ensino, de maneira a distinguirmos os processos individuais e coletivos, bem como os fatores que incidem sobre eles.

É necessário contar com instrumentos de acompanhamento que favoreçam a identificação de como cada estudante está em relação às aprendizagens esperadas para cada etapa/ano de escolaridade (com base nos documentos curriculares), cada etapa e escola descentralizada ou na sede Escola Municipal Edite Lobo dos Santos..

2.4.3- Plano de Ação do Diretor JUSTIFICATIVA

Uma boa gestão escolar precisa estar atenta para as dificuldades encontradas em sua comunidade escolar. Assim, a escola está inserida em um processo de busca de identidade, em que se evidencia alto índice de

evasão e repetência e baixo desempenho na educação de Jovens e Adultos

Fase I. Os desafios encontrados nesta modalidade de ensino são observados, por exemplo, na falta de envolvimento dos estudantes, pois muitas vezes, os estudantes estão no ambiente escolar como meros observadores, não se envolvendo na gestão escolar, pois muitas vezes os estudantes não estão cientes ou não sabem do seu importante papel no contexto escolar.

Observo que no processo ensino aprendizagem há resistência às inovações, novas tecnologias, contextualização dos conteúdos curriculares e elaboração e execução de projetos pedagógicos que promovam um resultado significativo da aprendizagem.

A falta de documentação que comprove a escolarização do estudante, resultando na distorção de etapa de aprendizagem é um dos problemas que encontro.

Acreditar na escola como instituição fundamental para o pleno desenvolvimento de uma pessoa, comunidade, cidade e país é o norte que guia esta proposta. Confiar no professor como ser humano – profissional capaz de promover uma aprendizagem significativa, cultivar valores e espalhar a paz é o que impulsiona a realização deste projeto.

Desejar, almejar, sonhar, crer que todo estudante merece uma boa formação, merece atenção e respeito diante das suas necessidades, e crer, sobretudo, que este estudante é capaz de aprender e tornar-se um cidadão bem sucedido por meio do que construiu na escola, é o que tem estimulado a minha trajetória enquanto professora e diretora.

Acreditando ser a escola um espaço privilegiado de construção do conhecimento, a mesma precisa acompanhar as transformações da sociedade, considerando as diversas formas de trabalhar o pensamento humano e outras formas de organização e convivência, onde este espaço se autoriza como contexto de aprendizagem para toda a comunidade que com ela se relaciona.

Buscando desenvolver ações neste contexto entendo que por meio da construção participativa do projeto político da escola, referendado na Lei de Diretrizes de Base da Educação e suas resoluções complementares, faz-se necessário um movimento de integração curricular.

Ordem Legal: Baseia-se no PPP, na LDB e no Decreto 3623/2016.

Acredito que a elaboração de um currículo participativo, flexível e atualizado em consonância com as mudanças sociais, possibilitará a melhoria da qualidade de ensino – aprendizagem, favorecendo a permanência na escola e a formação integral do sujeito, bem como a inclusão social para o exercício da cidadania e do trabalho.

OBJETIVOS GERAIS

- Cumprir integralmente o calendário escolar próprio da EJA, oportunizando ao estudante condições para garantir a sua carga horária.

- Ter sempre o compromisso com a efetiva aprendizagem dos estudantes, desenvolvendo ações coletivas no sentido de superação das dificuldades.
- Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, elevando o índice de aprovação e reduzindo os índices de reprovação e evasão, atuando junto ao corpo docente e estudantes no sentido de analisar os resultados da aprendizagem, com vistas a sua melhoria.
- Fortalecer a formação continuada dos professores por meio de encontros para estudo, principalmente nos dias da hora-atividade, subsidiar o corpo docente na elaboração e implementação de planejamentos, propondo alternativas metodológicas a partir de reflexões coletivas.
- Requerer junto aos órgãos competentes, instalações e equipamentos necessários para proporcionar um melhor conforto para estudantes e professores.
- Estimular o uso dos recursos tecnológicos e outros espaços que estimulem o processo de ensino aprendizagem disponíveis na escola.
- Apoiar e subsidiar a elaboração e implementação de projetos desenvolvidos, comprometidos com a educação ambiental, qualidade de vida, cultura e lazer.
- Analisar e refletir sobre o sistema de avaliação promovendo ações de melhoria no processo ensino aprendizagem.
- Promover a classificação e reclassificação de estudantes.
- Buscar junto a Secretaria de Educação e Saúde, entre outras secretarias e instituições como: CREAS, CAPES e CRAS, atendimento técnico aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos que necessitarem.

METAS

- Efetivar a proposta de uma gestão democrática e participativa.
- Ações coletivas, efetivação de ações democráticas para a busca da excelência na qualidade de ensino.
- Combater a evasão escolar, em curto prazo, intercalando ensino- aprendizagem e atividades lúdicas e prazerosas no ambiente escolar e flexibilizando os horários para os estudantes trabalhadores.
- Criar um clima de trabalho que propicie a satisfação das expectativas da comunidade escolar.
- Resignificar o papel da escola que na atualidade passa por uma nova compreensão do trabalho pedagógico, que passa a ser tarefa de todos. A existência de profissionais qualificados e motivados é condição essencial para o sucesso da escola.
- Melhorar a estrutura física e a segurança na escola.
- Parceria permanente com os gestores do ensino regular.
- Elaborar e aplicar de sondagem para classificação e reclassificação do estudante no processo ensino – aprendizagem, baseado em seu conhecimento.
- Proporcionar ao corpo docente formação continuada, visando aprimoramento das práticas pedagógicas.
- Assegurar o direito ao estudante da Educação de Jovens e Adultos, usufruir das dependências do espaço escolar onde está inserido, oportunizando ao mesmo o uso do Espaço de Leitura, Espaço de Informática, Auditório, entre outros.
- Articular parcerias com outros órgãos educacionais (Rede Estadual, IES) juntamente com a Secretaria de Educação.
- Proporcionar aos estudantes da Educação Especial, atendimentos técnicos (psicólogo e oftalmologista) a fim de sanar dificuldades de aprendizagem.

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

- Assegurar a gestão democrática na escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Assim, desenvolveremos ações efetivas como: realização de enquetes com a comunidade escolar, para sugestões de melhorias da própria comunidade escolar; desenvolver atividades extracurriculares e projetos educativos, esportivos e culturais (gincanas, confraternizações, formatura, reuniões, palestras, teatros e cinema).
- Promover encontros pedagógicos, e planejamentos para reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem. Incentivar os professores a participarem de formações, promover encontros para a troca de experiências.
- Proporcionar aulas mais atrativas e significativas, no combate à evasão escolar, entrar em contato com o estudante quando este apresentar duas faltas consecutivas por meio do telefone e visitas domiciliares, tornando assim o relacionamento do estudante com o Professor um vínculo de amizade e compromisso com o processo ensino – aprendizagem.
- Buscar a satisfação do desenvolvimento do trabalho, voltado à comunidade escolar. Organizar no início do ano letivo, um grupo de professores para elaborarem e aplicarem uma “sondagem” visando melhorar a avaliação diagnóstica e o planejamento curricular, proporcionando maior envolvimento do estudante no conhecimento de suas expectativas em relação à vida escolar.
- Elaborar projeto de divulgação da modalidade Educação de Jovens e Adultos Fase I na comunidade escolar, empresas e na sociedade, por meio de cartazes, visitas às empresas, divulgação na mídia falada e escrita.
- Estabelecer acordos para o uso efetivo das dependências da escola, por meio de reuniões com a Direção do Ensino Regular, garantindo assim o direito do estudante da Educação de Jovens e Adultos

e dos professores, enriquecendo o processo de ensino aprendizagem.

- Organizar palestras educacionais, relacionadas à saúde e qualidade de vida e conforme necessidade (dengue, câncer de colo de útero, DSTs e H1N1, coronavírus-covid 19 entre outros) em parceria com outras secretarias e órgãos competentes.
- Formação continuada para o corpo docente; organização da hora-atividade com momento de formação continuada; promover encontros para troca de experiências entre os docentes.
- Organização de prateleiras com livros da biblioteca do professor e livros para pesquisa especificamente da Educação de Jovens e Adultos.
- A equipe pedagógica solicitará aos estudantes a leitura de pequenos textos de circulação diária, analisando assim o desenvolvimento da leitura nos estudantes (Mutirão de Leitura para o ano de 2024).
- Realizar o pré-conselho, na hora-atividade com quinze dias de antecedência ao Conselho Escolar estabelecido no calendário escolar próprio da EJA.
- Buscar junto às secretarias competentes da mantenedora, subsídios para a manutenção e melhoramento das condições físicas e equipamentos pertinentes ao ambiente escolar.
- Buscar junto a Secretaria de Segurança um vigia permanente no horário em que os estudantes estão frequentando as aulas.
- A parceria com gestores do ensino regular acontecerá de forma frequente no período diurno, por meio de visitas que conscientizem a todos da escola descentralizada que os estudantes da EJA fazem parte daquele ambiente escolar, tomando conhecimento de que esses estudantes necessitam de um ambiente adequado e propício para seus estudos.
- Para a conclusão da etapa de estudos, a direção e equipe pedagógica da EJA proporcionará, com o apoio da Secretaria de Educação, a realização da Formatura de Conclusão de Estudos.

- Por meio da realização da avaliação diagnóstica, buscar apoio junto à Secretaria de Educação e ao CMAE para encaminhar os estudantes ao atendimento técnico especializado.

AVALIAÇÃO

Pretende-se no decorrer da efetivação deste plano de ação, realizar constantes avaliações. Replanejar e colocar em prática procedimentos alternativos, quando se fizerem necessários.

Desta forma, a avaliação deve ocorrer normalmente ao longo de todo o processo, para reorientar e aperfeiçoar o plano de ação por meio de princípios norteadores numa concepção pedagógica significativa.

Portanto, a gestão escolar espera que os objetivos propostos sejam atingidos e que o plano de ação seja avaliado continuamente e satisfatoriamente com as atividades desenvolvidas nos anos letivos subsequentes.

É importante ressaltar que o sucesso deste plano e sua execução dependem da participação conjunta de toda a comunidade escolar, pois a tônica recai no esforço não só do gestor, mas de toda a comunidade escolar, que interage no contexto educacional, vivenciando com características individuais diversificadas que possam contribuir para uma ação educativa coletiva de qualidade.

2.4.4- Plano de Ação do Pedagogo Coordenador

ATIVIDADES	AÇÕES	PERÍODO
Plano de Trabalho	Planejamento da Semana Pedagógica	Início do Ano Letivo
Reuniões Pedagógicas	Reunir-se com os professores para orientar sobre a elaboração do plano de trabalho docente. Acompanhar a efetivação do plano de trabalho docente na sala de aula, auxiliando o professor realizar alterações sempre que necessário e acompanhamento na elaboração das avaliações.	Semanal (no dia da hora atividade dos docentes).

Capacitações	Preparar, organizar e coordenar Formação Continuada com a finalidade da realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar.	Semestral.
Visita Técnica	Dar suporte pedagógico ao professor em sala de aula. Acompanhamento do LRCO. Acompanhamento da frequência dos alunos menores de idade. Acompanhamento do processo de leitura dos alunos.	Semanal ou sempre que necessário.
Projetos	Busca Ativa: Buscar novos alunos e resgatar os alunos evadidos.	Semestral
	Velha Infância: Envio de vídeos, cartas e poemas aos idosos dos Lares da Cidade.	Mensal
	Inserção ao Mercado de Trabalho: Preparar os alunos para o mercado de trabalho.	Diário
	Doendo que Se Vive: Sensibilizar a sociedade à doação de órgãos.	Anual
	Combate a Dengue: Sensibilizar a sociedade aos cuidados e prevenção ao mosquito da dengue.	Semestral
	EJA na Biblioteca: Acompanhamento da Participação dos alunos.	Semestral
Pré-Conselho, Conselho de Classe e Pós-Conselho	Preenchimento das fichas de conselho.	Encerramento de cada bimestre
Formatura	Organização (verificação dos alunos aprovados, vestuários, local, entre outros).	Semestral
Atendimentos a família dos alunos.	Dar suporte pedagógico, orientações sobre as responsabilidades da família e sobre o papel da escola.	Semestral ou sempre que necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo
dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.

2.4.5- Plano de Ação do Pedagogo Orientador.

A orientação educacional busca promover a adesão e o envolvimento das famílias na escola, trabalhando em harmonia com a direção e demais setores. Além disso, a orientação também oferece suporte ao corpo docente, supervisionando e colaborando na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico. O objetivo é a qualidade e a melhoria da educação, priorizando em seu trabalho o estudante e seu desempenho escolar

2.4.5- PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO ORIENTADOR		
ATIVIDADES	AÇÕES	PERÍODO
Acolhimento e orientação	Serão organizadas rodas de conversa que visam compartilhar as expectativas e dificuldades nessa etapa da alfabetização, tornando os alunos mais próximos uns dos outros e fornecendo à equipe pedagógica informações importantes para que se possa criar diferentes estratégias de ensino e inclusão dentro da sala de aula.	Bimestral
Apoio socioemocional	A educação socioemocional, implantada recentemente na BNCC, tem como objetivo incorporar competências e habilidades que vão além do aspecto cognitivo de aprendizagem. Nesse sentido, serão desenvolvidas práticas dentro da sala de aula que trabalham esse aspecto de modo não explícito: trabalhos em grupo para que os estudantes se relacionem melhor e se apoiem nas atividades propostas; realização de seminários e apresentações para desenvolver a autoconfiança e aumentar a autoestima; incentivar o estudo de outras regiões e culturas com intuito de agregar conhecimento e exercer o respeito e a empatia	Bimestral

<p>Orientação acadêmica</p>	<p>Será exercida juntamente com o acolhimento e a orientação, dentro de uma roda de conversa com todos os alunos, ou, se necessário e possível, em conversas individualizadas. Dentro da orientação acadêmica, a escolha de disciplinas, a futura área de especialização e as atividades extracurriculares, será amplamente conversada para que o estudante consiga ter uma visão mais direcionada sobre o ambiente acadêmico.</p>	<p>Sempre que necessário, atendendo demandas específicas: Bimestral</p>
<p>Acompanhamento individualizado do estudante</p>	<p>O acompanhamento do aluno será realizado de forma contínua, tanto no que se refere ao aprendizado quanto no que se trata da frequência em sala de aula. O orientador irá realizar conversas individuais com cada aluno que esteja passando por dificuldades, tentar ajudá-lo e desenvolver estratégias que o beneficiem, para que seu rendimento acadêmico melhore.</p>	<p>Semanalmente (sempre que necessário)</p>
<p>Mediação de conflitos entre os estudantes</p>	<p>Os conflitos no ambiente escolar podem ocorrer de forma recorrente, nesses casos, o orientador irá implementar ações para amenizar os conflitos já existentes e evitar que novos aconteçam. A principal ferramenta será o diálogo, a comunicação pacífica e os relatos dos conflitos à direção em casos que sejam necessários tomar medidas mais duras.</p>	<p>Semanalmente (sempre que necessário)</p>
<p>Parceria com a família e a comunidade</p>	<p>Se conhece a importância da tríade família, comunidade e escola para o desenvolvimento escolar dos estudantes. Para que isso aconteça, o orientador irá realizar ações que aproximem cada vez mais esses grupos, promovendo reuniões para acompanhamento do estudante, ações que promovam melhorias para a comunidade em que a escola está inserida, realizando mutirões de limpeza e outras atividades extracurriculares.</p>	<p>Bimestral</p>

Quanto às ações individualizadas de acompanhamento aos estudantes, é prioridade do pedagogo elaborar estratégias e ações específicas que visam apoiar e orientar os alunos na fase 1 da Educação de Jovens e Adultos. Abaixo, serão apresentadas algumas estratégias que são realizadas em parceria com a comunidade escolar para um melhor aproveitamento acadêmico desses estudantes.

Ressalta-se que todas essas estratégias também devem ser flexibilizadas de acordo com cada situação, visando o bem estar do aluno e garantido plenas condições para que ele possa desenvolver todas as suas capacidades numa totalidade.

O presente plano constitui o encaminhamento das ações pré- estabelecidas para serem desenvolvidas no decorrer no ano letivo de, salientando que as ações propostas, serão desenvolvidas e discutidas sempre que se fizer necessário.

JUSTIFICATIVA

O presente plano constitui o encaminhamento das ações pré- estabelecidas para serem desenvolvidas no decorrer no ano letivo de 2024, salientando que as ações propostas, estarão sendo desenvolvidas e discutidas sempre que se fizer necessário.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a clientela e identificar a demanda escolar a ser acompanhada pelo Orientador educacional

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer o regimento escolar da instituição;
- Colaborar na análise do aproveitamento escolar e evasão; Participar do processo de elaboração e de execução da proposta pedagógica curricular;
- Orientar a comunidade escolar sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;
- Elaborar hipóteses diagnóstica da situação detectada, bem como discuti-las com os professores/as com coordenadores e a direção, considerando o contexto pedagógico da instituição educacional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo
dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.

2.4.6- Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa

- Os funcionários das áreas de administração escolar atuam na secretaria da instituição de ensino, cujo serviço será coordenado e supervisionado pela direção.

2.4.6- PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE DE APOIO ADMINISTRATIVA		
ATIVIDADES	AÇÕES	PERÍODO
Documentação	<p>Cumprir a legislação em vigor e as instruções normativas emanadas da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, que regem o registro escolar do estudante e a vida legal da instituição de ensino.</p> <p>Organizar e manter atualizados a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos;</p> <p>Encaminhar à direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;</p> <p>Organizar e manter atualizado o arquivo escolar ativo e conservar o inativo, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar do estudante e da autenticidade dos documentos escolares;</p> <p>Remanejado Informar à Equipe Pedagógica sobre a movimentação dos estudantes tão logo ocorra;</p> <p>Manter atualizados os registros escolares dos estudantes no sistema SERE;</p> <p>Organizar e manter atualizado o arquivo com os atos oficiais da vida legal da escola, referentes à sua estrutura e funcionamento;</p> <p>Organizar a documentação dos estudantes matriculados em</p>	Durante todo o ano letivo.

	<p>Atividades Complementares no Contraturno quando desta oferta na instituição de ensino;</p> <p>Fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado;</p> <p>Participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.</p> <p>Cumprir e fazer cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do estudante referente à documentação comprobatória, de adaptação, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;</p> <p>Elaborar relatórios e processos de ordem administrativa a serem encaminhados às autoridades competentes;</p> <p>Conferir, registrar e/ou patrimoniar materiais e equipamentos recebidos;</p> <p>Efetivar os registros na documentação oficial como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados e outros, garantindo sua idoneidade;</p>	
Matrícula	<p>Efetivar e coordenar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência e conclusão de curso;</p> <p>Responsabilizar-se pela guarda e expedição da documentação escolar do estudante, respondendo por qualquer irregularidade; devendo este permanecer na Instituição de Ensino à disposição do(a) professor(a), da Direção e da Equipe Pedagógica, sempre que for solicitado.</p>	Durante todo o ano letivo.
Atendimento a comunidade	Atender a comunidade escolar, na área de sua competência, prestando	Durante todo o ano letivo.

	informações e orientações sobre a legislação vigente e a organização e funcionamento da instituição de ensino, conforme disposições do Regimento Escolar;	
Atendimento aos Professores	<p>Orientar os professores quanto ao prazo de preenchimento do Livro Registro de Classe Online -LRCO com os resultados da frequência e do aproveitamento escolar dos estudantes;</p> <p>Organizar as justificativas do Ponto Digital de professores e funcionários, encaminhando ao setor competente a sua frequência, em formulário próprio;</p> <p>Secretariar os Conselhos de Classe e reuniões, redigindo as respectivas Atas;</p>	Durante todo o ano letivo.
Direção	<p>Participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.</p> <p>Comunicar imediatamente à direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria da escola; participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;</p> <p>Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com estudantes, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;</p> <p>Realizar serviços auxiliares relativos à parte financeira, contábil e patrimonial da instituição, sempre que solicitado;</p> <p>Classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;</p> <p>Coletar e digitar dados estatísticos quanto à avaliação escolar, alimentando e atualizando o sistema</p>	Durante todo o ano letivo.

	informatizado; Executar trabalho de mecanografia, reprografia e digitação;	
--	--	--

2.4.7- Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional

- I. Zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;
- II. Utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;
- III. Zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;
- IV. Auxiliar no acompanhamento da movimentação dos estudantes em horários de intervalos, (estudantes da EJA Diurna), de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;
- V. Cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;
- VI. Participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
- VII. Coletar lixo de todos os ambientes da instituição de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;
- VIII. Participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.
- IX. Zelar pelo sigilo de informações pessoais de estudantes, professores, funcionários e famílias;

- X. Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com estudantes, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- XI. Exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.
- XII. Servir a merenda escolar, quando houver necessidade, respeitando as normas da empresa que administra o setor de alimentação escolar observando os cuidados básicos de higiene e segurança;

2.4.8- Plano de Ação do Conselho Escolar

O conselho escolar, órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, tem como principal atribuição estabelecer e garantir a implementação da proposta pedagógica, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida. Ele será constituído de acordo com o princípio da representatividade, devendo abranger toda a comunidade escolar, cujos representantes nele terão necessariamente voz e voto. Poderão participar do conselho escolar os representantes dos movimentos sociais organizados, comprometidos com a escola pública, assegurando-se que sua representação não ultrapasse 1/5 (um quinto) do colegiado. O presidente do conselho escolar será o diretor do estabelecimento, na qualidade de dirigente da proposta pedagógica.

O conselho escolar da EJA será constituído pelas seguintes categorias:

- diretor;
- representante da equipe pedagógica;
- representante da equipe administrativa;
- representante do corpo docente;

- representantes dos coordenadores das ações pedagógicas descentralizadas;
- representante dos estudantes para cada fase do ensino de educação de jovens e adultos, com matrículas ativas..
- representante(s) indicado(s) pelos segmentos organizados da sociedade, composto por, no máximo, 1/5 da somatória das alíneas anteriores, designados pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral de Paranaguá, em ato próprio

2.4.9- Plano de Trabalho Docente (Estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP).



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO DOCENTE
PLANEJAMENTO

NOME DA INSTITUIÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL EDITE LOBO DOS SANTOS		
ESCOLA DESCENTRALIZA:		
	TURMA:	
PERÍODO:	COMPONENTE CURRICULAR:	
CICLO:		
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM PROPOSTOS	METODOLOGIA	FORMAS DE INTERAÇÃO COM O ESTUDANTE
PROJETOS:		
RELATÓRIO ATIVIDADES REALIZADAS NA HORA ATIVIDADE:		
REFERÊNCIAS:		



CRONOGRAMA DOS CICLOS (1º SEMESTRE) 2024

CICLO	PERÍODO
1º CICLO	08/02/2024 a 01/03/2024
2º CICLO	04/03/2024 a 22/03/2024
3º CICLO	25/03/2024 a 12/04/2024
4º CICLO	15/04/2024 a 03/05/2024
5º CICLO	06/05/2024 a 24/05/2024
6º CICLO	27/05/2024 a 14/06/2024
7º CICLO	17/06/2024 a 05/07/2024

CRONOGRAMA DAS AVALIAÇÕES



Período de Avaliações
29/02/2024 (Entrega da Avaliação Diagnóstica)
1º BIMESTRE
1ª AVALIAÇÃO: 04/03/2024 a 07/03/2024 1ª RECUPERAÇÃO: 11/03/2024 a 14/03/2024
2ª AVALIAÇÃO: 01/04/2024 a 04/04/2024 2ª RECUPERAÇÃO: 08/04/2024 a 11/04/2024 Conselho de classe: 12/04/2024 26/04/2024
2º BIMESTRE
1ª AVALIAÇÃO: 20/05/2024 a 23/05/2024 1ª RECUPERAÇÃO: 27/05/2024 a 30/05/2024 2ª AVALIAÇÃO: 10/06/2024 a 13/06/2024 2ª RECUPERAÇÃO: 17/06/2024 a 20/06/2024 Conselho de classe: 14/06/2024 21/06/2024

2.4.10- Plano de Atendimento Educacional Especializado.

Condições de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais: programas e serviços ofertados.

Na Educação de Jovens e Adultos, a Sala de Recurso Multifuncional (SRM) é um atendimento de natureza pedagógica, que complementa a escolarização acadêmica. A EJA atende estudante com Necessidades

Educacionais Especiais nas áreas: deficiência física neuro-motora, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e deficiência auditiva. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) funciona em sala própria. O trabalho na sala do (SRM), na EJA, oportuniza autonomia, independência e valorização dos estudantes, sendo possível trabalhar com atendimento individual ou em pequenos grupos. A professora especializada identifica as necessidades especiais dos estudantes e a partir dessas necessidades elabora plano de intervenção, intervindo para que as práticas pedagógicas inclusivas se efetivem, com o intuito de desenvolver um trabalho de aprimoramento da ação docente, possibilitando práticas motivadoras de ensino e aprendizagem, tendo como meta, maior qualidade nas intervenções realizadas no dia a dia da sala de aula. A elaboração se justifica pela necessidade de buscar estratégias que sejam eficientes e proporcionem avanços no processo de alfabetização dos estudantes com encaminhamentos pedagógicos que atendam às reais necessidades dos estudantes em relação a aquisição da leitura e da escrita.

Acredita-se que as tarefas lúdicas facilitam e tornam mais prazerosa a aprendizagem dos conteúdos escolares. Assim, ao final da intervenção, espera-se confirmar que o lúdico, com a devida mediação do professor, seja um excelente instrumento educativo. O que se propõe, portanto, é que esta proposta possibilite avanços no processo de alfabetização dos estudantes. Atualmente a EJA atende (18) estudantes de inclusão no AEE, no período da manhã e tarde. Sendo que durante o período noturno, a cada quinze dias sempre a ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – EDITE LOBO DOS SANTOS- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, às quartas-feiras a professora do AEE realiza as visitas itinerantes para acompanhar o desenvolvimento do estudante em sala de aula no ensino regular.

Cronograma de atendimento especializado:

HORÁRIO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA - FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
7:30 / 8:30	1 Atendimento	1 Atendimento	Itinerante	1 Atendimento	Hora Atividade

8:30 / 9:30	1 Atendimento	1 Atendimento	Itinerante	1 Atendimento	Hora Atividade
9:30 / 10:30	1 Atendimento	1 Atendimento	Itinerante	1 Atendimento	Hora Atividade
10:30 / 11:30		1 Atendimento	Itinerante	1 Atendimento	Hora Atividade

TARDE

HORARIO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA - FEIRA	QUINTA - FEIRA	SEXTA-FEIRA
13h30/14h30	2 Atendimentos	2 Atendimentos	2 Atendimento	1 Atendimento	Hora Atividade
14h30/15h30	1 Atendimento	2 Atendimento	2 Atendimento	1 Atendimento	Hora Atividade
15h30/16h30	2 Atendimentos	2 Atendimento	Itinerante	2 Atendimentos	Hora Atividade
16h30/17h30	1 Atendimento	1 Atendimento	Itinerante	1 Atendimento	Hora Atividade

Os estudantes que apresentam dificuldade, deficiência intelectual, autismo com (laudo médico) que estão matriculados na escola pólo EDITE LOBO DOS SANTOS no período matutino e vespertino, utilizam material de apoio pedagógico. A proposta de Alfabetização "Desafios do Aprender", (ABACADA), apresenta os recursos didáticos utilizados para a compreensão da linguagem oral e à aquisição do código escrito que evidencia o desenvolvimento e aplicação da consciência fonológica em seu nível silábico pressupondo que essa enriquecerá e aprimorará a utilização da sílaba na palavra como recurso de estudo, levando o estudante a interagir e assimilar a fala, o ato de ler e escrever em sua trajetória escolar. Esta forma de trabalhar é fundamentada no método Sodré de Alfabetização Método Fônico. O aprendizado acontece de forma sistemática, ordenada e progressiva, com passo a passo respeitando a habilidade e dificuldade de cada estudante. É importante destacar que o desenvolvimento está atrelado aos benefícios de se trabalhar com o desafio de forma lúdica, na utilização de vários jogos de sílabas, palavras e frases. O método ABACADA para esse grupo de estudantes se torna um facilitador para a compreensão, pois será relacionada com a imagem. Nesse sentido, coloca-se a importância de

seguir corretamente os passos do método ABACADA e ter em mãos os materiais que fazem parte da mesa, o que contribui para uma eficaz atuação do professor e do estudante. Na EJA também atendemos estudantes com deficiência auditiva, realizando a inclusão de estudantes surdos nas salas de aula. A proposta não é relacionada somente às questões da surdez, mas as que envolvem uma situação diversificada, no sentido de que os outros caminhos pedagógicos devem ser trilhados para que esses estudantes possam constituir-se como sujeitos surdos pertencentes a uma sociedade.

2.4.11 Plano de atendimento pedagógico domiciliar

Resultante de um contexto construído com muitas lutas sociais, ligadas direta ou indiretamente à pessoas excluídas das escolas, surgiu também o Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD). De acordo com o Artigo 4A, incluído pela Lei nº 13.716, de 2018, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao estudante da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa (BRASIL, 1996).

Neste sentido, o Conselho Municipal de Educação de Paranaguá (COMED), dispõe que o Atendimento Pedagógico Domiciliar é composto por estudante que estão matriculados em uma instituição de ensino, mas que estão em condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, considerando-se aspectos psicossociais que afetam a permanência escolar:

O Atendimento Pedagógico Domiciliar tem a finalidade de prestar atendimento educacional aos estudante matriculados na Educação Básica, em seus diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, para as adaptações/flexibilizações curriculares que deverão ser realizadas na residência do estudante e no ambiente de ensino, exercido numa ação integrada com os serviços de saúde (PARANAGUÁ, 2019, p. 48-49)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Sendo assim, o nosso atendimento pedagógico é efetivado por um professor itinerante e flexibilizado, de uma maneira que contribui com a promoção de saúde e ao melhor retorno e/ou continuidade dos estudos pelos estudantes envolvidos.

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1 Fundamentação Teórica

A concepção de currículo estabelecerá a organização e tempo da instituição de ensino.

Entendemos por currículo as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivência e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes, é, portanto, o conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais.

Ao pensar o currículo da EJA (OLIVEIRA, 2007) delinea e sugere que se trata muito mais das maneiras como trabalhar as questões curriculares na EJA do que exatamente, o que trabalhar - já que o currículo da EJA faz parte de um recorte daquilo que seria essencial para estudar/aprender/conhecer em menos tempo na escola. Assim Oliveira (2007, p. 90) sugere que:

Os conteúdos aparentemente abstratos fossem trabalhados em relação com sua utilidade concreta, a escola poderia ter na adesão dos estudantes à necessidade de aprendizagem deles, um com tributo fundamental para a facilitação dos processos pedagógicos. (OLIVEIRA, 2007, p. 90).

Segundo as Diretrizes Curriculares Estaduais de EJA, as relações entre cultura, conhecimento e currículo, oportunizam uma proposta pedagógica pensada e estabelecida a partir de reflexões sobre a diversidade cultural,

tornando-a mais próxima da realidade garantindo sua função socializadora – promotora do acesso ao conhecimento capaz de ampliar o universo cultural do estudante – e, sua função antropológica – que considera e valoriza a produção humana ao longo da história. A compreensão de que o estudante da EJA relaciona-se com o mundo do trabalho e que por meio deste busca melhorar a sua qualidade de vida e ter acesso aos bens produzidos pelo homem, significa contemplar, na organização curricular, as reflexões sobre a função do trabalho na vida humana. É inerente à organização pedagógica curricular da EJA, a valorização dos diferentes tempos necessários à aprendizagem dos estudantes da EJA, considerando os saberes adquiridos na informalidade das suas vivências e do mundo do trabalho, face à diversidade de suas características. E ainda, conforme as Diretrizes Curriculares Estaduais de Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná:

I. A EJA deve constituir-se de uma estrutura flexível, pois há um tempo diferenciado de aprendizagem e não um tempo único para todos os estudante, bem como os mesmos possuem diferentes possibilidades e condições de reinserção nos processos educativos formais;

II. O tempo que o estudante jovem, adulto e idoso permanecerá no processo educativo tem valor próprio e significativo, assim sendo à escola cabe superar um ensino de caráter enciclopédico, centrado mais na quantidade de informações do que na relação qualitativa com o conhecimento;

Os conteúdos específicos de cada disciplina deverão estar articulados à realidade, considerando sua dimensão sócio-histórica, vinculada ao mundo do trabalho, à ciência, às novas tecnologias, dentre outros.

Além disso a BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as preposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos estudantes. Essas decisões que resultam de um processo de envolvimento e

participação das famílias e comunidade.

2.5.2 Direitos e objetivos de aprendizagem

A BNCC apresenta as Competências Gerais, entendidas, conforme Parecer nº 15/2017 da CNE/CP, como Direitos de Aprendizagem:

- Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência

crítica e responsabilidade.

- Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

2.5.3 Concepção de Ensino e Aprendizagem

A inclusão educacional é um espaço de direito universal de igualdade, justiça e respeito pela vida humana. Está legalmente implícita na Constituição Federal do Brasil e traz a dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais (BRASIL, 1988). Essa informação vem ao encontro com o artigo 3º da Declaração Universal em Bioética e Direitos Humanos (UNESCO, 2005), apresentando que a dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser respeitadas em sua totalidade. Ao olhar para outra diretriz, a Educação Nacional, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, a educação é assegurada para todos os estudantes, com o intuito de atuar no seu desenvolvimento integral, educar para o exercício da cidadania e qualificar para o trabalho (BRASIL, 2003). Em se tratando de diretrizes, o que foi citado neste parágrafo é o que se espera da formação dos estudantes das escolas regulares na atualidade e que a idade considerada ideal para iniciar os estudos

é de 6 anos, a completar até 31 de março do ano que se realiza a matrícula para o 1º ano do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018). Para cursar a EJA no nível Fundamental, a idade mínima é de 15 anos e no nível Médio, 18 anos.

Entretanto, sabemos que alguns dos estudantes não conseguem dar continuidade na sua trajetória estudantil, nos níveis de ensino Fundamental (1º ao 9º ano) ou médio, por diversas razões que a vida lhes apresenta, as quais chamaremos aqui de vulnerabilidades. Com isso, nos deparamos com a exclusão deles neste ambiente, considerado ideal para a sua idade, e que posteriormente procuram a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para concluírem seus estudos.

Nesse sentido, há estudantes vulneráveis, afetados de alguma maneira e que hoje em dia estão excluídos do sistema escolar regular, motivados por múltiplas vulnerabilidades que, hipoteticamente, podem estar relacionadas ou não à escola, à família e ao próprio estudante.

Paulo Freire (2019) propõe uma educação dialógica e não bancária, trazendo a realidade do estudante de forma central no processo de alfabetização. Sempre partindo dessa realidade e de sua experiência, a proposta pauta-se pela seleção de palavras geradoras, que possam desencadear a problematização da realidade, de forma a superá-la e, ao mesmo tempo, servir como possibilitadoras do ensino. Com isso, Freire (1975) traz a ideia de que a educação suscita a conscientização do homem, possibilitando a evolução de uma consciência ingênua – caracterizada por simplicidade na interpretação dos problemas e tendência ao conformismo – para uma consciência crítica – que se caracterizava pela profundidade na interpretação de problemas e uma maior dose de racionalidade.

Freire (2019) apresenta a educação com duas funções: habilitar, com a intenção de preparar de forma técnica e cientificamente, o homem para o mercado de trabalho, e atender às necessidades existentes na sociedade. Para tal, assume como princípios norteadores a leitura do mundo e as experiências de vida, defendendo uma alfabetização que parte da realidade concreta do homem e possibilita, além do ensino da leitura e escrita, a conquista da liberdade.

2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano do ensino de jovens e adultos, do aee e do recreio dirigido).

A Escola Municipal Edite Lobo dos Santos, defende um currículo que promove a formação integral do estudante, permitindo que ele participe ativamente da construção do conhecimento e tenha condições de prosseguir nos estudos, além de participar de forma crítica e responsável da sociedade em que vive. Não se trata apenas da aquisição de conhecimentos, mas também de novas posturas e atitudes diante dos desafios da sociedade.

- A Escola Municipal Edite Lobo dos Santos, oferta aulas para Jovens, Adultos e Idosos nos períodos matutino, vespertino e noturno, para estudantes matriculados na 1^a, 2^a, 3^a e 4^a etapa.
- As aulas do AEE são ofertadas aos estudantes 2 vezes por semana e tem duração de 1 hora e acontecem de forma individual.
- No período matutino as aulas são ministradas na escola Polo, com início às 7h30min e término às 11h30. São ministradas aulas de Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e Natureza.
- No período vespertino as aulas são ministradas na escola Polo, com início às 13h30 e término às 17h30. São ministradas aulas de Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e Natureza.
- No período noturno as aulas são ministradas na escola Polo e nas 11 escolas descentralizadas, com início às 18h e término às 22h. São ministradas aulas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade e Natureza e Educação Física. Durante o horário do intervalo (recreio) os estudantes jantam.

2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação é uma das tarefas didáticas mais importantes e necessárias do trabalho do professor: diz respeito ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem; relaciona-se diretamente com o conjunto dos objetivos propostos pelo professor para seus estudantes; permite que se observem os mecanismos de estruturação do conhecimento, suas dificuldades e/ou facilidades para cada estudante; possibilita ao professor traçar novos objetivos para, eventualmente adequar os rumos da aprendizagem. A avaliação é, portanto, uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de conceitos e notas.

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor, as aprendizagens do professor e as aprendizagens do estudante, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os estudantes aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar então é também buscar informações sobre o estudante (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...), é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender. (FREIRE, 1986, p. 68).

A avaliação educacional, neste Estabelecimento Escolar, seguirá orientações contidas no artigo 24, da LDBEN 9394/96, e compreende os seguintes princípios:

- **investigativa ou diagnóstica:** possibilita ao professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos;
- **avaliação contínua:** permite a observação permanente do processo ensino aprendizagem e possibilita ao professor repensar sua prática pedagógica;
- **sistemática:** acompanha o processo de aprendizagem do estudante, utilizando instrumentos diversos para o registro do processo;
- **abrangente:** contempla a amplitude das ações pedagógicas no

tempo-escola do estudante;

- **permanente:** permite um avaliar constante na aquisição dos conteúdos pelo estudante no decorrer do seu tempo-escola, bem como do trabalho pedagógico da escola.

Os conhecimentos básicos definidos nesta proposta serão desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida para cada disciplina, conforme a matriz curricular, com oferta diária de 04 (quatro) horas-aula por turno, com avaliação presencial ao longo do processo ensino-aprendizagem. Considerando que os saberes e a cultura do estudante devem ser respeitados como ponto de partida real do processo pedagógico, a avaliação contemplará, necessariamente, as experiências acumuladas e as transformações que marcaram o seu trajeto educativo, tanto anterior ao reingresso na educação formal, como durante o atual processo de escolarização.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, participação em trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado dos estudante e avaliar os conteúdos desenvolvidos. É vedada a avaliação em que os estudantes sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas será analisado pelo estudante e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica.

❖ **Procedimentos e Critérios para Atribuição de Notas:**

α) As avaliações utilizarão técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa; para fins de promoção e certificação, serão registradas 02 (duas) avaliações por disciplina, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o estudante se submeterá na presença do professor, conforme descrito no regimento escolar.

A avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero). Para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 5,0 (cinco vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução nº 3794/04-SEED e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária. Caso o estudante não atinja a nota mínima exigida, terá direito a recuperação de estudos, bimestralmente. Para os demais a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos. Os resultados das avaliações dos estudante deverão ser registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do estudante; o estudante portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver.

2.6.2 O processo avaliativo coerente com as concepções da educação de jovens e adultos e aprendizagem/desenvolvimento.

O processo avaliativo na educação de jovens e adultos é de extrema importância para garantir uma aprendizagem significativa e um desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse sentido, é fundamental que o processo avaliativo esteja alinhado com as concepções da educação de jovens e adultos, considerando suas características e necessidades específicas.

Práticas Avaliativas Coerentes

Avaliação Formativa: A avaliação deve ser contínua e formativa, ou seja, voltada para o acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes. Ela deve fornecer feedbacks construtivos e oportunidades de melhoria, permitindo que os mesmos sejam protagonistas de sua própria aprendizagem.

Avaliação Contextualizada: A avaliação deve considerar o contexto de vida e experiências dos estudantes jovens, adultos e idosos, relacionando os conteúdos abordados em sala de aula com suas vivências e necessidades práticas. Isso torna a aprendizagem mais significativa e relevante para eles.

Avaliação Participativa: Os estudantes jovens, adultos e idosos devem ser envolvidos ativamente no processo avaliativo, sendo convidados a refletir sobre seu próprio desempenho, estabelecer metas de aprendizagem e participar da definição dos critérios de avaliação. Isso promove a autonomia e a responsabilidade deles em relação ao seu próprio processo de aprendizagem.

Avaliação Diversificada: É importante utilizar diferentes instrumentos e estratégias de avaliação, como trabalhos em grupo, projetos, apresentações, portfólios, além de provas e testes. Isso permite que eles demonstrem suas habilidades e conhecimentos de maneiras variadas, respeitando suas diferentes formas de aprender.

2.6.3 Análise de avanços e dificuldades pedagógicas

A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo estudante.

Em nossa escola, as avaliações são realizadas durante todos os bimestres, sendo a nota final a soma de no mínimo três avaliações e demais atividades pedagógicas avaliativas diferenciadas a serem somadas ao término do bimestre.

Quando há necessidade, é realizada avaliação diferenciada para aqueles estudantes que apresentarem maiores dificuldades em relação aos demais estudantes da turma. A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando

métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político- Pedagógico da escola. Não é permitido submeter o estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

A avaliação deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do estudante, evitando-se a comparação dos estudantes entre si.

Todos os resultados de avaliações e atividades deverão ser anotados no LRCO e em fichas próprias dos professores de acordo com cada disciplina. A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez vírgula zero).

2.6.4 Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação de jovens e adultos fase 1.

Procedimentos e Critérios para Atribuição de Notas: as avaliações utilizarão técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa; para fins de promoção e certificação, serão registradas 02 (duas) avaliações por disciplina, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o estudante se submeterá na presença do professor, conforme descrito no regimento escolar.

A avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero). Para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 5,0 (cinco vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução nº 3794/04-SEED e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária. Caso o estudante não atinja a nota mínima exigida, terá direito a recuperação de estudos, bimestralmente. Para os demais a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos

conhecimentos. Os resultados das avaliações dos estudantes deverão ser registrados em documentos próprios- LRCO, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do estudante. O estudante portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver.

2.6.5 Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional é um processo, inserido nas escolas públicas ou privadas, com a finalidade de avaliar as instituições, visando uma reflexão coletiva que possibilite uma gestão democrática e comprometida com a transformação social, e leve os professores a unir esforços no sentido da efetivação da melhoria da qualidade do ensino.

Existe certo tabu em relação à Avaliação Institucional: é um assunto que muitos temem, alguns consideram difícil, outros acham que é politicamente proibido. Estas relações dificultam a construção de um processo avaliativo confiável, voltado para a qualidade do ensino, a recuperação da dignidade profissional do professor e a autonomia da escola. (Fernandes, 2007.p. 15).

A Avaliação Educacional aliada à Avaliação Institucional trarão possibilidades de se discutir a situação da escola, os problemas existentes e suas potencialidades A avaliação educacional geralmente se concentra no desempenho individual dos estudantes, no processo de ensino e aprendizagem, e na eficácia dos métodos de ensino. É imprescindível que a partir dessas discussões sejam traçadas metas e estabelecidos planos para que se chegue ao ponto desejado. Sempre que se fizer necessário essas discussões devem ser retomadas, ver o que deu certo, o que necessita ser redirecionado. Torna-se necessário compreender os fatores que estão emperrando o trabalho pedagógico na escola, conhecer mais a fundo os entraves ao processo de ensino-aprendizagem. Por sua vez, a avaliação institucional abrange uma análise mais ampla, incluindo a qualidade dos serviços oferecidos pela instituição de ensino, a infraestrutura, a gestão escolar, a satisfação dos alunos e funcionários, entre outros aspectos relacionados à

instituição como um todo. Ambas são importantes para garantir a qualidade do ensino e o bom funcionamento das instituições educacionais.

A escola implantará um sistema de avaliação institucional onde a comunidade

escolar poderá contribuir com opiniões e sugestões que possibilitarão a melhoria do trabalho escolar de modo geral. Pois por meio dos resultados coletados, será possível traçar metas que nortearão toda ação pedagógica e administrativa.

2.6.6 Recuperação paralela de estudos

A recuperação de estudos é direito dos estudantes, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem. Em nossa escola a recuperação será realizada ao término de cada bimestre e será elaborada de acordo com os conteúdos trabalhados durante o bimestre a que se refere. A recuperação não será aplicada apenas aos estudantes que não alcançaram a média, mas sim a todos os estudantes da turma, que podem, por meio desta, elevar a nota bimestral. Será considerada sempre a maior nota alcançada. Todas as avaliações de recuperação de estudos deverão estar registradas no Livro Registro de Classe Online-LRCO.

2.6.7 Avaliação externa. (não se aplica)

2.6.8 Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos

Na perspectiva de uma escola democrática é de fundamental importância que toda a comunidade escolar tenha a oportunidade de contribuir com o processo de ensino e aprendizagem. "A atuação da escola consiste na preparação intelectual e moral dos estudantes para assumirem suas posições na sociedade." (LIBÂNEO, 1989, p.23).

O conselho de classe é um espaço democrático na escola. Tem como objetivo, ampliar as discussões de cunho pedagógico e a discussão para pensar em estratégias pedagógicas adequadas à realidade escolar. Tem como algumas de suas atribuições, não apenas diagnosticar os problemas elencados pelo corpo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo
dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.

docente, mas também de organizar projetos e propostas de

intervenção pedagógica para superar tais dificuldades apresentadas.

Ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino. O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino-aprendizagem (PARANÁ, 2008, p.14).

O conselho de classe é organizado com a participação efetiva de professores, gestores, equipe pedagógica, e com a presença facultativa de estudante e família para delinear novos encaminhamentos pedagógicos dentro da escola para que consiga atingir seu principal objetivo que é da emancipação do sujeito no processo de ensino-aprendizagem.

Pré-Conselho (Constatação)

É um espaço de diagnóstico, com levantamento de dados do processo de ensino que permite diagnosticar e analisar tanto os aspectos positivos, quanto identificar problemas e suas possíveis causas, realizando proposições acerca do processo ensino-aprendizagem.

Neste momento, a equipe pedagógica da Escola Edite Lobo-EJA faz um levantamento das informações mais relevantes e emergentes quanto ao processo de ensino e aprendizagem para serem tratados na reunião de Conselho de Classe. São informações para contemplar a análise do trabalho pedagógico desenvolvido durante o bimestre/semestre, considerando aspectos como: dificuldades e avanços da turma e de cada estudante com relação aos conteúdos, mudanças necessárias quanto às metodologias e recursos didáticos, critérios de avaliação e instrumentos diferenciados e/ou outros encaminhamentos pedagógicos que se fizerem necessários tanto no âmbito coletivo, quanto individual. O Pré-Conselho deverá ser registrado em fichas individuais, ou à critério da nossa escola .

Conselho de Classe/ Conselho de Avaliação (Proposição)

O colegiado possui uma natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos fundamentados no Projeto Político-Pedagógico da Instituição de Ensino e no Regimento Escolar, posicionando-se frente ao diagnóstico levantado no Pré-Conselho e discutindo os dados, avanços, problemas e proposições referentes ao processo de ensino-aprendizagem.

Realizado bimestralmente nas etapas da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Edite Lobo dos Santos, a organização do Conselho de Classe compreende também uma oportunidade para que todos os envolvidos no processo escolar possam repensar o trabalho pedagógico.

Esta análise coletiva é subsídio para a tomada de decisões, com vistas à superação de dificuldades, por meio de encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e estratégias que visem à aprendizagem e que levem em conta a efetivação do currículo e as necessidades dos estudantes.

Nesta reunião é obrigatória a participação do secretário escolar, que fica responsável por registrar e lavrar a Ata.

Pós-Conselho (ação):

O Pós-Conselho refere-se à implementação das decisões tomadas no Conselho de Classe/ Conselho de Avaliação. Nele, enquanto equipe pedagógica orientamos a devolutiva aos próprios estudantes da EJA, aos pais ou responsáveis (quando estudantes menores de idade) e subsidiar outras ações com relação aos planejamentos dos docentes. As ações pertinentes aos docentes implicam na gestão das práticas pedagógicas, além da retomada do Planejamento dos Conteúdos, em relação aos conteúdos, encaminhamentos metodológicos, recursos, critérios e instrumentos de avaliação na gestão da sala de aula e os encaminhamentos para situações mais específicas e individuais.

Nós, Equipe Diretiva, somos o suporte para as decisões tomadas pelo colegiado. Sendo as orientações quanto às ações a serem implementadas pelo docente, poderão ser repassadas pela equipe pedagógica na hora atividades dos professores.

2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1 Fundamentação Teórica

No Brasil a formação continuada encontra-se amparada especialmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96 sendo na orientação de uma política para o magistério, buscando a valorização do profissional da educação escolar. A LDBEN n. 9394/96 (BRASIL, 1996) destacando o Art. 62. § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). A formação continuada sendo realizada no ambiente escolar, assegura para o professor o preparo e uma capacitação em sua formação profissional, abrange várias dimensões, sendo trabalhadas no coletivo junto com os demais, participações das reuniões pedagógicas, os momentos de estudos em grupo, refletirem como está sendo o procedimento pedagógico escolar, e também os conhecimentos e princípios, sendo para este professor, um direito e uma oportunidade para este o mesmo em sua formação tendo elementos que possam ofertar credibilidade em sua carreira profissional.

No Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno no artigo 16 do capítulo VI intitulado "Da formação continuada dos profissionais do magistério" descreve que:

Formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente (BRASIL, 2015, p.13).

Os espaços de formação são lugares de encontro, de pessoas, de conhecimento, momentos de reflexões, discussões e debates sobre as questões que acometem o espaço escolar. É um espaço de construção e reflexão de novas possibilidades de atuação, seja elas teórico metodológico, seja de encontros e desencontros didático/metodológico, enfrentamentos e permanências culturais e de aprendizagem da docência.

A formação continuada dos professores para Veiga (2013) traz uma ação a ser desenvolvida pelo docente, como destaca:

A formação de professores constitui o ato de formar o docente, educar o futuro profissional [...] Envolve uma ação a ser desenvolvida com alguém que vai desempenhar a tarefa de educar, de ensinar, de aprender, de pesquisar e de avaliar (VEIGA, 2013, p.15)..

A formação que desempenha acima traz o ato de formar neste futuro profissional, um docente que possa desenvolver a sua docência e ser um sujeito pesquisador, que avalia seus métodos, práticas e o rendimento escolar de seus estudantes. Este professor também em sua formação tem experiências de vida que constituem aprendizagens, conhecimentos, saberes que lhes serão úteis na efetivação da profissão. Conforme (VEIGA, 2012, p. 20) “[...] o exercício da docência envolve saberes específicos, os saberes pedagógicos e os saberes construídos nos espaços da experiência”. Também com seu modo de ser, que constantemente vai havendo mudanças, atitudes, comportamentos diante a sua formação, e valores que carregam em sua formação docente e de alguma forma o representa.

Também Veiga (2008) destaca que como professor no decorrer de sua vida e quando era estudante, este professor vai construindo conhecimento em suas experiências, também aprendendo com os colegas a ser formadores diariamente. Essa experiência do professor de aprender, há de ser considerada, porque representa as formas de ser em sua atuação profissional.

Para Veiga (2012) esta formação, não se realiza em um dado momento, mais que é ação não apenas constante mais significativo trazendo novas concepções para este professor, novas práticas, e uma construção nesta formação docente. Conforme Veiga (2012):

A formação docente é uma ação contínua e progressiva, que envolve diversas instâncias e que atribui valorização significativa para a prática pedagógica e para a experiência, consideradas componentes constitutivos da formação. (VEIGA, 2012, p. 19-20).

Esta ação contínua reflete no docente por meio de sua busca dos saberes, o modo que atua na sala de aula, na sua vida profissional, este professor embasa em alguns princípios sendo acrescentado em sua carreira profissional. Conforme Kenski (2015):

É preciso que os docentes universitários sejam formados e assumam novas práticas e estratégias de ensino que possam fazer diferença na formação de professores para os novos tempos. Essa formação inclui, sobretudo, a incorporação de novos valores, os mesmos desejados para a atuação dos professores em salas de aula da Educação Básica. (KENSKI, 2015, p. 428).

Para Kenski (2015) ao posicionar-se com uma nova postura, concorrerá para a transformação do ambiente, possibilitando a partir de sua formação outros olhares para a docência. A formação continuada envolve formas de pensar e conceber o espaço institucional sistematizada a partir da reflexão das necessidades imediatas que estão imersas, modificando assim seus espaços, sua cultura e seus sujeitos, evocando sobre os encontros de professores a qualidade da educação, ajustando, reorganizando o cotidiano, reestruturando os currículos ao destacar as necessidades, debilidades e

competência dos envolvidos, sejam eles professores, crianças/estudantes, comunidade, equipe gestora e em uma perspectiva mais ampla as secretarias de educação, as políticas educacionais.

2.7.2 Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora.

A formação continuada realizada para EJA é desenvolvida em período previamente planejado e em consonância com a política de formação da SEMEDI e com a legislação educacional vigente.

2.7.3. Formação continuada na instituição conforme a Instrução da Hora atividade nº 01/2018 disponível no link:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf>
[N01HORAATIVIDADE.pdf \(paranagua.pr.gov.br\)](https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf)

Na Escola Municipal Edite Lobo dos Santos- EJA, a hora/ atividade dos docentes é organizada às sextas-feiras de forma concentrada para que os profissionais possam realizar a troca de informações e conhecimentos que enriqueçam suas práticas pedagógicas. O acompanhamento da hora/ atividade hoje acontece presencialmente na escola pólo pela equipe pedagógica da escola. A hora/ atividade é construída num momento reservado aos professores para estudos, avaliação, planejamento e participação em momentos de formação.

Para casos de Formação pela própria escola e para registro de banco de horas, nossa escola deve preencher o Formulário de Formação em Serviço e encaminhar ao setor de RH da SEMEDI. Tal formulário encontra-se no link:
<https://semi.paranagua.pr.gov.br/conteudo/administrativo/formularios-servidor>

2.7.4 Formação externa **continuada em** **espaços** **pedagógicos**
externos **à instituição.**

A formação Continuada dos profissionais atuantes na Escola Municipal Edite Lobos dos Santos- EJA se concretiza durante os momentos de Estudo e Planejamento organizados pela Equipe da Secretaria Municipal de Educação e previstos no calendário escolar no início de cada ano letivo, e ocorrem na própria escola ou em ambientes destinados pela Equipe organizadora a todos os profissionais municipais da educação. A formação continuada dos profissionais de educação é um direito previsto em lei e uma política de governo. Portanto, esta Instituição de Ensino busca, por meio da Gestão Democrática e da compreensão da importância da participação dos profissionais nos cursos e eventos, de aperfeiçoamento profissional, buscando divulgar, incentivar, e possibilitar a participação nos mesmos.

2.7.5 Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas.

Essas formações, geralmente são aquelas destinadas ao sistema de ensino que a Rede Municipal faz parte, ou seja, as Formações que o Sistema SEFE/ OPET Inspira oferece, porém, também há as formações destinadas ao grupo de diretores de escola, como as que foram realizadas em 2023 e que continuarão em 2024, que são as Formações pela Cátedra, pelo A.D.E, Opet Inspira, entre outros. Sempre que possível, a EJA participou e/ou participa de alguns desses momentos de Formação.

3. MATRIZ CURRICULAR

Este elemento condutor da instituição para organização pedagógica a partir da definição dos componentes curriculares estabelecidos pela instituição, à luz dos artigos 26, 27, 28 da LDBEN

Consultar Matriz Curricular

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : ELOINA L DE C VIANNA, E M PROFA-EI EF
Período Letivo : 2019-1
Curso : EJA FASE 1 - 2 ETAPAS/PERIODOS (5087) (5087)
Turno : Manhã
Código Matriz : 1411956

Matriz Curricular
Organização da matriz

Organização: 1ª Etapa

Organização : 1ª Etapa

Carga Horária Semanal

Total : 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
3	ESTUDOS DA SOCIEDADE E DA NATU (7501)	BNC	0			S
1	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
2	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Matriz Curricular do Curso para Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental – Fase I

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FASE I	
Estabelecimento: Escola Municipal de Ensino Fundamental “Edite Lobo dos Santos” – Educação de Jovens e Adultos/EJA	
Entidade Mantenedora: Prefeitura de Paranaguá	
Município: Paranaguá	NRE: Paranaguá
Ano de Implantação da EJA: 1º semestre de 2006	Forma: Simultânea
Inauguração da Escola Pólo: 18/02/2019	

Carga Horária Total: 1200 horas

Áreas do Conhecimento	Total de Horas				Total de Horas/Aula
	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	
Língua Portuguesa	3 0 0	3 0 0	3 0 0	300	120 0h
Matemática					
Estudo da Sociedade e da Natureza					
Total	300	300	300	300	120 0h
Total de Carga Horária do Curso: 1200 horas					

4- PROPOSTA CURRICULAR

A Educação de Jovens e Adultos segue o Currículo do Ensino Fundamental que está disponível no link abaixo:

<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000

AFONSO, A. **Janela Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, R. **O Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender**. São Paulo. Fundação Educar, DPaschoal, 2011.

APPLE, M. W. **estudante à direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: GIOVANETTI, M.; GOMES, N.; SOARES, L. (Orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

AZEVEDO, J. M. L. de. **Implicações da nova lógica de ação do Estado à Educação Municipal**. In: **Educação e Sociedade**. Revista de Ciência da Educação. vol. 23, nº 80, p.49-71. São Paulo: Cortez. Campinas: CEDES, setembro 2002.

BASTOS, M. Políticas Públicas na Educação Brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. 253-263, 2017. Disponível em: <http://nucleodoconhecimento.com.br/educacao/politicas-publicas>. Acesso 9 fev. 2024.

BAXI, U. **Educação em direitos humanos**. In: ANDREOPOULOS, George J;

CLAUDE, Richard P. (Orgs.). Educação em direitos humanos para o século XXI. São Paulo: EDUSP: Núcleo de Estudos da Violência, 2007. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficialdo Estado, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de1990.São Paulo: CBIA-SP, 1991.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. MEC/INEP. **Estatísticas dos Professores no Brasil**. Brasília:INEP, 2003.

_____. MEC/INEP. **Qualidade na Educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental**.Brasília: INEP, abril/ 2003.

_____. MEC/INEP. **Qualidade na Educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do Ensino Fundamental**.Brasília: INEP, dezembro/ 2003.

_____. MEC/INEP. **Censo Escolar. Sinopse Estatística da Educação Básica 2002**. Brasília: INEP, 2003.

_____. MEC/INEP. **O desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil 1990-2000**. Brasília: INEP, 2004.

_____. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para inclusão da criança deseis anos de idade**. Brasília: MEC, 2007.

_____. **Pró Letramento: Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental: alfabetização**

e linguagem. Brasília:MEC, 2008.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 4/2008, aprovado em 20 de fevereiro de 2008**
- Orientação sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 28 jun. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 6/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index>. Acesso no dia: 28 jun. 2015.

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

_____. **Resolução nº 02, 09 de outubro de 2018, CNE/CP.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2018. 02 p. Disponível em: <https://bit.ly/3eKlufe>_Acesso em 10 mar. 2024

_____. Ministério da Educação. **Parecer nº 011.** Brasília: MEC, 2000.

_____. MEC/INEP. **EDUDATA** <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>. Acesso em 27 fev. 2024

DI PIERRO, M. C. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial, out. 2005

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Ação cultural para liberdade e outros escritos.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 71. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

KOENIG, S. Introdução. In: ANDREOPOULOS, George J; CLAUDE, Richard P. (Orgs.). **Educação em direitos humanos para o século XXI**. São Paulo: EDUSP: Núcleo de Estudos da Violência, 2007.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de Deficiência a questão da inclusão social**. São Paulo Perspec. vol. 14 n. 2 São Paulo Apr/June, 2019.

PAIVA, J. **Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes**. In: EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação a Distância, 2006. p. 24-35.

PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações - Educação infantil e componentes curriculares do ensino fundamental**. PARANÁ - SEED, 2018.

PLETSCH, M. D; GLAT, R. **A escolarização de estudantes com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado**. Brasília: Linhas Críticas, vol. 1, 2012.

PINTO, A.V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, 2005.

RIBEIRO, V. C. G. Todos os tipos de discriminação. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5455, 8 jun. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66685>. Acesso em: 9 mar.2024.

SAE – **Sistema de Apoio ao Ensino** – <https://sae.digital>. Acesso em 10 fev. 2024

SENA, A. **Conceito de Sociedade**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/conceito-de-sociedade>. Acesso em 16 fev. 2024.

SILVEIRA, R. M. G., DIAS, A. A., FERREIRA, L. de F. G., ALENCAR, M. L. P. de, & Zenaide, M. de N. T. (2007). **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. Editora Universitária da UFPB.: Acesso em: 7 mar. 2024.

SOARES. L. J. G. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

TAVARES, S. **Educar em direitos humanos**. In: Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

UNESCO. **Declaração Universal Sobre Bioética e Direitos Humanos** (DUBDH). 2005. Disponível em: goo.gl/zqQGi6.

VASQUES, C. C; ANJOS, M. B. dos; SOUZA, V. L. G de. Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 16, 13 de agosto de 2019. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-a-escola-como-local-de-excelencia-para-a-realizacao-dos-processos-de-ensino-e-aprendizagem> Acesso em :10 mar.2024.

<http://www.unicastelo.br/site/artigos>. Acessado em julho de 2019.

Currículo Municipal da Educação Infantil de Paranaguá

<http://www.portalmouralacerda.com.br/cpa/o-que-e-avaliacao-institucional/>

<http://www.bengalalegal.com/diferencas>. Acessado em julho de 2019.

<https://www.webartigos.com/artigos/diversidade-cultural-no-contexto-escolar>

ANEXOS

I – Instrumentos de Avaliação Institucional



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo
dos Santos" Educação de Jovens e Adultos
- EJA.

FUNCIONÁRIO(A):

DATA:

ESCOLA DESCENTRALIZADA QUE ATUA :

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Esta avaliação tem por objetivo respaldar a gestão democrática sendo um processo de participação dos envolvidos no processo educativo, na discussão de ações e tomadas de decisões em prol da Educação de Jovens e Adultos.

QUESTÕES	SIM	NÃO	SUGESTÕES
1. A direção busca informar a comunidade escolar a respeito dos principais acontecimentos e assuntos da escola?			
2. Percebe-se que na escola as informações circulam de maneira clara e objetiva entre professores, pais, equipe pedagógica, funcionários e alunos?			
3. O conselho escolar e demais representantes participam da elaboração do plano financeiro da escola?			
4. A direção presta contas à comunidade escolar, apresentando regularmente o balanço financeiro?			
5. Os pais e/ou responsáveis pelos alunos menores de idade comparecem e participam de			

forma ativa das reuniões referentes à vida escolar de seus filhos?			
6. A direção da escola, juntamente com a equipe pedagógica, professores e alunos e demais membros da comunidade escolar, busca solucionar os conflitos que surgem entre as pessoas no dia a dia da escola?			
7. A escola mantém um bom clima escolar e há poucos casos de indisciplina escolar?			
8. A escola promove ações para que os alunos, professores e funcionários sejam respeitados em suas individualidades?			
9. A escola mantém um bom clima escolar e há poucos casos de indisciplina?			
10. Você tem acesso a Direção para que possa dar sugestões e fazer solicitações?			
11. Você acha que há um bom relacionamento entre os estudantes e professores?			
12. Você acha que há um bom relacionamento entre os estudantes e pedagogos?			
13. Você conhece o Regimento Escolar da nossa instituição?			
14. Você participou/participa da construção do PPP?			
15. Você já participou das reuniões da APMF e Conselho Escolar?			

Deixe aqui algumas críticas, sugestões e elogios:

Críticas:

_ Sugestões:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo dos Santos"
Educação de Jovens e Adultos - EJA.



Outros membros:

11. Qual tipo de música é mais ouvido em sua casa?

- Sertaneja
 Funk
 Gospel
 Samba e pagode
 Popular brasileira
 Outra. Qual?

12. Qual é a principal forma de diversão dos membros de sua família?

- Assistir TV
 Passear
 Praticar esportes
 Frequentar praças
 Ler
 Outro. Qual?

13. Você recebe o benefício do Programa Bolsa Família?

- Sim
 Não

14. Em sua opinião qual é o espaço mais importante de sua comunidade/bairro?

- Escola
 Igreja
 Campo de futebol
 Centro comunitário
 Quadra esportiva
 Posto de saúde
 A praça ou outra área de lazer
 Lanchonete

Outro. Qual?

15. Há quanto tempo você estuda em nossa escola?

- Menos de um ano
 De 1 a 3 anos
 De 4 a 5 anos
 Acima de 5 anos

16. Qual o motivo que o levou a se matricular nesta unidade de ensino?

- É perto de casa
 Pela facilidade de acesso ao transporte escolar
 Por estar próximo ao trabalho dos responsáveis
 Pelo trabalho desenvolvido pela instituição
 Outro. Qual?

17. Como você considera o ensino nesta instituição?

- Ruim
 Regular
 Bom
 Ótimo

18. Você está satisfeito com a escola?

- Sim
 Não

Por que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo dos Santos"
Educação de Jovens e Adultos - EJA.



21. Você tem um tempo reservado para estudo/leitura/pesquisa em casa?

- Sim
 Não

22. Em sua casa, há algum espaço reservado para o estudo?

- Sim
 Não

23. Quanto ao acesso à internet, você:

- Não possui acesso
 Tem acesso a qualquer hora do dia utilizando wifi
 Tem acesso limitado pelo pacote de dados

24. Deixe aqui uma sugestão que possa contribuir para a melhoria da nossa escola?

Agradecemos a sua colaboração.
Atenciosamente
À Direção

**PERFIL DA FAMÍLIA DA COMUNIDADE ESCOLAR
QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO, CULTURAL E EDUCACIONAL**

Querido estudante, a escola é um espaço de integração, troca e construção que só tem sentido quando toda a comunidade escolar está presente e é ativa. Para que possamos ter um ambiente significativo para os nossos gestores, professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis precisamos nos conhecer. Por isso, pedimos que responda este questionário com o objetivo de identificarmos o perfil das famílias que compõem a nossa comunidade.

Nome do estudante: -

Nome da escola descentralizada: _____

_ Endereço: _____

Turma: _____ Turno: _____

Data de preenchimento: ___/___/___

Marque com um X a resposta que se aproxima da sua realidade:

1. Com quem você mora:

- sozinho
 Com o pai e a mãe
 Só com a mãe
 Só com o pai
 Com o tio ou madrinha
 Com os avós
 Outros. Quem? _____

2. Quantas pessoas moram na residência?

- De 1 a 3 pessoas
 De 4 a 6 pessoas
 7 ou mais pessoas

3. Estado civil: Você é:

- Solteiro (a)
 Casado
 Divorciado (a)
 União estável
 Viúvo (a)

4. Quem trabalha fora na sua casa?

- Apenas eu

- () Apenas o pai
 () Apenas a mãe
 () A mãe e o pai
 () Os irmãos
 () Os avós
 ()
 Ninguém
 () Outros. Quem? _____

5. Qual é o nível de escolaridade das pessoas que moram em sua casa?

Escreva na tabela uma das opções abaixo para cada membro:

- Não estudou
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental em curso
- 2º grau completo
- 2º grau incompleto
- 2º grau em curso
- Curso superior

Nome da pessoa da casa	Grau de parentesco com o aluno	Escolaridade

6. A renda familiar da sua casa é:

- () Menor do que um salário mínimo () Um salário mínimo
 () Dois a três salários mínimos
 () Igual ou maior do que três salários mínimos

7. Qual é o seu principal meio de lazer/divertimento?

- () Jogar futebol/atividade física () Assistir televisão
 () Caminhadas
 () Ler livros, revistas e gibis () Ouvir música

- Conversar com os amigos e familiares Interagir em redes sociais.
 Outros _____

8. Você mora em:

- Moradia própria
Moradia cedida
 Moradia alugada

9. Qual é o meio de transporte que você utiliza para ir à escola?

- A pé

Automóvel (
) Ônibus
 Bicicleta
 Transporte escolar municipal
 Transporte escolar pago pela família

10. Qual é a profissão das pessoas que formam sua família?

- Mãe: _____
 Pai: _____
 Tios: _____
 Avós: _____
_ Outros membros: _____
-

11. Qual tipo de música é mais ouvido em sua casa?

- Sertaneja
 Funk
 Gospel
 Samba e pagode
 Popular brasileira
 Outra. Qual?

12. Qual é a principal forma de diversão dos membros de sua família?

- Assistir TV
Passear
 Praticar esportes
 Frequentar praças Ler
 Outro. Qual? _____

13. Você recebe o benefício do Programa Bolsa Família?

- Sim
 Não

14. Em sua opinião qual é o espaço mais importante de sua comunidade/bairro?

- Escola

- Igreja
- Campo de futebol
- Centro comunitário ()
- Quadra esportiva
- Posto de saúde
- A praça ou outra área de lazer
- Lanchonete
- Outro. Qual? _____

15. Há quanto tempo você estuda em nossa escola?

- Menos de um ano
- De 1 a 3 anos
- De 4 a 5 anos
- Acima de 5 anos

16. Qual o motivo que o levou a se matricular nesta unidade de ensino?

- É perto de casa
- Pela facilidade de acesso ao transporte escolar
- Por estar próximo ao trabalho dos responsáveis
- Pelo trabalho desenvolvido pela instituição
- Outro. Qual? _____

17. Como você considera o ensino nesta instituição?

- Ruim
- Regular ()
- Bom
- Ótimo

18. Você está satisfeito com a escola?

- Sim
- Não

Por que:

19. Você tem um tempo reservado para estudo/leitura/pesquisa em casa?

- Sim
- Não

20. Em sua casa, há algum espaço reservado para o estudo?

- Sim
- Não

21. Quanto ao acesso à internet, você:

- Não possui acesso
- Tem acesso a qualquer hora do dia utilizando wifi
- Tem acesso limitado pelo pacote de dados

22. Deixe aqui uma sugestão que possa contribuir para a melhoria da nossa escola?

Agradecemos a sua colaboração.

Atenciosamente

A Direção



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.



III – Pareceres Descritivos (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial)



PARECER DESCRITIVO 1º SEMESTRE-2023 PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL



Instituição:	
Estudante:	
Docente:	
Turma/Turno:	Data:
Docente da SRM/AEE:	

A-Em relação às Áreas do Desenvolvimento (Cognitiva, Socioafetiva-Emocional e Motora) e recomendações necessárias:

B-Em relação às Áreas do Conhecimento (Linguagem Oral e Escrita e Cálculos Matemáticos) e recomendações necessárias:

Assinatura do Docente(REGULAR): _____

Assinatura do Responsável(PAIS): _____

Assinatura do Pedagogo(a): _____

Assinatura do Diretor(a): _____

Assinatura do Docente(SRM/AEE): _____

IV – Plano de Atendimento Educacional Especializado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo dos Santos"



PLANO AEE 2024

2º SEMESTRE

1- IDENTIFICAÇÃO: _____ LAUDO: _____

NOME DO ALUNO: _____

ESCOLA DE ORIGEM: _____

PROFESSOR REGENTE: _____

SEMESTRE: _____ ANO/SÉRIE: _____

2- NECESSIDADES EDUCACIONAIS IDENTIFICADAS PARA O ALUNO: _____

3- ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO: _____

Período de atendimento: _____

Tempo de atendimento: _____

Composição do atendimento: individual (x) coletivo

4- CONTEÚDOS POR ÁREA:

Língua Portuguesa	Objetivos:
Matemática	Objetivos
Motricidade	Objetivos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo dos Santos"



5- SUGESTÕES DE METODOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO DOS CONTEÚDOS:

6- PROFISSIONAIS DA ESCOLA QUE RECEBERÃO ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DE AEE SOBRE SERVIÇOS E RECURSOS OFERECIDOS AO ALUNO:

Professor regente

Diretor escolar

Equipe Pedagógica

Família

ADEQUAÇÕES DE MATERIAIS:

7- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:

Paranaguá, _____ de _____ de 2024.

Marcia Regina Almindo
Professora AEE

V - Plano de Formação Continuada.

Plano de Formação Continuada pela Escola

FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	RESPONSÁVEL
Formação pela Escola	20h	1º Semestre	Equipe Pedagógica/Convidado
Formação pela Escola	20h	1º Semestre	Equipe Pedagógica/Convidado
Formação pela Escola	20h	2º Semestre	Equipe Pedagógica/Convidado
Formação pela Escola	20h	2º Semestre	Equipe Pedagógica/Convidado

VI – Plano de Ação

METAS:

- Elevar o índice de aprovação e reduzir os índices de evasão escolar.
- Minimizar a defasagem de conteúdos.
- Garantir a transparência da prestação de contas das verbas recebidas pelo Governo Federal ou dos Recursos Próprios.
- Fortalecer a formação continuada dos profissionais da Instituição por meio de encontros para estudo por áreas específicas e interdisciplinares.
- Assegurar a segurança e integridade física dos estudantes, professores e funcionários.
- Garantir que sejam feitas atividades diferenciadas, recuperação escolar e implantação de novos projetos.
- Assegurar propostas pedagógicas articuladas no Planejamento em cada etapa de ensino preservando as especificidades do estudante matriculado na Educação de Jovens e Adultos.
- Apoiar e dar ênfase às competências socioemocionais no ambiente escolar.

AÇÕES:

Eixo I - Gestão de recursos humanos

- Motivar o desempenho profissional da equipe, funcionários e professores.
- Motivar os estudantes para os estudos, incentivando-os para busca da qualificação profissional.
- Confraternizar com os funcionários algumas datas especiais (aniversariantes por semestre, dia do professor e encerramento de final de ano) fora do horário de trabalho.
- Acompanhar e colaborar para que sejam traçadas estratégias de ensino cada vez mais eficientes.
- Examinar semanalmente com proximidade as metodologias utilizadas pelo professor.
- Preparar materiais e conteúdos para a formação dos professores.

Eixo II - Gestão de recursos financeiros

- Promover encontros mensais com a comunidade local e com os Órgãos Colegiados (APMF - Conselho Escolar).
 - Assegurar a democracia na tomada de decisões das instâncias colegiadas.
 - Manter atualizados os dados cadastrais junto ao FNDE.
- (em andamento)*

Eixo III - Gestão de materiais e infraestrutura

- Aplicar os recursos na aquisição de materiais pedagógicos para apoio em sala de aula.
- Buscar parcerias para melhorias e manutenção da escola.
- Melhorar e adaptar espaços para atender com conforto estudantes do Projeto Educação para o Trabalho, assim como demais estudantes.
- Adaptar uma sala de aula como refeitório para atender melhor os estudantes.

- Adaptar uma sala de aula dividindo-a para atendimento da secretaria, coordenação e direção.
- Construir uma cobertura entre o portão e o prédio da escola.

Eixo IV - Gestão democrática participativa

- Manter os responsáveis informados sobre os comunicados da instituição.
- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
- Promover encontros mensais com os pais ou responsáveis.
- Garantir junto à comunidade escolar a transparência e a democracia na tomada de decisões.
- Garantir a democratização e funcionamento dos órgãos colegiados. *(em andamento)*

Eixo V - Gestão pedagógica

- Definir as metas necessárias para otimização dos processos pedagógicos.
- Articular as concepções, estratégias, métodos e conteúdos no ambiente educativo.
- Manter um estado de constante atenção às normas e leis educacionais.
- Avaliar o trabalho pedagógico exercido por professores e praticado na instituição.
- Engajar os docentes com o ensino, a proposta da instituição e os resultados.
- Garantir o alinhamento às novas diretrizes educacionais, como a BNCC.
- Estruturar práticas para garantir a inclusão escolar.
- Orientar os professores na construção do planejamento anual e no plano de trabalho docente.

Encontrar formas relevantes de inserir a tecnologia educacional na prática pedagógica.

Eixo VI - Gestão administrativa

- Garantia do cumprimento de leis e diretrizes de ensino.
- Criar uma rotina de atualização para manter um hábito de leitura, mesclando as informações com documentos, fotos, editais e cronogramas nos murais da escola.
- Cuidar da manutenção dos bens patrimoniais da instituição.
- Manter atualizados os bens e patrimônios da Instituição.
- Organizar e administrar os recursos físicos, materiais e financeiros.
- Garantia do uso correto dos recursos disponibilizados.

Eixo VII - Formação continuada

- Estimular e articular a formação continuada.
- Manter um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos professores para assegurar um ensino de qualidade.

CRONOGRAMA

EIXOS	Responsáveis	2023	2024	2025	Avaliação
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Direção e Equipe Pedagógica	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	A cada bimestre.
GESTÃO DE MATERIAIS E INFRAESTRUTURA	Direção e Equipe Pedagógica	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Acompanhamento diário.
GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA	Membros da APMF, Conselho Escolar, Direção e Professores	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Reuniões bimestrais.
GESTÃO PEDAGÓGICA	Direção e Equipe Pedagógica	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Reuniões de acordo com o cronograma anual e sempre que necessário.
GESTÃO ADMINISTRATIVA	Direção e Equipe Pedagógica	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Acompanhamento diário
FORMAÇÃO CONTINUADA	Direção e Equipe Pedagógica e Professores	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Durante todo ano letivo.	Duas formações: (uma no primeiro e outra no segundo semestre)

VII - PLANO DE AÇÃO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS (ERER)

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. A Lei 10.639/03 marcou uma conquista histórica do Movimento Negro em todo território nacional, relacionada à política de ações afirmativas. Mais tarde, em 2008, foi sancionada a lei 11.645/08 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

O processo de implementação da Lei 10.639/03 perpassa o campo das relações étnico- raciais brasileiras construído historicamente por relações de poder, no qual a raça se configura como aspecto determinante nas relações culturais, políticas, sociais e econômicas.

Para que os processos pedagógicos alcancem os objetivos da referida lei é necessário no contexto escolar o entendimento dos conceitos de raça e etnia. Segundo o parecer do Conselho Nacional de Educação 03 de 2004:

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente su- perado (BRASIL, 2004a, p. 5).

LEI Nº 10.639. DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Acrescenta à lei 11.645 de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, a exigência de que percentual mínimo dos recursos didáticos utilizados para cumpri-la sejam de autoria afro-brasileira e/ou indígena. O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Esta Lei define que no mínimo 50% dos materiais paradidáticos utilizados no ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, nas escolas públicas e

particulares de todo o território nacional sejam produzidos ou de autorias negras ou indígenas.

Parágrafo único: As escolas terão o prazo de um ano letivo para aplicarem os materiais descritos nesta lei.

Art. 2º Com a publicação desta lei se faz obrigatório a utilização de pelo menos um material paradidático para o ensino dos conteúdos (história e cultura afro-brasileira e indígena).

Art. 3º Os docentes responsáveis pelas áreas de humanas e linguagens serão incumbidos da escolha dos materiais paradidáticos a serem utilizados, adequando-os ao perfil dos alunos, quanto à idade e série.

Art. 4º Caberá ao Ministério da Educação a aplicação desta lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação. Justificativa A lei 11.645, sancionada em 2008, tem por objetivo acrescentar a obrigatoriedade do ensino da temática indígena ao que estabelecia a lei 10.639, que já previa a exigência de se inserirem, obrigatoriamente, conteúdos de história e cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica em estabelecimentos públicos ou privados. Essas leis são dois marcos importantíssimos para os movimentos anti racistas - negros e indígenas.

Nota-se, que a homologação da lei 10.639/03, posteriormente da lei 11.645/2008, juntamente com a resolução 01/2004 e o parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação, garantiram a inclusão da educação das relações étnico-raciais na escola e incentivaram a produção de material pedagógico, instituindo as responsabilidades dos estabelecimentos de ensino e oferecendo orientações pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de um currículo intercultural.

Muitos avanços foram conquistados, todavia é grande o desafio para se incluir na proposta curricular conteúdos referentes à História e cultura Afro-brasileira e Africana devido ao imaginário marcado por uma história onde a diferença é sinônimo de desigualdade.

Dessa forma, é indispensável o trabalho pedagógico constante e contínuo para que a educação das relações étnico-raciais sejam fortemente analisados, discutidos e implementados com a participação de toda comunidade escolar, com vistas a desenvolver uma

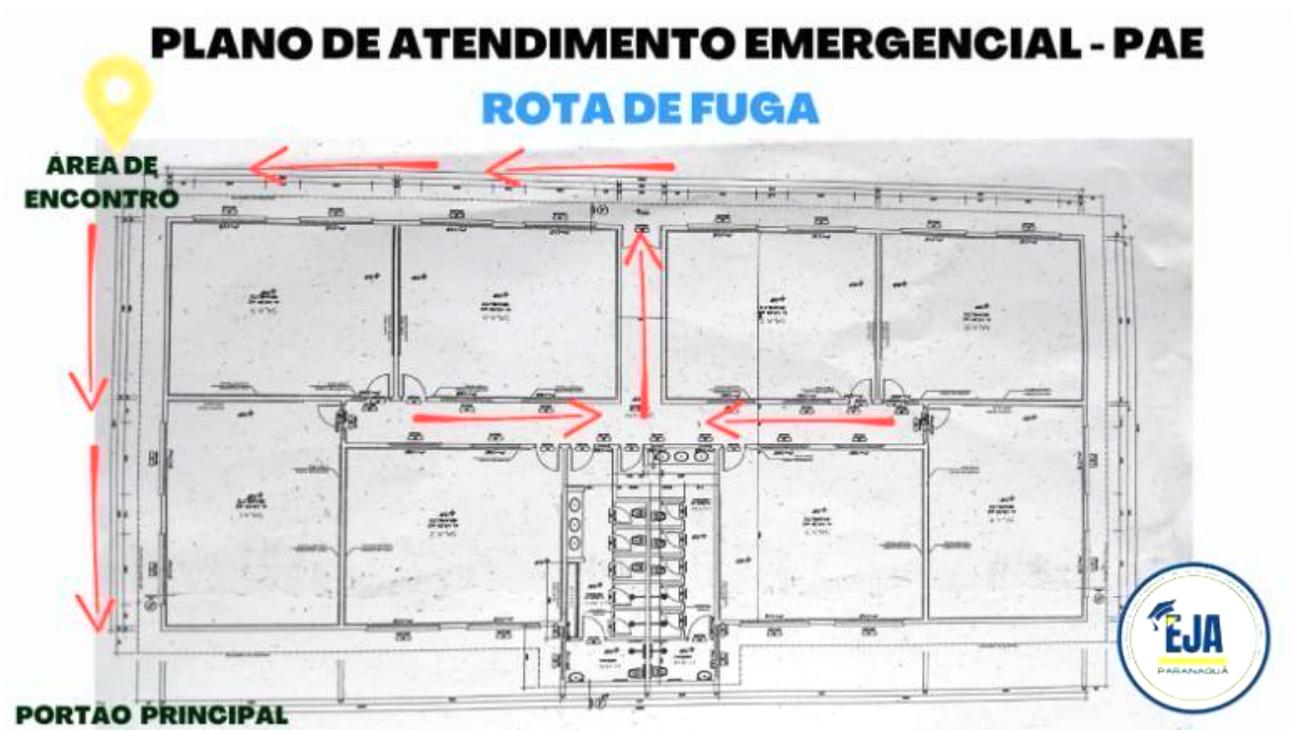
prática pedagógica que tem como objetivo central a valorização e respeito às pessoas negras e indígenas, sua cultura e sua história; tendo como premissas o questionamento das relações baseadas em preconceitos; a análise da forma como os negros e outras minorias são representadas nos textos, materiais didáticos e conteúdos escolares; buscando desenvolver atividades educativas de combate ao racismo e a discriminação.

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	
CRONOGRAMA 1ºSEMESTRE 2024	
25/03 a 28/03	Atividades desenvolvidas pela professora de acordo com o planejamento, respeitando/adequando a etapa em que o estudante se encontra.
20/05 a 23/05	Atividades desenvolvidas pela professora de acordo com o planejamento, respeitando/adequando a etapa em que o estudante se encontra.
01/07 a 04/07	Roda de Conversa
CRONOGRAMA 2ºSEMESTRE 2024	
05/08 a 08/08	Atividades desenvolvidas pela professora de acordo com o planejamento, respeitando/adequando a etapa em que o estudante se encontra.
07/10 a 10/10	Atividades desenvolvidas pela professora de acordo com o planejamento, respeitando/adequando a etapa em que o estudante se encontra.
20/11	Exposição

AÇÃO	PERÍODO	RESPONSÁVEL
Atividades com a temática em sala de aula com a utilização de diversas metodologias.	1ºSemestre	Equipe Pedagógica, Professores e Direção.
Culminância e apresentação de todas as atividades desenvolvidas (exposição)	2ºSemestre	Equipe Pedagógica, Professores e Direção.

VIII – Plano de Atendimento Emergencial – PAE

Mapa da rota de fuga orientada pelo Corpo de Bombeiros



IX – Calendário Escolar

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edite Lobo dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS	0
Férias	30
Recesso	0
Feriado	1

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

DIAS LETIVOS	10
Carga Horária	40
Recesso	3
Feriado	0

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	16
Carga Horária	64
Recesso	0
Feriado	2

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS	18
Carga Horária	72
Recesso	0
Feriado	1

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

DIAS LETIVOS	16
Carga Horária	64
Recesso	1
Feriado	2

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

DIAS LETIVOS	16
Carga Horária	64
Recesso	0
Feriado	0

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS	10
Carga Horária	40
Recesso	10
Feriado	1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	17
Carga Horária	68
Recesso	0
Feriado	0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS	17
Carga Horária	68
Recesso	0
Feriado	1

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

DIAS LETIVOS	17
Carga Horária	68
Recesso	1
Feriado	2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS	16
Carga Horária	64
Recesso	0
Feriado	2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS	11
Carga Horária	44
Recesso	9
Feriado	1

LEGENDA	
FÉRIAS	
INÍCIO/TERMINO DO TRIMESTRE	
FORMAÇÃO CONTINUADA	
PLANEJAMENTO	
REFORMULAÇÃO PPP	
PRÉ - CONSELHO	
CONSELHO DE CLASSE	
PÓS - CONSELHO	
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
RECESSO ESCOLAR	
HORA ATIVIDADE DOS PROFESSORES DA EJA	
MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
	29 PAIXÃO DE CRISTO
MAR	31 PÁSCOA
ABR	21 TRINDADES
MAI	01 DIA DO TRABALHO / 30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
OUT	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS
	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	164
Atividades Docentes	24
Total de Férias	30
Total de Recesso	24
Total Horas (1º e 2º Bimestre)	312
Total Horas (3º e 4º Bimestre)	336
Total Carga Horária Anual - 2024	648

Periodicidade	
1º Bimestre - 08/02 a 30/04 - 44 dias	
2º Bimestre - 02/05 a 04/07 - 36 dias Inc. 1º Semestre	
3º Bimestre - 22/07 a 30/09 - 40 dias	
4º Bimestre - 01/10 a 18/12 - 44 dias	

Tenile Cibele do Rocio Xavier
Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Diretor do Departamento do Ensino Fundamental

Francielle de Oliveira Bezerra
Chefia da Educação de Jovens e Adultos

Carteira aprovada pelo COMEE POUA - Deliberação nº 01/2021
Paranaguá, 22 de novembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Eduete Lobo
dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.

X – Projeto desenvolvido pela Escola: Educação para o Trabalho

1. APRESENTAÇÃO

O presente projeto visa proporcionar aos adolescentes e jovens matriculados na Rede Municipal de Educação de Paranaguá, o aperfeiçoamento e o apoio profissional, oportunizando, por meio de suas vivências, a autonomia e inclusão social.

2. JUSTIFICATIVA

A Educação Especial nas séries iniciais da Educação de Jovens e Adultos do município de Paranaguá, tem aproximadamente, de 15 a 25 estudantes matriculados nesta modalidade. Embora haja um grande movimento social em defesa da inclusão, ainda há muito o que avançar, pois sabemos que os estudantes que apresentam necessidades especiais fazem parte da minoria. Há um considerável desconhecimento acerca do potencial da pessoa com deficiência, mais especificamente com relação a sua possibilidade produtiva. Este desconhecimento se torna uma das grandes causas de ações excludentes.

Dessa forma, estamos buscando uma formação diferenciada e adequada proporcionando a esses estudantes a inclusão educacional, social e econômica, por meio do Projeto "EDUCAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO" gerando oportunidade de trocas e aprendizagens significativas, almejando a empregabilidade, assim como, construindo processos de aprendizagens importantes para diversos setores da sociedade.

Nosso foco principal é que, por meio deste trabalho, possamos participar de um processo que visa diminuir a exclusão da pessoa com deficiência e contribuir para que a sociedade construa um novo olhar e crie possibilidades reais, legítimas de trabalho para este segmento da população. Mais do que no cumprimento legal dos termos da lei de cotas (Lei Federal nº8.213/91), o "Projeto Educação para o Mundo do Trabalho" procura participar de um momento histórico que vive a construção de uma sociedade mais inclusiva.

3. PÚBLICO ALVO

Serão atendidos no Programa, estudantes da rede municipal de ensino oriundos da Escola Municipal Edite Lobo dos Santos- EJA. A faixa etária contemplada será a partir de 15 anos completos, com limite de idade até os 25 anos completos ou até que se conclua a 4º(quarta) etapa no programa. O número de estudantes previstos para atendimento é de, no máximo, 15 estudantes (por turma).

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVOS GERAIS

Promover aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (com laudo) o desenvolvimento de suas habilidades para o possível ingresso no mercado de trabalho.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oportunizar o desenvolvimento das habilidades individuais, podendo assim ingressar no mercado de trabalho;
- Preparar os jovens para as exigências do dia a dia do mundo do mercado de trabalho;
- Conhecer a importância dos documentos pessoais, como obtê-los e utilizá-los;
- Reconhecer cédulas e moedas e seu poder de compra, assim como medidas de tempo;
- Interpretar comandos verbais;
- Desenvolver ações de cidadania para iniciação ao trabalho;
- Organizar um espaço que se aproxime do ambiente de trabalho (profissional)

5. METODOLOGIA /ESTRATÉGIA

A preparação e o apoio profissional para a inclusão no mercado de trabalho se darão por meio de aulas práticas, teóricas, dinâmicas de grupo, pesquisas de campo, estágios e encaminhamentos.

O estudante do Projeto será atendido em contra turno escolar por 3 dias semanais.

5.1. CONTEÚDOS GERAIS

O eixo norteador das atividades desenvolvidas no Projeto contemplará principalmente os seguintes aspectos:

- Cuidados e higiene pessoal;
- Relações e atividades sócio-culturais: (Saída Pedagógica);
- Independência e autonomia para a vida prática: (Cozinha Experimental);
- Sistema monetário;
- Compreensão da linguagem oral, escrita e não verbal;
- Medidas de tempo;
- Independência na locomoção.

5.2. AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES

Dar-se-á por meio do registro diário e relatório anual de observação e sondagem de aptidões dos estudantes.

5.3. PAPEL DO PROFESSOR

FUNCIONALIDADE DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO:

- Criatividade, comprometimento e persistência no desenvolvimento do Projeto;
 - Respeito em relação ao tempo de aprendizagem de cada estudante e suas especificidades;
 - Registro diário do trabalho programado, considerando as aptidões, habilidades e competências;
 - O Professor especializado prestará assessoria ao estudante aprendiz e ao empregador quando necessário, visando promover a inserção do mesmo.
- No período de 1 ano promovendo a inserção do mesmo.

6. RECURSOS

6.1. HUMANOS

3 Professores do quadro da modalidade EJA com especialização em educação especial.

6.2. FÍSICOS

1 sala de aula

(espaço físico adequado ao desenvolvimento das atividades previstas);

1 sala adequada

(para cozinha experimental)

6.3. MATERIAIS

Materiais de escritório, prateleiras, armários, fichários, arquivos suspensos, quadro, caneta, lápis, borracha, telefone, computadores, materiais de higiene e de limpeza.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação e interação dos estudantes promove a possibilidade da ampliação da inclusão legítima, proporcionando o exercício pleno da cidadania.

8. ANEXOS

8.1. A INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A habilitação e a preparação dos nossos jovens para o mercado de trabalho, ocorrerão durante as atividades de orientação para o trabalho, as diversas oficinas oferecidas, saídas de campo, estágios, as quais oportunizam o desenvolvimento de posturas, atitudes, hábitos e práticas fundamentais para a entrada no mercado, além de proporcionar a percepção e o respeito às demandas e possibilidades individuais, mas sempre em contextos de trabalho coletivo.

Os jovens que têm demanda e condições necessárias para a inserção no mercado de trabalho formal, contam com a ajuda de profissionais da equipe que operacionalizam e acompanham as etapas do Programa Emprego Apoiado.

EMPREGO APOIADO

A inclusão no mercado de trabalho é uma forma de assegurar a inclusão social de pessoas com deficiência. O processo de inclusão neste mercado é realizado com nosso estudante, respeitando as potencialidades e habilidades, promovendo a autoestima e dando condições a esta pessoa de participar e contribuir ativamente na sociedade.

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver a formação e preparação de pessoas com deficiência, para sua inserção nas empresas do mercado formal de trabalho, nas mesmas condições que os demais trabalhadores que desempenham funções equivalentes.

ETAPAS DO PROGRAMA EMPREGO APOIADO

- Desenvolver o trabalho de sensibilização e esclarecimento nas empresas;
Avaliar o perfil do candidato;
- Fazer um levantamento do perfil da vaga e da empresa; Fazer a colocação do estudante aprendiz na empresa;
- Oferecer treinamento ao estudante Aprendiz em seu respectivo local de trabalho;
- Oferecer suporte aos funcionários da empresa para facilitar o trabalho do/com o estudante Aprendiz;
- Oferecer orientações à família para que auxilie no processo de inclusão do estudante Aprendiz no mercado de trabalho;
- Sondagem da demanda.

LEI DAS COTAS

- Lei nº8.213 de 25 de Julho de 1991, art.93 - estabelece que de 2% a 5% de vagas devem ser ofertadas para pessoas portadoras de deficiência, nas empresas privadas (de acordo com o número total de funcionários que a mesma contrata).
- Lei Federal, nº8.112, de 11 de dezembro de 1990, art.5- §2º, reserva 20% dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e define os critérios para sua admissão.

9. OFICINAS E ATIVIDADES

9.1. OFICINA DE RECICLADOS

A Oficina de Papel Reciclado, além do seu caráter de conscientização das questões ambientais, desempenha uma ação muito importante, uma vez que, em seu processo de produção, inúmeras práticas facilitam a percepção das transformações, aquisição de conceitos e conhecimentos envolvidos. É um conjunto de atividades que oferece, aos nossos jovens, oportunidade de participação em processos de produção e, para muitos, estas vivências

contribuem na construção de recursos necessários para a inserção no mercado formal de trabalho. As atividades desenvolvidas possibilitam:

- O desenvolvimento das percepções que caracterizam etapas de um processo de construção;
- A participação efetiva em processos de criação, que envolvam a descoberta e habilidades, além de caracterizar questões estéticas;
- A percepção de aspectos relacionados à responsabilidade, compromisso e trabalho individual e em equipe, desenvolvendo posturas críticas e respeitosas;
- A participação na construção de produtos significativos, belos e úteis, acarretando num sentimento legítimo de ser e pertencer, reconhecendo-se membro ativo de uma sociedade produtiva;

Assim, muitos desafios são superados e apresentam como resultado, entre outros produtos, materiais de papelaria, como: cadernos, blocos, risque-rabisque, agenda diária, agenda de telefone, cartões, embalagens para presente, marcador de página, entre outros. De modo que cada um é um produto único e precioso, fruto de muito talento.

9.2. OFICINA CRIATIVA DE ARTESANATO

JUSTIFICATIVA: Fornecer aos nossos estudantes meios para desenvolver a coordenação viso motora, bem como as habilidades que se referem à criatividade, concentração e atenção, possibilitando também a inserção no mercado de trabalho. Integrar este estudante num ambiente agradável, onde possa desenvolver o exercício de novas ideias, estimulando a capacidade de pensar.

OBJETIVO GERAL: Desenvolver técnicas e noções básicas de artesanato, visando a inclusão social. Desenvolver habilidades artísticas para a confecção de produtos artesanais, gerador de renda e sustento.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Desenvolver a potencialidade artística;
- Criar o senso de responsabilidade, persistência, paciência e atenção aos detalhes;
- Respeitar o ritmo de cada estudante;

- Desenvolver a coordenação motora fina e senso estético;
- Proporcionar o contato com diversas técnicas de artesanato;
- Explorar a criatividade de cada estudante;
- Reconhecer a produção artesanal como fonte de renda familiar;
- Despertar a importância do trabalho coletivo;
- Incentivar a imaginação

ALGUMAS DAS ATIVIDADES DA OFICINA DE ARTESANATO:

- Tapete de barbante na talagarça,
- Almofada de lã e pompom
- Tapete amarrado com tiras de malha na juta
- Porta absorvente com caixa de papelão
- Porta papel higiênico utilizando CD e E.V.A
- Porta rolo de papel higiênico em caixa de papelão
- Papietagem, utilizando recortes de revistas
- Porta joias utilizando rolo de fita adesiva
- Flores e folhas de biscoito utilizando formas
- Porta atividades utilizando caixa de sapato
- Pintura com café solúvel
- Pintura em tela utilizando giz de cera e nanquim
- Descanso de panela utilizando grampo de roupa
- Forração de balde com tranças feitas de sacola plástica
- Bordado ponto cruz e corrente
- Pintura em pano de prato.
- Pintura utilizando carimbo feitos de caixa de leite
- Decoupage em caixa de madeira
- Confecção de sacolas de papel
- Artesanatos referentes às datas comemorativas

CONTEÚDOS:

-DATAS COMEMORATIVAS:

- ❖ Páscoa
- ❖ Dia das Mães

- ❖ Festa Junina
- ❖ Aniversário de Paranaguá
- ❖ Dia dos Pais
- ❖ Dia Estudante
- ❖ Natal
- ❖ E outras necessárias no decorrer do ano letivo.

9.3. COZINHA EXPERIMENTAL

JUSTIFICATIVA: Com o intuito de capacitar os estudantes aprendizes na preparação de variados alimentos, com técnicas específicas de cozinha, o estudante aprende todas as etapas de produção desses alimentos e se torna apto a concorrer a uma vaga no mercado de trabalho, seja autônomo ou apoiado. Desde a sua identificação e seleção da matéria-prima, higienização, corte, preparo, cozimento e finalmente sua comercialização e cuidado com a qualidade dos pratos preparados, bem como aprende a lavar, secar a louça e cuidar da higiene e organização de uma cozinha.

O estudante não aprende somente a cozinhar, mas sim, durante o processo, incluindo a matemática e a língua portuguesa, no momento em que multiplicam as medidas e fazem a leitura das receitas que são registradas no caderno de cada um.

OBJETIVO GERAL: Oportunizar ao estudante aprendiz a preparação de vários tipos de alimentos com cuidados e técnicas específicas de cozinha.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Higienização adequada dos alimentos que serão aproveitados de acordo com o manual de normas e rotinas da cozinha experimental
- Propiciar ao estudante oportunidades de se qualificar nas atividades domésticas imprescindíveis à vida diária;
- Orientar na organização de armários, prateleiras e geladeiras, separando os alimentos de acordo com a categoria e data de validade;
- Executar receitas variadas, explorando quantidade, peso, medidas, sólidos, líquidos, entre outros.
- Orientar quanto ao uso de roupas apropriadas para a realização das atividades, como: unhas cortadas, limpas (sem esmalte e anéis), lavar braços e antebraços, cabelos limpos e preso.

- Desenvolver o gosto pelas atividades pertinentes à culinária.

MATERIAIS UTILIZADOS: Fogão, geladeira, liquidificador, armário, copos, pratos, panelas, bacias plásticas, xícaras, talheres, facas para corte, tábua de carne, potes para mantimentos, forma para bolo, toucas, luvas, máscaras e travessas.

9.4 HIGIENE E CUIDADOS PESSOAIS

JUSTIFICATIVA: Esta oficina tem como finalidade conscientizar o estudante aprendiz a importância do cuidado com o corpo e suas vestimentas, para ter uma vida sociável e saudável.

OBJETIVO GERAL: Conscientizar os estudantes sobre as diversas mudanças que ocorrem no corpo no decorrer do crescimento, reconhecendo as doenças e como se prevenir de cada uma delas (HIV, Sífilis, Gripe H1N1, entre outras).

MATERIAL UTILIZADO: TV, DVD, Vídeos, palestras, livros e panfletos informativos.

9.5 INFORMÁTICA

JUSTIFICATIVA: Inserir o estudante aprendiz na inclusão digital, fazendo o uso de ferramentas tecnológicas de informação e comunicação na sua prática escolar e profissional.

OBJETIVO GERAL: Desenvolver no estudante a importância da informação tecnológica para o seu dia a dia, visando o interesse em aprender a manusear o computador de forma correta, reconhecendo os conceitos básicos.

MATERIAL UTILIZADO: Computadores, impressora multifuncional, folhas A4, pen drive, jogos pedagógicos, mesa de computador, cartucho para impressora, armário, carteira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Eduardo
dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.

9.6 SAÍDA PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA: Toda saída pedagógica integra um processo que envolve um planejamento para que a metodologia seja aplicada de forma eficiente e objetiva. É um trabalho interdisciplinar que integra diversas áreas do conhecimento, na construção das habilidades dos estudantes. Não são passeios movidos a diversão, mas sim, aulas de campo em que os estudantes experimentam de forma mais intensa o que foi abordado em sala de aula. Conhecer o comércio da cidade, lojas, departamentos públicos existentes, visando sua independência na vida prática.

OBJETIVO GERAL: Desenvolver no estudante aprendiz a independência nas suas ações diárias, por meio da comunicação diante das necessidades e o acesso ao conhecimento de comércio e departamento público.

MATERIAL UTILIZADO: Uniforme para sua identificação, condução da Prefeitura ou vale transporte para sua locomoção.

CRONOGRAMA: Durante três (3) dias da semana serão realizadas aulas teóricas e práticas.

Um (1) dia da semana para o atendimento do Programa Emprego Apoiado, matrículas e entrevistas com as mães e/ou responsáveis pelo estudante.

Um (1) dia da semana para hora-atividade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Eduardo
dos Santos" Educação de Jovens e Adultos - EJA.

PROJETO BUSCA ATIVA

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. A educação necessita ser promovida e estimulada com o apoio da sociedade, objetivando o desenvolvimento total das pessoas, sua qualificação para a prática da cidadania e sua preparação para o mercado de trabalho, de acordo com o que se determina na Constituição Federal de 1988

Fundamentado nesse dever e diante de um cenário de crescimento dos índices de evasão e abandono escolar, agravado por inúmeros fatores, a Escola Municipal "Edite Lobo dos Santos" – Modalidade EJA, busca reforçar o compromisso com a promoção e o estímulo à permanência e a matrícula de novos estudantes na escola.

Vale destacar que o "Abandono Escolar" é quando os estudantes deixam a escola antes de concluírem o ano letivo, retornando no ano seguinte ou não. Isso acontece por diferentes razões, como problemas de saúde, problemas financeiros ou até mesmo pela falta de interesse pela instituição escolar. O abandono escolar é um problema grave para a educação, que acaba prejudicando o desenvolvimento pessoal e profissional do estudante e que acaba atrasando a sua formação completa.

Precisa-se considerar atentamente as naturezas e os impactos da não frequência escolar ou do próprio abandono escolar, com intuito de eliminar ou reduzir de forma significativa os níveis de abandono e/ ou evasão escolar. Para conquistar esse objetivo é essencial realizar uma abordagem sensível e significativa, procurando entender as necessidades e os desafios particulares de cada sujeito e também procurar ofertar a base necessária para mantê-los comprometidos e estimulados por uma educação completa e de qualidade.

2. JUSTIFICATIVA

Não importa com qual a idade as pessoas saíram da escola, sempre é tempo de voltar a ela. Todas as pessoas podem voltar à escola. Quando uma pessoa decide voltar a estudar depois de alguns anos parado, é natural sentir dificuldade. Porém

estudar é um hábito, tal como a outros que se possuem e basta começar a trabalhar este hábito, que os constrói novamente. Com dedicação e disciplina, tal como um curso correto, é sim possível ter sucesso.

Assim, este projeto se justifica pela importância de se voltar a estudar, pois ao estudar se constrói novos conhecimentos, novas habilidades e perspectivas que podem ajudar a pessoa a sair do marasmo, da falta de motivação. Voltar a estudar traz a vivência da longevidade com mais lucidez. *“A maturidade de alguém que passou por tantas provas da vida proporciona mais condições de levar os estudos a sério e aprender. Só existe vantagem para quem volta a estudar após os 40 anos”*, destaca Cezar Schadeck em entrevista ao Portal de Notícias G1.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Resgatar e matricular estudantes que por diversos motivos não concluíram o Ensino Fundamental I na idade adequada.

3.2. Objetivos Específicos

- Movimentar a rede social, a fim de chegar mais próximo dos adolescentes, jovens e idosos por meio da tecnologia;
- Realizar movimentos por meio das visitas nas comunidades;
- Realizar visitas residenciais a fim de manter o diálogo com a comunidade e incentivar e realizar a matrícula na escola pública;
- Garantir o direito de acesso e permanência dos estudantes matriculados nas escolas públicas municipais;
- Criar um grupo de trabalho com objetivo de realizar visitas, ligações e busca a esses estudantes e realizar a matrícula.
- Estreitar laços com os familiares e cuidar para que esta relação se restabeleça e

se fortaleça a cada dia;

4. METODOLOGIA

1. Caminhadas nos bairros.
2. Divulgação de vídeos, imagens e outros nas redes sociais informando a busca ativa desses estudantes;
3. Visitas na feira livre a fim de chegar mais perto da comunidade;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é muito importante para a formação do sujeito e a mudança da sociedade. A educação é responsável pela multiplicação do conhecimento e pelo processo de desenvolvimento de capacidades úteis para o trabalho do sujeito na sociedade. As escolas desenvolvem uma função de grande relevância neste processo de ensino e aprendizagem. Para fazer a diferença na vida dos estudantes, a escola necessita oportunizar um ensino de qualidade, professores capacitados e com vontade de estimular o processo de desenvolvimento dos estudantes pela incessante procura do conhecimento.

A educação não se limita somente à escola. Ela vai muito além, pois abre portas e caminhos para outros campos da sociedade e para um futuro promissor. Aumenta os horizontes, modifica vidas permitindo desenvolver a reflexão crítica e moral. É por meio do conhecimento que o estudante se estimula para a vida, direcionando seus caminhos, desempenhando valores éticos e exercendo integralmente sua cidadania, entendendo seus direitos e deveres.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UNIOPET. Nunca é tarde: porque voltar a estudar depois dos 40 anos? Disponível em

<https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/unioPET/opet-inovacao-em-rede/noticia/2023/06/23/nunca-e-tarde-por-que-voltar-a-estudar-depois-dos-40-anos.ghtml>. Acesso em 14 mar. 2024.